



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CLEITON JADSON SILVA DOURADO

**AGRONEGÓCIO E A REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DO OESTE
DA BAHIA**

GOIÁS – GO
2021

CLEITON JADSON SILVA DOURADO

**AGRONEGÓCIO E A REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DO OESTE
DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado.

Linha de Pesquisa: : Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tathiana Rodrigues Salgado.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

D739a Dourado, Cleiton Jadson Silva.
Agronegócio e a reestruturação urbano-regional do oeste da Bahia [manuscrito] / Cleiton Jadson Silva Dourado. – Goiás, GO, 2021.

158f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Território - oeste da Bahia. 1.1. Agronegócio. 1.2. Reestruturação urbano-regional. 1.3. Urbanização.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 338.43+375.5(813.8)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de
Abril de 1999) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ:
01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 09/2021

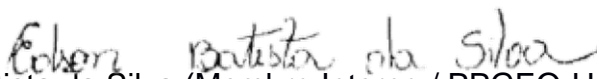
Aos catorzes dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um às quatorze horas, realizou-se, por web conferência, o Exame de Defesa de dissertação do mestrando Cleiton Jadson Silva Dourado, intitulado “**AGRONEGÓCIO E A REESTRUTURAÇÃO URBANO REGIONAL DO OESTE DA BAHIA**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dra. Tathiana Rodrigues Salgado (Orientadora - PPGEU/UEG), Dr. Edson Batista da Silva (Membro interno - PPGEU-UEG) e Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Membro externo - UFG). **Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e sua orientadora.** Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado **proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (x)** ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):

Cumpridas as formalidades de pauta, às 16:21 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

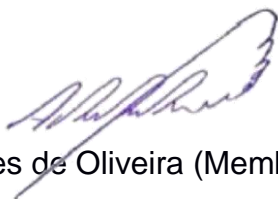
Goiás-GO, 14 de setembro de 2021.



Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado (Orientadora - PPGEU/UEG)



Prof. Dr. Edson Batista da Silva (Membro Interno / PPGEU-UEG)



Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Membro externo - UFG)

*“Quando os ricos estão em guerra, são os
pobres que morrem”.*

Jean-Paul Sartre.

Dedico à Elizete Dourado, minha mãe e in memoriam a JP e Ana Alves que pelos seus ensinamentos e lembranças minhas ações são guiadas.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final deste trabalho foi para mim uma tarefa muito grande e difícil. Não teria conseguido se na trajetória percorrida, faltassem-me as valiosas ajudas de muitos amigos e companheiros.

Mesmo correndo o risco de cometer injustiças, esquecendo-me de alguns nomes, quero agradecer:

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UEG, pela oportunidade de fazer parte da primeira turma de Mestrado em Geografia e poder contribuir com a solidificação do Programa.

À minha orientadora, Tathiana Rodrigues Salgado, agradeço sua dedicação, compromisso e seriedade com a orientação. Obrigado por entender as minhas dificuldades em conciliar trabalho e estudos.

Aos Professores Edson Batista da Silva e Adriano de Oliveira, pelas críticas, sugestões e incentivos especialmente durante o exame de qualificação.

Ao Coordenador do PPGeo Campus Cora Coralina, 2019-2020, Professor Murilo Mendonça Oliveira de Souza, por sua compreensão, diálogo e disposição com cada um de nós estudantes do curso;

Às Professoras Consuelo do Amaral, Lucélia Santos e ao Professor Valter Ricardo, cuja compreensão e contribuição para a minha formação foram grandiosas, lembrarei e agradecerei sempre.

Aos meus familiares:

Elizete Silva Dourado, minha mãe, pelos exemplos de vida, incentivos e ensinamentos que me fortalecem; Thaianne, minha companheira pela tolerância e paciência; Miguel, meu queridíssimo filho, pela compreensão e paciência com as ausências do papai. Finalmente, meu filho, o papai está terminando o Mestrado. A Vanessa minha irmã por sempre acreditar em mim; a meus cunhados Carlos e John pelo companheirismo e pela ajuda sempre que necessário. Agradecimento particular e especial a minha irmã Andressa Hízia, que sempre esteve disponível quando precisei, demonstrando sua infinita generosidade e prazer em me ajudar.

À minha turma de Mestrado, especialmente aos amigos. Joannes, Luiz, Néia, Nathalia (pela valiosa contribuição nos mapas e figuras) Diego,

Jorge e Felipe Carregar o peso do mestrado sem vocês para compartilhar os desafios, teria sido muito mais difícil.

Aos meus amigos e companheiros da cidade de Correntina, em especial ao grupo de estudo do vale do São Francisco pelo apoio e interesse neste estudo.

RESUMO

Pretende-se com esse trabalho uma análise da reestruturação urbana - regional resultante da difusão do agronegócio, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, investigando o caso específico do Oeste Baiano, espaço que vem sendo alvo da territorialização do capital agrícola e da atuação das redes agroindustriais desde a década de 1980. O conjunto de eventos, em processo nessa área, estaria induzindo uma regionalização sustentada na dinâmica do agronegócio associando a uma rede de novos capitais agrícolas em expansão e a todas as demandas urbanas e rurais que lhes vem constituindo, uma nova região produtiva agrícola. Busca-se entender se os conteúdos urbanos e os papéis regionais das principais cidades do Oeste Baiano resultam de uma crescente integração entre o agronegócio e os circuitos da economia urbana, transformando tais cidades em espaços funcionais às exigências produtivas do campo moderno. A expansão da urbanização e incremento da economia urbana faz com que o agronegócio, adquiriu-se um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses capitalistas e, portanto, atrativa aos agentes hegemônicos das redes agroindustriais. O Oeste Baiano apresenta, de fato, um conjunto de variáveis ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas que, combinadas, lhe conferem, em cada momento histórico, uma identidade geográfica. E essa identidade é produto do processo histórico de formação e organização regional, mas com uma nova variável acrescida, principalmente a partir dos anos de 1980, a da difusão do agronegócio na região. Com a difusão do agronegócio, os lugares incorporados são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdo. A proposta deste trabalho é, portanto, apresentar reflexões acerca da difusão do agronegócio no Oeste Baiano e da reestruturação urbano-regional advinda deste processo. Essa Dinâmica provocou uma reorganização sócio espacial com a emergência de novas territorialidades por meio da “modernização da agricultura” e do incremento da ascendente urbanização. Nos levantamentos teóricos foram considerados livros, jornais, teses, dissertações, artigos e todo tipo de material que tratasse de assuntos pertinentes ao tema de investigação. Contamos também com uma pesquisa realizada via internet, destacando-se os seguintes portais eletrônicos: periódicos da Capes; Google Acadêmico, revistas eletrônicas, jornais eletrônicos, bibliotecas virtuais de universidades públicas, entre outros.

Palavras-chave: Reestruturação urbano-regional. Agronegócio. Urbanização. Oeste Baiano.

ABSTRACT

It is intended with this work analyze urban and regional restructuring resulting from the spread of agribusiness, especially in agricultural frontier areas, investigating the specific case of Western Bahia space that has been the target of the territorialization of agricultural capital and the performance of agro-industrial networks since 1980. The set of events in process in this area would be inducing a sustained regionalization in the dynamics of agribusiness associating with an expanding network of new agricultural capital and to all the urban and rural demands that have made them a new agricultural productive region. It also seeks to understand that urban content and the regional roles of the main cities of Western Bahia result from a growing integration between agribusiness and urban economic circuits transforming cities into functional spaces to the productive demands of the modern countryside. The expansion of urbanization and the increase of the urban economy makes agribusiness, acquire a competitive standard, entrepreneur, adjusted to capitalist interests and, therefore, attractive to hegemonic agents of agro-industrial networks. The West of Bahia presents, indeed, a set of environmental, cultural, social, economic variables and policies that, combined, give it, at each historical moment, a geographic identity. And this identity is a product of the historical process of formation and regional organization, but with a new variable added, mainly from the 1980s onwards, the diffusion of agribusiness in the region. With the spread of agribusiness, incorporated places are subject to changes in their forms and content. The purpose of this work is, therefore, to present a synthesis of some reflections about the diffusion of agribusiness in the west of Bahia and the urban-regional restructuring arising from this process. This Dynamic caused a socio-spatial reorganization with the emergence of new territorialities through the "modernization of agriculture" and the increase in ascending urbanization. The theoretical surveys considered books, journals, theses, dissertations, articles and all kinds of material that dealt with matters relevant to the research theme. and also with a vast research carried out via the internet, highlighting the following electronic portals: Capes journals; Google Scholar, e-magazines, e-newspapers, public university virtual libraries, among others.

Key words: Urban-regional restructuring. Agribusiness. Urbanization. West of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Oeste da Bahia.	18
Figura 2 – Mapa do Oeste da Bahia: delimitação e localização geográfica. ...	59
Figura 3 - Rede Viária da Bahia – 1930.	60
Figura 4 – Mapa do Oeste Baiano: hierarquia da rede urbana regional na década de 1980.	77
Figura 5 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 1985.	88
Figura 6 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 1995.	89
Figura 7 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 2005.	90
Figura 8 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 2019.	92
Figura 9 - Fluxo de comércio intrarregional da região Além São Francisco – 1976.	95
Figura 10 - Rodovias da Mesorregião do Oeste da Bahia.	97
Figura 11 - Visão aérea da Bunge em Luís Eduardo Magalhães 112	112
Figura 12 - Armazéns da Bunge em Luís Eduardo Magalhães.	114
Figura 13 - Visão aéreas das tradings situadas em Luís Eduardo Magalhães 115	115
Figura 14 - Vista aérea Cargill em Barreiras.	116
Figura 15 - Vista aérea do Polo Industrial de Barreiras.	117
Figura 16 - Vista aérea do Centro Industrial do Cerrado.	118
Figura 17 - Print do website da AIBA.	122
Figura 18 – Mapa da Região Produtiva do Agronegócio ligadas à Barreiras.	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Safra 2017/2018 no Oeste da Bahia.	32
Tabela 2 - Brasil: participação das regiões no crédito rural - 1960-1999/00 (anos selecionados).	35
Tabela 3 - Oeste Baiano: distribuição de bens e serviços entre os principais núcleos da década de 1950.	65
Tabela 4 - Oeste Baiano: surgimento de nucleações entre as décadas de 1900 a 1950.	66
Tabela 5 - Oeste Baiano: tamanho populacional dos núcleos em 1950.	67
Tabela 6 - Oeste Baiano: emancipação político-administrativa nas décadas de 1950 e 1960.	70
Tabela 7 - Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população (urbana e total) em 1970.	74
Tabela 8 - Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população (urbana e total) em 1980.	78

Tabela 9 – Estrutura Fundiária da Região do Oeste da Bahia em 2006 e 2017.	100
Tabela 10 - Censo demográfico de 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 de municípios do Oeste da Bahia.....	102
Tabela 11 - Taxa de urbanização dos municípios região Oeste Baiano, 1980, 1991, 2000 e 2010.	103
Tabela 12 Produto Interno Bruto a Preços Correntes no Oeste da Bahia – 2010 a 2018.	108
Tabela 13 - Saldo de emprego formal por município entre 2010 e 2020.	108
Tabela 14 – Realidade socioeconômica dos municípios baianos com base no IFDM.	126
Tabela 15 – Produção de soja nas microrregiões da RPA de Barreiras de 1990 a 2010	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação entre Agricultura Camponesa e Agronegócio (2017) 26	
Gráfico 2 - Comparação do saldo da balança comercial do Agronegócio e saldo da balança comercial total.	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia entre 1956 -1979.	83
Quadro 2 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia.	104

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão
AIBA - Agricultores e Irrigantes da Bahia
BRASAGRO - Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia
CAIs - Complexos Agroindustriais
CAMPO - Companhia De Promoção Agrícola CPA
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIC - Centro Industrial do Cerrado
CIMMYT - Centro Internacional de Melhoramento de Trigo e Milho
COACERAL - Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COTRIPAL – Cooperativa Tritícola de Panambi
DESENBANCO - Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIEB - Federação das Indústrias do Estado Da Bahia
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
ha - Hectare
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IR - Imposto de Renda
ISS - Imposto Sobre Serviços
Jadeco - Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation
JICA - Agência de Cooperação Internacional Japonesa
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Masp - Métodos de Análise e Solução de Problemas
MATOPIBA - Regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

PAD-DF - Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

PCN - Programa Corredor de Exportação Norte

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

Poloamazônia - Programa de polos agrominerais e agroindustriais da Amazonas

UEG- Universidade estadual de Goiás

Polocentro - Programa de desenvolvimento do Cerrado

Polonordeste - Programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste

PROCEDER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

RPA - Regiões Produtivas do Agronegócio

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia

t - Toneladas

4º BEC - Batalhão de Engenharia de Construção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AGRONEGÓCIO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	22
1.1 Agronegócio, conceitos e discussões	23
1.2 As políticas de consolidação do agronegócio no Brasil	33
1.3 Agronegócio e o reordenamento do território.....	42
2 O OESTE BAIANO PRETÉRITO (1940-1980)	55
2.1 Do além São Francisco ao Oeste Baiano.....	55
2.2 A rede urbana pretérita do Oeste Baiano	62
3 O PROCESSO DE INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO	85
3.1 A chegada do agronegócio no Oeste Baiano	87
3.2 Os grandes representantes do agronegócio no Oeste Baiano	109
3.2.1 O papel das redes agroindustriais no Oeste Baiano	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

A desconcentração industrial ocorrida no Brasil, a partir de 1970, permitiu que pudessem, atualmente, falar de pontos e manchas de expansão do meio técnico-científico-informacional¹ (SANTOS, 1994, 1996b e 2000), a partir da incorporação do exército de lugares de reserva (SANTOS, 2005). Dessa forma, surgem no Nordeste diversos subespaços dinâmicos (ARAÚJO1997), com tendência para uma acumulação privada associada ao agronegócio, a exemplo de áreas do Semiárido e dos Cerrados nordestinos (ELIAS 2006a).

O Oeste da Bahia é o objeto de estudo desse trabalho, espaço incorporados à difusão do agronegócio no país a partir da década de 1980.

A inserção do Oeste Baiano no rol dos novos espaços seletivos para o capital (SANTOS, 1996b) só pôde ocorrer a partir do processo de desconcentração espacial de empresas, quando o capital migrou para outras áreas do território brasileiro que antes não despertavam interesse para alguns tipos de investimentos. Até aquele momento a reestruturação produtiva esteve evidenciada no Brasil de modo mais complexo na Região Concentrada, haja vista que seus espaços pioneiramente se adaptaram aos interesses capitalistas, atraindo empresas representativas mundialmente (SANTOS, 1996a, 2005; SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011).

O objetivo geral da pesquisa, que deu origem a esta dissertação, foi apresentar reflexões acerca da difusão do agronegócio no Oeste Baiano e da reestruturação urbano-regional advinda deste processo.

Os Objetivos específicos buscam, entender como o agronegócio pode reestruturar espaços regionais, caracterizar o oeste baiano entre 1940 a 1980, identificar as mudanças espaciais no oeste baiano após a inserção do agronegócio.

A produção de soja chegou à região Nordeste pioneiramente nos cerrados baianos no início dos anos de 1980. Essa expansão implicou a atuação de novos agentes econômicos e a introdução de uma série de sistemas técnicos e de capital, o que induziu, por sua vez, transformações no

¹ Meio técnico-científico-informacional aquele “marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. (SANTOS, 2005)

âmbito político, econômico e social de todo o Oeste Baiano, atingindo, posteriormente o sul do Maranhão, sul do Piauí, assim como partes do centro-leste do Tocantins, mais recentemente (SANTOS, 1996b). O conjunto desses espaços pode ser chamado, com base nos estudos de Elias (2006abcde, 2007a, 2008, 2011, 2013), de Região Produtiva do Agronegócio (RPA) de Barreiras (ELIAS, 2007a, 2011, 2013). Mas o processo de formação dessa região começou, a princípio, pelo Oeste Baiano, e essa área, agora consolidada em relação às demais, ainda detém uma influência acentuada nos processos regionalizados desses outros subespaços.

O que motivou a realização deste estudo foi o interesse de questionar a veracidade do discurso encampado pelo agronegócio, de ser o responsável por promover a erradicação das desigualdades sociais locais. Por meio das reflexões suscitadas, procurando desvelar a realidade de uma posição pouco cômoda, ou seja, da perspectiva daqueles que sofreram e sofrem diretamente os efeitos da modernização conservadora e cujas vidas foram significativamente transformadas por conta da desapropriação das terras e da intensificação do assalariamento no campo.

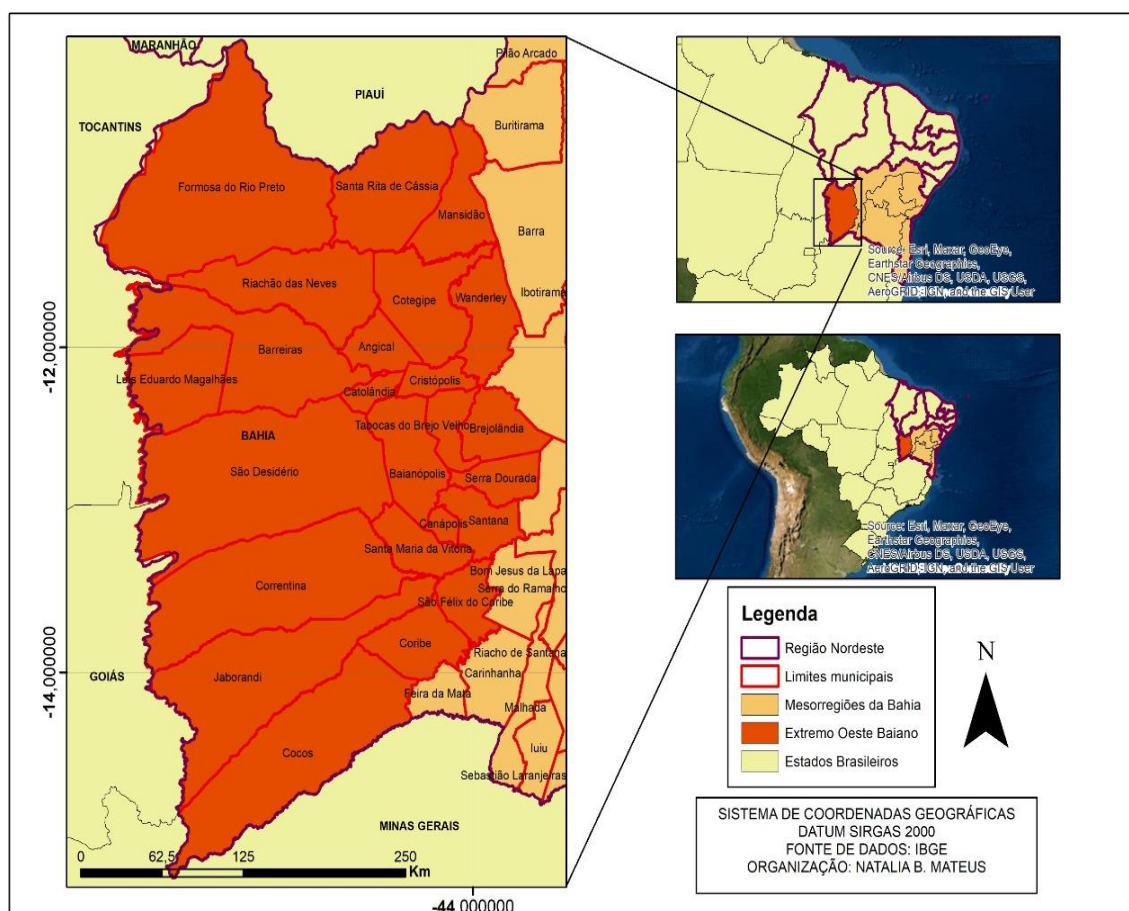
Este estudo não aconteceu de maneira aleatória. Trata-se de uma ação deliberadamente política, e por meio da qual apresento as minhas visões de mundo, projetos de vida e de ciência procurando pensar as transformações em curso na urbanização e no campo brasileiro e, mais especificamente, no Oeste Baiano, a partir da perspectiva daqueles que sempre viveram na/e da terra.

O Extremo Oeste Baiano, classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mais se aproxima do nosso objeto de estudo, trata-se de uma das 7 mesorregiões da Bahia composta pelas três microrregiões: Barreiras (7 municípios), Cotegipe (8 municípios) e Santa Maria da Vitória (9 municípios). A investigação centrou-se nos municípios que estão diretamente associados à difusão do agronegócio de soja, quais sejam: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina, Jaborandi, Baianópolis, Riachão das Neves e Santana.

A região do Oeste Baiano investigada trata-se de um subespaço da RPA de Barreiras e compõe-se dos municípios acima citados, o que não impede a compreensão dos processos na interação das diferentes escalas.

Consideramos que nesse recorte espacial selecionado está presente uma densidade de fixos e fluxos que atendem às redes agroindustriais presentes na RPA de Barreiras, funcionando como uma espécie de núcleo de comando, ou área core, para a difusão do agronegócio na região maior. Isto reforça a escolha por pesquisar essa porção da RPA de Barreiras. A Figura 1 apresenta o Oeste Baiano, parcela da RPA de Barreiras e o recorte espacial.

Figura 1 - Mapa de localização do Oeste da Bahia.



Fonte: IBGE, 2010.

O recorte temporal, principal, abrange do início da década de 1980 – quando começa a expansão do agronegócio da soja nos cerrados baianos – até os processos mais recentes do início do século XXI. A dimensão temporal foi imprescindível na busca da compreensão da realidade, para entender principalmente a diferença entre os lugares. Afinal para Santos (1985, p. 22) a “noção de espaço é, assim, inseparável da ideia de tempo.”

É preciso destacar, porém, que essa delimitação temporal não é estática e imutável, até porque a relação espaço-tempo é estreita, pois o comportamento de um novo sistema está condicionado pela sua forma antecedente. O recorte temporal buscou relacionar o período selecionado para análise aos diferentes momentos que o ensejaram e àqueles que lhe poderão advir (SPOSITO, 2006b).

Delimitado o recorte espacial e temporal, a problemática inicial, enquanto afirmação ainda não comprovada sobre algum fenômeno, foi a de que a inserção do capital e a atuação das empresas que compõem as redes agroindustriais no Oeste Baiano estaria promovendo, desde o início dos anos de 1980, uma reestruturação urbano-regional associada à expansão da produção moderna de *commodities* agrícolas, e isso teria conformado o Oeste Baiano como região funcional ao agronegócio.

Para elucidar a problemática, algumas perguntas, porém, foram selecionadas como centrais, como as seguintes: Como evoluiu a fronteira agrícola moderna no Nordeste e, especialmente, no Oeste Baiano? Quais os principais agentes que comandam o agronegócio no Oeste Baiano? Qual tem sido o papel do Estado na dinâmica econômica e política associada ao agronegócio nessa região? Quais as novas relações campo-cidade são possíveis de observar na região?

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas teóricas, pesquisas documentais, análise de dados de órgãos federais, estaduais e municipais. Nos levantamentos teóricos foram considerados livros, jornais, teses, dissertações, artigos e todo tipo de material que tratasse de assuntos pertinentes ao tema de investigação. Foram utilizadas uma vasta pesquisa realizada via internet, destacando-se os seguintes portais eletrônicos: periódicos da Capes; Google Acadêmico, revistas eletrônicas, jornais eletrônicos, bibliotecas virtuais de universidades públicas, entre outros. Muito importante também foi coleta de dados oficiais por órgãos públicos, federais, estaduais e municipais.

Devido ao contexto pandêmico muitas dificuldades foram encontradas para a realização de um trabalho de campo envolvendo o objeto de estudo. Entre alguns empecilhos estão a dificuldade de transporte, que afetou até mesmo os ônibus interestaduais, é válido também destacar a quantidade de

infecções registrada na área de estudo e conseqüentemente as dificuldades impostas pelas barreiras sanitárias de cada cidade.

Os aportes teórico-metodológicos foram de Elias (2003ab, 2006abcd, 2007ab, 2008, 2011, 2012, 2013), construídos desde o início da década de 1990 e que sustentam a discussão sobre a reestruturação produtiva da agropecuária, a difusão do agronegócio globalizado, as novas relações campo-cidade e os processos de urbanização e regionalização advindos.

Para compreender a categoria Região, além dos clássicos, foi estudado principalmente as definições de Haesbaert (2007, 2010) que a compreende como uma totalidade aberta e em movimento. Para discutir o caráter competitivo e corporativo da região estudada, foi embasado, além de Elias (2003ab, 2006ab), em Castillo (2007) e Frederico (2012).

Para averiguar a urbanização desses espaços, o estudo foi apoiado, sobretudo, em Elias (2006d, 2007b, 2006), Santos (2005,), Corrêa (1994) e Sposito (2004, 2006b, 2007). Para apreender a rede urbana presente no Oeste Baiano, utilizaram-se os pensamentos de clássicos como Geiger (1963), Faissol (1971) e também de leituras mais recentes como de Corrêa (2006), Dias (2004,2007).

Para uma análise mais local do objeto de pesquisa, a referência foi autores que, há algum tempo, têm investigado a região. Foi estudado, por conseguinte, os trabalhos de Santos Filho (1989), Haesbaert (1996, 1997), L. Alves (1999), Junges (2004), Almeida (2005), Elias (2006a), Bernardes (2004,), Frederico (2009, 2012), C. C. Santos (2012), Brandão (2009,2010,), Ilário (2011), Lavoratti e Santos (2011), Rios Filho (2011, 2012), Mondardo (2010,), entre outros.

A presente pesquisa está subdividida em três seções. No primeiro tópico da seção inicial abordam-se alguns conceitos e discussões a respeito do agronegócio, no segundo tópico apresentam-se as políticas de consolidação do agronegócio no Brasil e no último tópico retrata sobre o agronegócio e o seu poder de reordenamento do território.

Na segunda seção é apresentado o Oeste Baiano pretérito antes da inserção do agronegócio. No primeiro tópico são sintetizadas algumas análises do processo histórico, econômico, social e político, intitulado como: Do além são Francisco ao Oeste Baiano. No segundo tópico dessa seção o foco da

discursão é na rede urbana pretérita do Oeste Baiano, discorrendo sobre a emancipação de alguns municípios, dando destaque em especial ao papel desempenhado por Barra e Barreiras.

Na terceira seção o foco é no processo de inserção do agronegócio no Oeste Baiano. No primeiro tópico é analisado como se deu a chegada do agronegócio no Oeste Baiano. No segundo tópico busca-se entender quem são os grandes representantes do agronegócio no Oeste Baiano. No terceiro e último tópico é feita uma análise do papel das redes agroindustriais no Oeste Baiano.

1 AGRONEGÓCIO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

A expansão da fronteira agrícola para os cerrados brasileiros, sobretudo a partir da década de 1970, promoveu um novo ordenamento territorial, tanto na organização do espaço agrícola como no espaço urbano, isso é por exemplo o que atestam os trabalhos de Santos (2000), Elias (2003a).

No espaço de produção agrícola destaca-se o papel das novas técnicas incorporadas a esse setor que possibilitou não somente um aumento substancial no volume de produção agropecuária do país, mas foi responsável também pela inserção de novas áreas à agricultura capitalista, como as dos cerrados. Esse processo foi, por exemplo, descrito nas pesquisas de Frederico (2009), Santos (2005).

Conforme aponta a bibliografia histórica geográfica no bioma cerrado, que até a década de 1960, predominava uma ocupação camponesa e de pecuária extensiva, ganha agora centralidade no contexto de produção agrícola “moderna”. Ou seja, há uma mudança da natureza do rural nesse espaço. Como destaca Wanderley (2000, p.70)

O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, ao pesquisador, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes” (WANDERLEY, 2000, p. 70).

Entretanto, as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, nas quais o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção também precisam ser analisadas nos estudos do campesinato como nos alerta Oliveira (1987,1996). Destarte, encontrar-se-á agricultura brasileira assentada, de um lado, em relações especificamente capitalistas, trabalho assalariado, mecanização, alta tecnologia, e de outro, baseada na articulação de formas não capitalistas de produção, como o trabalho familiar, por exemplo.

Nesse contexto, de alteração da natureza do rural em áreas de cerrado, a abordagem territorial do desenvolvimento surge como uma possibilidade de crescimento econômico atrelada a uma abordagem multidimensional e descentralizada, dando voz aos diversos atores sociais. No Brasil,

A abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil. Sua difusão deve-se, principalmente, à política territorial implantada, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003, que desde então tem propagado as benesses dessa abordagem na promoção do almejado desenvolvimento, utilizando-a como suporte basilar na fundamentação teórico-metodológica das políticas públicas (LIMA, 2014, p. 59-60).

A seguir será discutido o conceito e algumas discussões a respeito do agronegócio, a participação do Estado via políticas públicas de consolidação do capital no campo brasileiro e posteriormente um reordenamento dos espaços urbano e rural desencadeado pela organização do agronegócio em redes territoriais.

1.1 Agronegócio, conceitos e discussões

Para Oliveira (2006) a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica contraditória da mundialização do capital², pois, é devido a essa lógica contraditória que o agronegócio tem-se expandido no Brasil. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.” (p. 37) E ainda, “[...] produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar.” (p. 38).

Conforme Padilha Junior (2004), essa lógica foi desenvolvida na década de 1950 pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg no âmbito da área de Administração e Marketing, nascendo com a expressão agribusiness, nos Estados Unidos, em 1957.

Esses autores americanos enunciaram o conceito de agronegócio como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição

² François Chesnais formulou o conceito de mundialização do capital exatamente em decorrência da presença do neoliberalismo no mundo acadêmico. Portanto, o conceito de mundialização nasceu no mundo acadêmico visando explicar os elementos fundantes desse novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo.

dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles" (Padilha Junior, 2004, p.46).

Conforme destaca Shiva (1991) na América Latina, essa política teve início no México onde, desde 1945, a fundação Rockefeller atuava junto ao Ministério da Agricultura. Em 1961 a fundação Rockefeller cria o Centro Internacional de Melhoramento de Trigo e Milho (CIMMYT), que passa a monopolizar pesquisas com sementes. A padronização das sementes seria crucial para o sucesso do novo "pacote tecnológico", porque as espécies nativas não necessitavam do uso intensivo de insumos químicos.

A pesquisa com as chamadas "sementes milagrosas" teve início com a contratação de Norman Borlaug, que havia trabalhado em um laboratório da Dupont durante a Segunda Guerra Mundial, pela fundação Rockefeller no México (SHIVA, 1991, p. 33-37).

No Brasil o vocábulo agribusiness foi traduzido inicialmente, nos anos de 1980, pelas expressões agroindústria e complexo agroindustrial, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura intensificada nos anos de 1970. De acordo com Pavesi e Gomes (2011),

O termo agribusiness atravessou praticamente toda a década de 1980 sem tradução para o português. Não eram raras as discussões sobre a utilização do termo em inglês sem a tradução literal para o português do termo agronegócio (Pavesi e Gomes 2011, p. 3).

Leite e Medeiros (2012) destacam que, nos anos de 1990, o termo agribusiness começou a ganhar mais espaço principalmente com o surgimento de entidades setoriais, como a Associação Brasileira do Agribusiness – hoje Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e de entidades patronais rurais que tiveram importante papel na generalização do uso do termo agribusiness, inicialmente, e agronegócio, depois. Já no início do ano 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando tanto entre aqueles agentes associados ao modelo moderno de produção agropecuária, quanto na linguagem acadêmica, jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários.

Para Fernandes (2010, p. 02), apesar do termo agronegócio ser relativamente novo e utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista, o seu *modus operandi* remonta às plantations do período colonial, passando por adaptações e modificações inerentes às diferentes etapas do modo capitalista de produção. Mas ao contrário de significar apenas um termo para designar a agricultura capitalista, o autor irá sentenciar que o agronegócio é ainda,

[...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...]. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES, 2010, p.02).

Nessa mesma vertente Canuto (2004) destaca que:

O agronegócio é apenas um novo nome para uma velha estrutura, buscando concretar a sua hegemonia no espaço agrário, uma vez que os avanços tecnológicos aplicados à produção agropecuária conseguiram ampliar as receitas econômicas graças ao incremento da produção e da produtividade, embora essa constatação não tenha significado [...] qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo, (CANUTO 2004, p. 02-03).

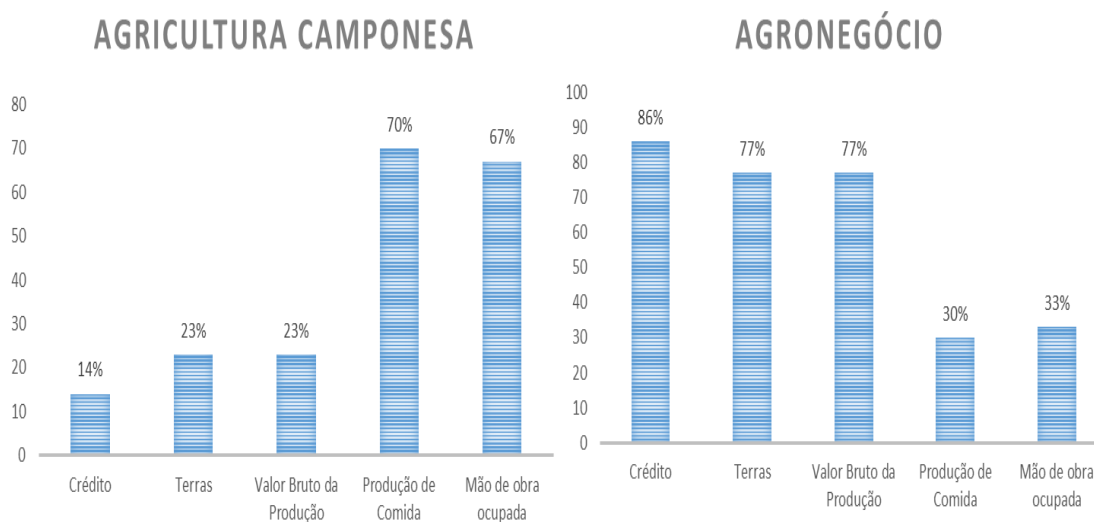
Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2008, p.334) irá chamar atenção para a atuação de um complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático em torno do conceito de agronegócio, onde a superioridade do negócio agrícola capitalista em detrimento de outras formas de produção no campo é tida como uma máxima inconteste, numa naturalização da superação da “agri (cultura)” pelo “agro (negócio)”.

É muito comum, por exemplo, se deparar com esta confusão conceitual propositada entre agricultura e agronegócio, como se o negócio agrícola capitalista pudesse ser reduzido ao trabalho na terra e a produção de gêneros agropecuários, quando na verdade os dados pontam uma incongruência entre o que o agronegócio quer aparentar ser e o que ele realmente é, conforme no alerta Fernandes (2010, p. 02-03) e pode ser conferido no Gráfico 1.

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda

vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. [...] A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNANDES, 2010, p. 02-03).

Gráfico 1 - Comparação entre Agricultura Camponesa e Agronegócio (2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário-IBGE (2017)

Mais do que um vocábulo, contudo, o que importa é considerarmos que o agronegócio envolve todo o circuito espacial da produção de uma *commodity* agrícola³. Sua relação se estende às atividades de logística e negociações com o mercado internacional. Existem, ainda, as instituições de ensino, pesquisa, extensão rural, assistência técnica, consultoria, crédito rural, as organizações de classe, etc., que interagem e influenciam de maneira intensa o agronegócio. Ou seja, é uma atividade que aciona toda uma rede de serviços públicos e privados, promovendo alterações sócias espaciais nos espaços em que a atividade está inserida, alterando e convivendo com outras lógicas ali existentes.

³ *Commodity* agrícola são os “produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização. *Commodities* agrícolas não são, portanto, produtos industrializados, os quais incorporam significativo valor, adicionado às matérias-primas utilizadas para sua produção. O trigo em grão é uma *commodity* agrícola, mas não o pão, o macarrão e outros produtos derivados do trigo e que passam por processos manufatureiros” (Delgado, 2012, P. 136)

Segundo Welch (2005) a revolução verde se constituiu como estratégia de mundialização do modelo de agronegócio, que abrange a mecanização das fazendas e a intensificação do uso de agrotóxico, além da liberação comercial patrocinado pelo Estado.

Conforme Stédile; Carvalho (2012), a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde foi empreendida numa conjuntura que discutia o problema da fome da população mundial. Segundo os autores, Josué de Castro, em sua obra clássica *Geografia da Fome*, publicada em 1963, apontava que a fome era resultante das relações sociais e de produção estabelecidas entre os homens, ou seja, um problema estrutural no seio da concentração das riquezas manifesta no caso brasileiro em sua histórica base latifundiária. Entretanto, a tese de Josué de Castro, que tinha como centralidade a diminuição do abismo social, era combatida no contexto ideológico da Guerra Fria:

[...] era preciso difundir novas técnicas de produção agrícola baseadas no modelo de agroquímicos, com uso intensivo de adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola. Esse pacote tecnológico foi chamado Revolução Verde, pois o aumento da produtividade física das lavouras eliminaria a fome [...]. (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 720-21)

Shiva (1991) explica que o conceito de “revolução verde” foi criado a partir da ideia de uma suposta neutralidade científica. A noção da ciência como desprovida de conteúdo político, ou seja, acima do “bem e do mal”, significa que não deve ser questionada. Segundo a autora: “Apesar de a ciência ser produto de forças sociais e de seu conteúdo ser determinado por setores que podem mobilizar a produção científica, a atividade científica contemporânea recebeu a posição privilegiada de neutralidade social e política” (SHIVA, 1991, p. 21).

No período pós-guerra, esta tecnologia foi adaptada para compor o setor denominado de *agribusiness*, que prometia promover prosperidade e paz. Shiva (1991) lembra que, em 1970, Norman Borlaug recebeu o Prêmio Nobel da Paz por ter desenvolvido as chamadas “sementes milagrosas”. O cientista americano foi considerado como o “pai” da revolução verde. O significado do prêmio teve como consequência gerar a percepção de que, “A ciência foi

premiada por ter uma habilidade mágica de resolver problemas de escassez material e violência” (SHIVA, 1991, p. 19)

Para Oliveira (2010), o antes da porteira, representado pela aquisição de sementes, mudas, fertilizantes, agroquímicos, tratores e implementos, etc. – significa cerca de 11,0% do volume de recursos do agronegócio; o dentro da porteira, constituído pela produção propriamente dita, envolve algo como 25,8% desse setor; e, finalmente, o depois da porteira, composto pelas atividades de beneficiamento, transporte, armazenamento, processamento ou industrialização, comercialização, etc. , é o responsável pela maior fatia do agronegócio: 63,2%. Na opinião de Toledo (2005, p. 30)

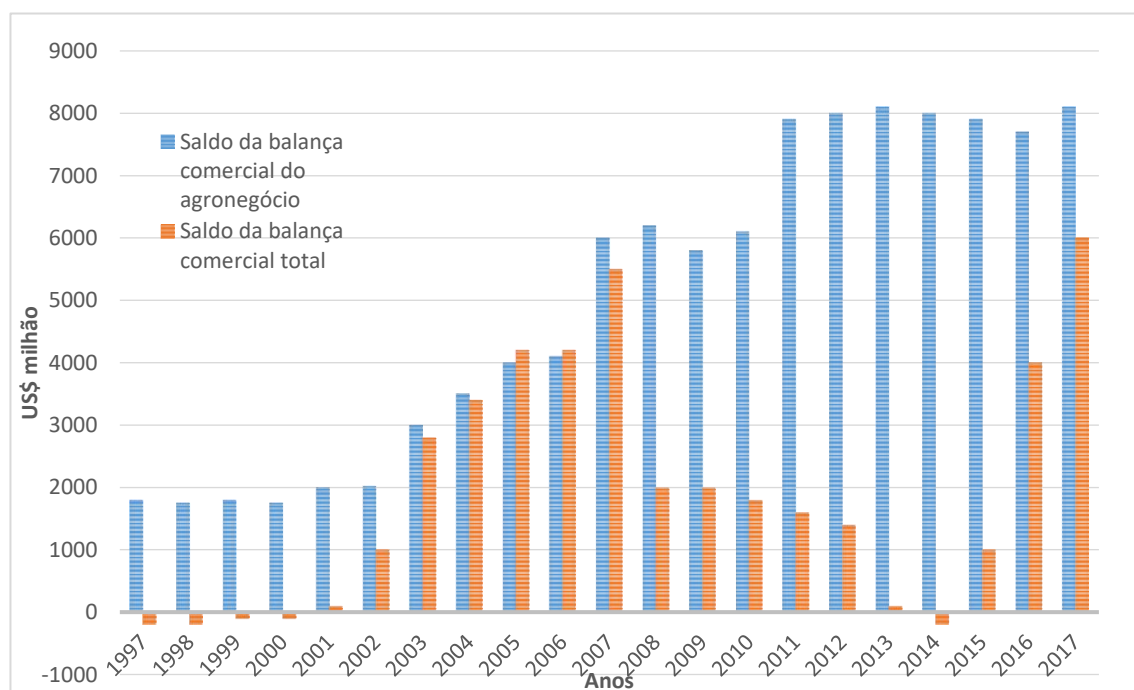
O agronegócio é, de fato, um negócio, pois no funcionamento desse setor se lida com aspectos administrativos, financeiros, contábeis, logísticos, gestão de recursos humanos, gerenciamento de informações, comunicação de banco de dados, controle de qualidade e de processos, automação industrial e comercial, marketing, entre outros, próprios de qualquer ramo empresarial, bem como se gerencia empresas agropecuárias, definindo as estratégias de mercado e sistemas de produção. Vemos exemplos da parceria Estado-Empresa quando organismos públicos, como institutos de pesquisa e universidades, comportam-se como sustentáculo para as ações de multinacionais em território nacional por meio das estratégias empresariais e do financiamento do Estado, criando cursos especializados em agronegócios e desenvolvendo produtos e pesquisas para o aumento da produtividade de *commodities* agrícolas.

O Estado brasileiro, através de políticas de cunho neodesenvolvimentista ⁴, tem agido, muitas vezes, como um colaborador para os empreendimentos de grandes empresas, em detrimento tanto de políticas sociais quanto de um projeto autônomo e soberano de inserção do país na globalização. Inúmeros países pobres têm seus destinos agora, ainda mais do que no passado, ligados aos interesses das políticas de empresas.

⁴ [...] podemos dizer que o neodesenvolvimentismo como projeto burguês de desenvolvimento hipertardio, apesar de avanços significativos e inegáveis no indicadores sociais, tornou-se incapaz, por si só, de alterar qualitativamente, a natureza da ordem oligárquica burguesa historicamente consolidada no Brasil de hoje, mais do que nunca, pelo poder dos grandes grupos econômicos beneficiários da reorganização do capitalismo brasileiro dos últimos vinte anos – primeiro com o neoliberalismo e depois, com o neodesenvolvimentismo. (ALVES, 2014, p.135).

Oliveira (2003) observa que o Brasil do campo moderno vem transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, no qual o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Desse modo, quando se trata de agronegócio, não estamos mais falando, apenas, de fazendas, mas de empresas do agronegócio; não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* agrícolas; e, sobretudo, não se lida mais unicamente com agricultores ou produtores, mas empresários do agronegócio. Conforme se observa no Gráfico 2, o saldo da balança comercial do agronegócio vem superando o saldo da balança comercial total do país, mantendo assim a supremacia do agronegócio na balança comercial brasileira, pois, mesmo quando o saldo da balança comercial se encontra em déficit o saldo do agronegócio permanece positivo.

Gráfico 2 - Comparação do saldo da balança comercial do Agronegócio e saldo da balança comercial total.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC/SECEX (2018).

Como enfatiza Hespanhol (2008), no caso brasileiro, o processo de modernização da agricultura reduziu o seu ritmo a partir do início dos anos de 1980, em razão da crise econômica mundial e das crises fiscal e financeira que atingiram o Estado. Mesmo assim, a agricultura moderna em bases empresariais se expandiu nas décadas que se seguiram aos anos de 1970 e

continua em marcha por meio do crescimento das áreas de cultivo de soja e milho nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país; de algodão mecanizado nos Estados de Mato Grosso e Bahia; de cana-de-açúcar nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Atualmente, tal política agrícola, baseada nos moldes da “revolução verde” continua a ser disseminado no Brasil através da promoção da dinâmica do agronegócio, associado ao mono cultivo e dependente tanto de insumos químicos e industriais quanto de grande quantidade de terra e água. A obra de Mazzali (2000) mostra que:

A emergência da organização em rede como uma forma de suplantando o modelo explicativo do desenvolvimento da agricultura brasileira via complexos agroindustriais (CAIs). Para o autor, o conceito de CAIs estaria inscrito no período histórico no qual se consolidou o padrão denominado, pacote tecnológico, inaugurado nos anos de 1960 e que se estendeu até a primeira metade dos anos de 1980, com forte intervenção do Estado. Trata-se de um modelo cuja base são cadeias fortemente identificadas com produtos agrícolas específicos, estabelecendo uma identidade entre estes e o alimento final (MAZZALI, 2000, p. 35).

Os CAIs, cuja base são as cadeias produtivas, trazem de fato uma abordagem limitada do espaço por trabalharem com um sistema simples e fechado. No sistema fechado não há um intercâmbio de matéria e energia com o exterior ou o ambiente (MORIN, 1999). Desse modo não se considera o território como parte do sistema, desprezando o entendimento da territorialização⁵ dos processos.

No período pós 1990, a agropecuária brasileira vivenciou um processo de reorganização centrado na reestruturação das relações entre as empresas. As articulações passam a se dar não mais apenas a partir da matriz de insumo-produto, a qual a noção de complexo agroindustrial dava conta de explicar; ao invés disso as relações de produção ganham formas e conteúdos muito mais intrincados. Mazzali (2000, p. 168) diz que

O pós 1990 caracterizou-se por um conjunto de ações empresariais que escapam ao poder explicativo do modelo associado à noção de

⁵ Processo de reorganização espacial (OLIVEIRA, 1996)

complexo agroindustrial, imprimindo novos rumos à dinâmica do setor (MAZZALI, 2000, p. 168)

A noção de rede, portanto, explicaria melhor a atual expansão territorial do agronegócio.

A organização em rede também ajuda a evidenciar melhor o papel do território, o qual se modifica, paulatinamente, em decorrência das estratégias dos agentes e das suas interpelações na rede. Na perspectiva dos CAIs, a dimensão espacial, quando é considerada, tende a aparecer enquanto mera localização dos segmentos da cadeia produtiva e das zonas de produção agrícola, ou como área de ocorrência de recursos naturais e fatores de produção. Já na organização em rede, os agentes constituem arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão de interdependências de várias empresas (MAZZALI, 2000, p. 155)

Dias (1995) mostra como, com a multiplicação das técnicas reticulares, a rede se tornou uma forma dominante no pensamento contemporâneo, sendo que, toda história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em respostas a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída (DIAS, 1995, p. 141). Já para Sposito (2008, p. 57), “as redes compreendem o fluxo de pessoas, mercadorias e informações. Os fluxos muitas vezes são identificados de maneira abstrata, mas não estão livres do controle do território”.

Esta rede complexa garante a hegemonia do modelo do agronegócio em escala mundial. A atuação em escala global das corporações produz diferenças que revelam outros componentes do conteúdo do conceito do agronegócio desde uma perspectiva territorial.

O agronegócio no final do século XX, com os avanços da biotecnologia, perpetua-se o cultivo de monoculturas transgênicas. Algumas poucas empresas multinacionais controlam a produção de sementes transgênicas, caracterizando-se dessa forma, um oligopólio. Ao comprar as sementes transgênicas o agricultor assina um contrato que o proíbe de replantá-las na safra do ano seguinte, comercializá-las ou trocá-las. (SALAZAR, 2011, p.56).

O principal foco das políticas públicas, conforme aponta Thomaz Junior (2006), deveriam se nortear pela soberania alimentar, com a produção de culturas voltadas para o consumo da população e com modelos que possibilitem a conservação de modos de vida sustentável e a integridade do meio ambiente. Todavia, é importante lembrar que o agronegócio divulga a

imagem de que o seu modelo produtivista é a única forma possível, pois é responsável por boa parte da produção agropecuária brasileira. Essas falsas ideias são reforçadas/apoiadas pela mídia, por políticos e estudiosos que justificam a importância do agronegócio por meio de dados de produção e do papel que este representa para a economia do país. Mendonça (2007) afirma que:

[...] é necessário contrapor-se ao discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no fortalecimento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico. Esse discurso precisa ser desmascarado e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições climáticas e com as vivências e as experiências já construídas (MENDONÇA, 2007, p. 90-91)

Com o discurso de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, seu alastramento se dá por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas. Na Tabela 1, é possível observar a expansão do agronegócio por várias regiões brasileiras, inclusive no Oeste da Bahia.

Tabela 1 - Safra 2017/2018 no Oeste da Bahia.

Culturas	Fechamento - Safra 2017/18			1º Levantamento - Safra 2018/19		
	Área (ha)	Produtividade	Produção (t)	Área (ha)	Produtividade	Produção (t)
Soja	1.600.000	66	6.336.000	1.570.000	66	6.217.200
Algodão	263.000	322	1.270.290	332.000	322	1.603.560
Milho	140.000	180	1.512.000	150.000	180	1.620.000
Sub-Total	2.003.000		9.118.290	2.052.000		9.440.760
Café	11.306	44	29.848	8.600	44	22.704
Outras Culturas	397.000	-	210.000	375.000	-	220.000
Total	2.411.306		9.358.138	2.435.600		9.683.464

Fonte: AIBA, 2019

A seguir será analisada a maneira como as políticas estatais de modernização impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, condicionando-lhe uma nova dinâmica econômica e configuração

sócia espacial, engendrou uma nova dinâmica, não só nas áreas rurais, mas também em algumas cidades.

1.2 As políticas de consolidação do agronegócio no Brasil

Após a Segunda Guerra Mundial se acirrou o discurso de superação do subdesenvolvimento. No Brasil, por meio de políticas econômicas foram instaurados projetos desenvolvimentistas, dando condições para plena promoção da “modernidade”. Diante disso, o campo deixa de ser visto como simples lugar de “atraso” e torna-se espaço com possibilidades de “modernização” e “desenvolvimento” conforme atesta Souza (2009, p.4)

O campo passa a ser visto como contínuo do processo de urbanização. A presença do Estado é fundamental para a criação das condições de “desenvolvimento” do campo, que se concretiza desde os incentivos creditícios e criação de órgãos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias até a expansão da fronteira agrícola em direção a novas áreas como as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, abrindo novas possibilidades para a “territorialização do capital” ou “monopolização da produção”, conforme destacado por Oliveira (1998)

O Estado tem contribuído fundamentalmente para a concretização desse almejado “desenvolvimento”. Isso se dá principalmente por meio de “políticas de subsídios fiscais, financeiros e na construção de infraestrutura que favoreça sua instalação com baixo investimento privado em diferentes frações do território”. (ALENCAR; e MENESES, 2009, p. 127).

Com o anseio de possibilitar uma coesão e desenvolvimento regional, o Estado assume uma postura de centralidade e autoridade, com práticas verticalizadas e muitas vezes artificiais;

[...] dessa forma, as políticas territoriais foram pensadas e geridas por uma máquina governamental que ignorou o conhecimento e as aspirações das comunidades locais, concebendo e implantando ações numa perspectiva unilateral, uma vez que amputava a participação de diversos segmentos da sociedade nesse processo de condução das políticas públicas (LIMA, 2013, p.2).

Elias (2014) evidencia em seu trabalho que o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgados na década de 1960, estão entre as primeiras grandes ações reguladoras federais. O primeiro estabelecendo uma política fundiária favorável à manutenção da propriedade particular do solo

rural e o segundo legislando as relações de trabalho no campo e estendendo para os trabalhadores agrícolas os direitos trabalhistas urbanos. Ambos foram determinantes para as transformações dos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária, de acordo com Elias (2014, p.73)

A política tecnológica do Estado brasileiro voltada para a atividade agrícola foi igualmente fundamental ao processo de difusão de inovações. Através do Ministério da Agricultura e de uma série de órgãos e instituições a ele ligados, interferiu decisivamente para a modernização do setor no país. Com a criação, no início da década de 1970, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Estado organizou o primeiro sistema de pesquisa e extensão rural de âmbito nacional associado à agropecuária. Em poucos anos, montou uma extensa quantidade de estações de pesquisas experimentais espalhadas pelo território nacional, que resultaram em extraordinárias inovações científico-técnicas, constituindo um dos alicerces da reestruturação produtiva da agropecuária-

Mas, o pilar central da atuação do Estado brasileiro para a reestruturação dessa atividade foi mesmo sua política financeira e fiscal. Dado o grande montante de capital necessário para viabilizar a adoção das inovações técnicas e econômicas, criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na década de 1960.

O SNCR foi o principal instrumento utilizado para a consolidação da “modernização da agropecuária”. Tinha como prioridades financiar uma parcela do capital de giro à produção e estimular a formação de capital e a inserção de tecnologias modernas em todos os estágios da produção (COELHO, 2001). Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora de desigualdades, devido ao seu caráter seletivo. A seletividade ocorreu em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores. Conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Brasil: participação das regiões no crédito rural - 1960-1999/00 (anos selecionados).

REGIÕES BRASILEIRAS (%)					
Anos	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte/ Nordeste	Brasil (%)
1996	47	30	-	23	100
1970	45,6	31,8	6,5	16,1	100
1975	35,7	38,2	10,1	15	100
1980	34,1	35,8	10,5	19,6	100
1985/86	28,2	37,6	18,1	16,1	100
1988/89	21,1	34,5	32,9	11,3	100
1991/92	21,5	47,3	21,5	9,6	100
1994/95	26,6	38,9	21,1	13,3	100
1997/98	30,6	37,1	18,5	12,9	100
1999/00	28,7	42,1	18,4	10,8	100

Fonte: Banco Central do Brasil apud COELHO, 2001, p. 25,36 e 45.

O carro chefe da política financeira empreendida pelo Estado foi o próprio Banco do Brasil, que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do SNCR, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista (BURBACH; FLYNN, 1982, p. 163).

As políticas agrícolas federais abrangeram desde o nível ministerial até o de secretarias, especialmente da agricultura, planejamento e economia, e aparecem claramente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que nortearam grande parte das mudanças econômicas e sociais do país durante as décadas de ditadura militar (VASCONCELLOS, 1991).

A partir da década de 1970 a expansão do modelo brasileiro, urbano, industrial e agrícola agroexportador, tendo como meta o desenvolvimento a nível federal, criou diversos planos de governo, como estratégia de intervenção nacional, a exemplo do PND em suas edições do PND I (1972-1974) e PND II (1975-1979), com estratégias para ocupar economicamente e integrar essa região às demais regiões do Brasil. No entanto, as políticas públicas para a ocupação econômica e populacional dessas áreas tiveram os primeiros comandos nos anos 1930 com a Marcha para o Oeste, seguida pelos projetos de colonização e também pela construção de Brasília. Para os referidos planos, as políticas territoriais estavam centradas na ampliação dos propósitos de desenvolvimento já experimentados em décadas precedentes, cujos principais objetivos foram atrelados às políticas de crescimento regional. Associados a

estes estavam diversos programas como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) e o Poloamazônia (Programa de Polos Agrominerais e Agroindustriais da Amazonas), conforme aponta Ferreira (2008).

Assim, as políticas estatais de “modernização” impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo no campo, condicionando-lhe uma nova dinâmica econômica e configuração sócio-espacial, com a mecanização das atividades agrícolas e uma intensa concentração fundiária. É importante considerar que o processo de “modernização agrícola” brasileiro, em nível macro, engendrou uma nova dinâmica, não só nas áreas rurais, mas também nos centros urbanos.

O Estado desempenhou um importante papel como agente viabilizador desse processo, fornecendo o apoio financeiro, implantando uma infraestrutura física e institucional ou mesmo fazendo vista grossa às apropriações ilegais de terras e outras violências contra os camponeses. Favorecida pela atuação do Estado, a iniciativa privada passa a exercer o seu pioneirismo, promovendo a ocupação do Oeste que conduz à moderna agricultura que se expande na região, alavancando o processo de privatização do Oeste; ele toma ritmo e corpo próprios, colocando novas demandas ao Estado. A intervenção estatal na região também está associada aos interesses envolvidos na ocupação nos cerrados brasileiros, onde estão presentes empresas, cooperativas e o governo japonês, que participa técnica e financeiramente do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados) através da JICA (Japan International Cooperation Agency) (KRAICHETE E COMERFORD, 1991, p. 131).

Graziano da Silva (1996) mostra que a principal modificação da agricultura brasileira no século XX foi a transição do chamado complexo rural para os complexos agroindustriais, isto é, a substituição da economia natural por atividades integradas à indústria. A dinâmica produtiva do complexo rural era caracterizada, sobretudo pela incipiente divisão do trabalho. “As fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens, [...] e os meios de produção necessários” (p. 7). Já os complexos agroindustriais se caracterizam substancialmente pela integração da agricultura à indústria, configurado por intensas metamorfoses nas relações entre o homem e a natureza que se consubstanciam na modificação das relações sociais de produção e de trabalho, regidas exclusivamente pela lógica do capital. Nesse

contexto, a ciência, a tecnologia e a informação são essenciais para a exploração da terra e do trabalho. Por isso, conforme Paiva (1971), a modernização da agricultura deve ser avaliada pelo grau de intensidade do capital. Nas palavras de Sorj (1986, p.116)

[...] política de modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. No entanto, a relação inversa não existe: o processo de concentração de terras não significou necessariamente uma maior modernização da agricultura.

A ocupação dos espaços que se constituíram enquanto fronteiras agrícolas foram as grandes responsáveis pelas transformações importantes da estrutura produtiva do campo no país, a partir do início da década de 1960, já que esses espaços depois de ocupados pela moderna agricultura, passaram a assumir novas funções “parcialmente discerníveis dentro do capitalismo” (HARVEY, 2013, p.527).

A efetiva participação do Estado com uma intervenção planejada na condução da atividade agrícola em um grau mais adiantado de sua marcha evolutiva foi fundamental para a consolidação desses espaços, pois foi seu protagonismo que permitiu que a evolução dessa dinâmica não fosse de encontro às regras e às relações de poder históricas presentes na sociedade brasileira, em que predomina uma regra muito antiga e que permanecerá imutável: a intocabilidade da estrutura fundiária (FIORI, 1994, p. 124-144).

Premissa que possibilitou a expansão das fronteiras agrícolas constituídas no país quase que exclusivamente com a incorporação de novas terras e o fato que, nelas, as forças agrárias modernas procurarão se distinguir das tradicionais, no modo de organizar a produção, na distribuição de suas atividades e na crescente urbanização de sua sociabilidade (MULLER, 1988, p. 169).

O esgotamento de terras disponíveis para a ocupação da agropecuária nas regiões sul e sudeste do país, bem como a necessidade de aumento da produtividade agrícola, gerou a necessidade de direcionar a produção para novas áreas e a conseqüente expansão agrícola (OLIVEIRA, 2002).

A constituição e o avanço da fronteira agrícola sobre o Bioma cerrado brasileiro e mais recentemente sobre os espaços com cerrados dos estados

que compõe o MATOPIBA (região formada por áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia),

São fenômenos recorrentes nos espaços rurais brasileiros em que sua incorporação para a produção de culturas agrícolas voltadas à exportação, é parte em uma divisão territorial do trabalho em nível mundial, em que acontece uma “ocupação periférica, onde [somente] o uso intensivo do território é moderno” (Santos; Silveira 2001, p. 130).

Desde os meados do século XX, processos com essa natureza vêm ocorrendo e consolidando-se no Brasil, com etapas de suas ocorrências bem definidas e delineadas, quer nos projetos políticos presentes nas estruturas de poder do Estado quer nas ações ou nas fases comportamentais dos atuantes nessas ações sociais.

Os planos, projetos e programas do governo federal passaram a ser elaborados e executados para servirem de instrumentos de políticas públicas que iriam viabilizar e impulsionar seu crescimento econômico. Traziam nas suas concepções que mudanças qualitativas radicais nas heterogeneidades estruturais existentes nesses espaços não seriam necessárias. Quando executados nos espaços territoriais rurais dos estados nordestinos, não incluíam em suas ações propostas estruturantes e as intervenções não ocorriam de forma homogênea, nem com a mesma intensidade, nem com a mesma perspectiva. Mas traziam com eles propostas de importantíssimas transformações econômicas e sociais. Em que:

A inteligibilidade desses processos somente era acessível nos quadros de sua progressiva integração à dinâmica da economia nacional, e por consequência, do processo de acumulação de capitais, da ação do Estado, da internacionalização produtiva e financeira, da anulação da presença política de algumas classes e setores sociais, da repressão e centralização políticas operadas pelo Estado autoritário, entre outros muitos fatores (OLIVEIRA, 1998, p. 79-80).

Entre as políticas governamentais direcionadas à ocupação do Cerrado brasileiro, aquela que impactou mais diretamente a região estudada foi o PRODECER, que teve financiamento procedente de bancos privados japoneses e da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA). Esse programa serviu de suporte para que instituições como a Embrapa

desenvolvessem tecnologias para a expansão agrícola no Cerrado. Para implementar e coordenar esse programa, foi fundada em 1978 a Companhia De Promoção Agrícola CPA (CAMPO), por meio da associação entre duas holdings: a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial, denominada Brasagro, sediada em Belo Horizonte / MG, e uma japonesa, a Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation, a Jadeco, sediada em Tóquio. Para Santos, Vale e Lobão (2012, p. 194)

Com base no PRODECER, foi implantado, no total, 22 projetos que ocuparam 353.748 ha que envolveram áreas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e Maranhão. Enquanto o PRODECER I centrou suas ações em Minas Gerais, o PRODECER II trouxe uma política de expansão da soja para o Nordeste, começando pela Bahia, cujo epicentro foi a cidade de Barreiras. O PRODECER III adentrou mais o Nordeste e englobou o Maranhão e o Piauí e foi mais além, com políticas para o Norte (Tocantins, Pará e Rondônia). Já a quarta fase do programa (PRODECER IV), que pretendia intensificar e estender, mais ainda, a fronteira agrícola da soja, não foi implantado por depender de pré-condições de acordos, não realizadas, entre os governos brasileiro e japonês.

O PRODECER beneficiou prioritariamente setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos), a transformação tecnológica e o desenvolvimento em bases empresariais da agricultura brasileira. Provocou mudanças na estrutura fundiária e produtiva ao incentivar a criação de fazendas de grande porte, agricultores com porte empresarial e com capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas e capital, na especialização do espaço dos cerrados em alguns produtos agrícolas, especialmente grãos, e mudanças nas relações de trabalho com o predomínio da mão-de-obra temporária. Representou uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola; nasceu de acordos de colaboração técnica celebrados entre os governos brasileiro e japonês, este representado por um dos seus organismos, a JICA e um grande número de bancos.

Além do investimento em políticas públicas e pesquisas, a expansão da produção de soja ocorreu também motivada pelos sulistas que migraram em busca de terras mais extensas e baratas, que lhes permitissem multiplicar a sua produção. Desse modo, esses migrantes estão presentes em várias fases da expansão da soja no território brasileiro. Foram eles que levaram o grão

para o Paraná e, décadas mais tarde, para o Centro-Oeste e Nordeste. De acordo com Haesbaert (1996, p.392)

Trata-se de uma expansão capitalista explicada ao mesmo tempo pela concentração de terras no sul do país, que com os latifúndios —fechou a fronteira de ocupação; pela excessiva divisão dos minifúndios na área de colonização ítalo-germânica e, de um ponto de vista cultural, por uma espécie do mito desbravador e de uma superioridade assumida por muitos descendentes de imigrantes, sempre em busca de —novas fronteiras para —colonizar. (grifo do autor)

O PRODECER foi um programa prioritário, singular, longo, de grande relevância e importância estratégica para alavancar o processo de modernização conservadora e de desenvolvimento agrícola no país. Segundo Santos (2012, p. 391)

O público selecionado (empresas, agricultores e cooperativas) contou com um conjunto de instrumentos, desde crédito rural subsidiado (uma de suas mais importantes ferramentas), seguros agrícolas, preços mínimos, programas de pesquisas agrônomicas e extensão rural, além dos incentivos fiscais, inseridos em uma estratégia fundamentada no seguinte tripé: 1) sistema de incentivos financeiros e fiscais, voltado para o aumento da produção e dos investimentos, para a melhoria do sistema de comercialização e para a transformação tecnológica; 2) disseminação da adoção de insumos modernos; e, 3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos aos produtos básicos do Centro-Oeste e Nordeste.

A execução do PRODECER, para a Bahia, no início da ocupação dos seus cerrados na década de 1980, o apoio das estruturas de crédito montadas principalmente, no caso da Bahia, pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBANCO possibilitou o incentivo para a ocupação dos espaços de seus cerrados, assim como deixou um legado de endividamento de produtores com o sistema financeiro. Para os estados do Maranhão e Piauí, o Programa Corredor de Exportação Norte (PCN) e as condições apresentadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) também foram de grande importância. Neles, os novos empresários que se deslocavam para os cerrados dos estados nordestinos obtiveram recursos para investimento de médio e longo prazo, com taxas de juros facilitadas. Para os produtores que se deslocaram para os cerrados do Piauí, mais incentivos foram concedidos pelo Estado (EMBRAPA, 2012).

Essa expansão da soja, produtiva e territorial, indica que os Cerrados brasileiros passam por um aprofundamento do uso corporativo de seus territórios nos últimos quarenta anos. Frederico (2009) alerta que esse corporativismo do território traz um dado novo, o comum não é mais uma única empresa dominando toda uma área de Cerrado, mas uma aliança/relação entre várias firmas a partir de interesses privados. Ao mesmo tempo em que participam na modernização do território, os grandes grupos empresariais atuam na sua regulação.

O novo Cerrado está intimamente relacionado à propagação de frentes agrícolas, ou seja, da agricultura moderna, a partir da década de 1970. Esta agricultura realizada em larga escala, introduziu nos cerrados brasileiros um novo tempo, ao trazer consigo objetos técnicos concretos, extremamente funcionais à produção agrícola moderna, permitindo aos principais agentes uma maior velocidade de ação (FREDERICO, 2009, p.2).

Para Giordano (1999), as condições naturais favoráveis, aliadas à atuação do Estado na proposição de políticas públicas, trouxeram várias modificações no uso do território, principalmente porque tinham como prioridade a ocupação racional dos Cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial mediante financiamento com recursos públicos. A atração por essas novas áreas foi tão intensa nos anos de 1980, que se verificou uma enorme transferência de agricultores especializados no cultivo da soja do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Muitos se deslocaram e outros investiram capitais, à distância, nessa nova fronteira agrícola. Segundo Bezerra (2008, p.163), “a Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura”. E no entendimento de Haesbaert (1996, p.382):

A ebulição econômica e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do —eldorado da soja faz com que muitos denominem essas áreas de o —Novo Nordeste, e alguns políticos já começam a articular novos recortes políticos-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.

Hoje não podemos mais falar de um só Nordeste, como enfatizou Araújo (2000), mas devemos considerar a existência de vários, Nordeste, com profundas contradições entre si, geradas pela própria divisão territorial do

trabalho que causa especializações nos lugares. Nessa região é possível vermos estruturas e dinâmicas modernas convivendo com áreas e segmentos econômicos tradicionais, tornando a realidade regional muito mais diferenciada e complexa.

A incorporação de alguns espaços do Nordeste para produção de soja serviu de vetor para aprofundar essa diferenciação espacial interna à região, pois privilegiou/selecionou sujeitos e lugares. A vinculação dos Cerrados nordestinos à rede agroindustrial capitaneada pela soja ampliou-se a partir do Sul e Centro-Oeste, e, desde então, essa área tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extra regionais e vem recebendo capitais (e capitalistas) predominantemente não nordestinos. Esses agentes têm implantado novos processos econômicos, bem como construído uma paisagem que se assemelha muito mais a alguns espaços das macrorregiões Norte (Tocantins) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) do Brasil, do que ao Nordeste (do lado oriental do Rio São Francisco).

A seguir tomaremos como referência a expressão “campo-cidade”, enfocando as relações estabelecidas entre campo e cidade e entre rural e urbano, baseado na reestruturação produtiva da agropecuária e na difusão do agronegócio e conseqüentemente no ordenamento desses espaços.

1.3 Agronegócio e o reordenamento do território

Esse modelo do agronegócio, baseado em uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro desde o final do ano de 1960, como vimos no item anterior. Nos últimos trinta anos, essa expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade desse setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de Redes Agroindustriais (R. SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2008, 2013). Essas seriam responsáveis por um (re)ordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender às necessidades da produção, da circulação e do consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja. De acordo com Elias (2013):

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de fast-food, de logística, cadeias de supermercados e outros (ELIAS 2013, p.16.)

Para pensarmos em redes agroindustriais, é necessário, compreendermos o próprio conceito de rede, ainda que reconheçamos a existência, no âmbito da Geografia, de um crescente e diversificado conjunto de usos para esse conceito, pensamos que o sentido trabalhado por Dias (2004, 2007) e Sposito (2008) contribui para compreendermos a dinâmica das relações entre a atividade agroindustrial e o território.

Segundo Silva (2006, p.283) “a fronteira constitui recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional. Além disso é palco para conflitos transculturais e identitários”. Assim, a fronteira agrícola vai além da visão estreita de limite entre países, estados e municípios, separando de forma estática grupos sociais delimitados juridicamente. É análise da fronteira enquanto “limite e processo social, simultaneamente” (SILVA, 2006, p. 284).

A fronteira resulta das contradições sócio espaciais de reprodução da sociedade capitalista, que apesar de ser um reflexo dessa sociedade possui uma dinâmica própria, relativizando seu uso. Assim, “a busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada e difusão de valores culturais e ideológicos” (SILVA, 2006, p. 285-286). Nesse sentido, a fronteira é “conflito, instabilidade, conquista e resistência”. (SILVA, p.288). Isto é, a fronteira revela um ordenamento territorial, cuja síntese teórica envolve as dimensões política, econômica, cultural, simbólica (SILVA, 2006).

O espaço é produto e reflexo da sociedade que o engendra. Sob os ditames do capital, a (re)produção do espaço perpassa por relações contraditórias entre os lugares, ditadas pela divisão social e territorial do trabalho que assegura relações interdependentes entre os espaços urbanos e rurais. Parte-se do pressuposto que, em função das transformações ocorridas no modo de produção, com rebatimentos na configuração espacial, os espaços

urbanos e rurais formam um continuum territorial, porém sem a dissolução de um em detrimento do outro (VEIGA, 2004).

Os lugares incorporados a dinâmica do agronegócio são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdos. Elias (2006) constatou que ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo, provenientes da reestruturação produtiva da agropecuária, se processam mudanças também nas cidades próximas, como alterações nos seus padrões demográficos, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. Temos, portanto, um avanço da fronteira agrícola acompanhado do avanço da fronteira urbana (FREDERICO, 2010, p. 59). E como diria Bernardes (2009, p.31), “o novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo”.

Assim sendo, é imprescindível ultrapassar essa visão de oposição, pois campo e cidade formam uma unidade contraditória, que evidencia uma espécie de cooperação na divisão social e territorial do trabalho entre esses dois espaços (CARLOS, 2004). Ademais, a relação campo-cidade não é unilateral, isto é, não é, por exemplo, a cidade dominando o campo ou vice-versa, ou alguma tendência de desaparecimento de um ou de outro. Pelo contrário, trata-se de um movimento dialético e complexo.

Sobarzo (2006, p. 56) ressalta que [...] “não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade”.

Todavia é preciso advertir que, apesar das semelhanças e aproximações atuais entre campo e cidade e a contiguidade entre o urbano e o rural, as particularidades de cada subespaço não são destruídas na relação que estabelecem, não significando, portanto, o discurso do fim do rural. Afinal, ainda conforme Sobarzo (2006):

A superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão, um tanto apocalíptica, do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido restrito) total do planeta. A questão principal a ser destacada é, por conseguinte, que campo e cidade estão articulados em uma relação de complementariedade e, juntos, constituem uma totalidade, sendo preservadas suas especificidades (SOBARZO, 2006, p. 55).

Rua (2005) diz que as mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como, um novo rural. Na verdade, são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.

Monte-Mór (2007) aponta que o meio urbano deixa de ser o espaço da cidade para se transformar no espaço social total, embora isso signifique mais uma virtualidade (processo em curso) do que mesmo uma realidade fenomênica atual. Para Lefebvre (1978, 1991), a explosão sobre o espaço circundante, potencialmente sobre o território, estendeu o meio urbano-industrial à dimensão nacional e planetária gerando, enfim, uma sociedade urbana virtual, factível. Nesse processo, cidade e campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalista, perdendo parte de suas características substantivas de origem.

Assim, o sentido contemporâneo do urbano se prende à resolução da contradição cidade-campo, à superação mesmo dos conceitos de cidade e de campo como formas antagônicas e sua redefinição metafórica no contexto urbano-industrial total, de nossos dias. (MONTE-MÓR, 2007, p. 99).

De acordo com Santos (2005, p.56), “a cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo”. Ou seja, é na cidade onde o capital agroindustrial encontrará alicerces para sua plena realização, como a mão de obra especializada, o mercado consumidor, os comerciantes (de produtos e insumos), os agentes governamentais, os centros de ensino e pesquisa e todos os demais produtos e serviços necessários à produção agrícola e agroindustrial

(SANTOS, 2010). Com a difusão do agronegócio, as velhas relações campo-cidade são reforçadas e surgem outras novas.

Na realidade, com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativas, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 280).

Campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdo das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BLAZZO, 2009, p. 144).

Historicamente, esses pares rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente, pois embora “apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto uma totalidade concreta do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2010, p. 195 apud LOPES; WENDEL, 2010). Campo e cidade, rural e urbano, expressam, numa perspectiva no modo de produção capitalista, a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho.

No período atual, entender o rural não é algo que se restringe a seu campo imediato. As relações estabelecidas entre campo e cidade possuem uma amplitude cada vez maior e devem ser pensadas na totalidade que as integra em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação regional. Os espaços rurais não podem mais ser objetos de estudo desarticulados do contexto (regional, estadual, nacional ou global) em que estão inseridos (MELO 2008).

Campo e cidade são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem e, portanto, qualquer definição a priori que se apresente de forma estanque pode impossibilitar uma análise mais completa da realidade que, em si, é dotada de uma multiplicidade de sentidos.

Dessa maneira, “[...] o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (SMITH, 1988, p.19), mediante a divisão social e territorial do trabalho que delinea as alocações produtivas, bem como as distribuições das técnicas, dos equipamentos urbanos e das forças produtivas no território de forma desigual. Porém com atuações complementares, que se expressam também na relação entre campo e cidade.

Esses espaços, segundo Souza (2010), tornaram-se pares dialéticos no bojo capitalista, cuja relação é marcada por transformações, mas sem a dissolução completa de condições objetivas e subjetivas de períodos precedentes ao do amadurecimento das relações capitalistas no território, sobretudo as ocorridas no decorrer século XX.

Para entender tal processo é fundamental a compreensão da justaposição entre formas e processos, constitutivos de uma mesma engrenagem que move e é movida pelas formas de sociabilidade capitalistas, arraigadas em determinadas materialidades espaciais que são subjugadas às condições do modo de produção vigente, constantemente passíveis de mutações. Porém, essas não significam necessariamente rupturas definitivas, mas, muitas vezes, reformulações na dinâmica produtiva que moldam e é modeladora das práticas sócio espaciais.

A urbanização, tida por Sposito (2004) enquanto um processo espaço temporal, ganhou novos contornos qualitativos e quantitativos em função do amadurecimento das relações capitalistas de produção, balizada pela nova divisão territorial do trabalho que reconfigurou a cidade e o campo, e que recrudescer o papel da cidade enquanto lócus que rege a reprodução do capitalismo, mediante a generalização do urbano para além dos limites da cidade, “[...] ressaltando que o urbano é o modo como a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e como possibilidade” (CARLOS, 2008, p.183). Ainda sobre isso, Carlos (2008) acrescenta que:

[...] a urbanização da sociedade é também uma possibilidade aberta pelo processo de urbanização que, ao se desenvolver, tende a se expandir espacial e socialmente pelo planeta, produzindo um espaço que lhe é próprio e um modo de vida marcado pelas relações que tendem a superpor-se às relações tradicionais, ora transformando-as

radicalmente, ora permitindo que se mantenham como fundamento de novas interações. (p.184)

Compreende-se que a urbanização não se realiza de forma plena, em virtude das contradições que são inerentes e imprescindíveis à reprodução capitalista e do espaço geográfico, idiossincráticas, segundo Smith (1988), à dinâmica do modo de produção. Tal processo significou também a reestruturação do campo, no que tange tanto à materialidade quanto à imaterialidade que conformam e que são conformadas pelas formas de sociabilidade rural. Porém, sem a dissolução completa de formas de sociabilidade pregressas e da estrutura fundiária, rugosidades⁶ que remontam o processo de formação territorial do Brasil, em torno da qual são delineadas as relações no campo e entre esse espaço e a cidade.

Apesar da difusão do urbano no território, orquestrada pela reestruturação produtiva do capital, não houve a supressão do rural, mas uma reconfiguração desse conteúdo e da materialidade do espaço rural, em virtude da imposição de uma racionalidade produtiva assentada na prevalência do valor de troca em detrimento do valor de uso, na compra e venda da mercadoria, (BERNADELLI, 2013), que ocorreu, conforme Endlich (2013), “não só pelos meios de comunicação e de transporte, mas também pelos investimentos de capital no campo, norteados pelas necessidades urbanas”.

Entende-se que as transformações advindas da reestruturação do capital, que acarretaram uma reestruturação do campo e da cidade, bem como do rural e do urbano, significaram a reprodução do território assentada em novas contradições que asseguram a reprodução da vida e do capital de forma interdependente, já que, de acordo com Lefebvre (2006), há uma relação intercalada entre reprodução da vida e das forças produtivas. Sobre a reprodução das formas precedentes do rural, Endlich (2013) corrobora ao afirmar que:

[...] rural designa uma condição de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente. Essa superação não atinge a

⁶ As rugosidades referem-se “[...] ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...] se apresentem como formas isoladas ou como arranjos”. (Santos, 2006)

totalidade da sociedade, pois se trata de um processo que não está isento das contradições que permeiam o capitalismo. (p.23)

Isso implica que há uma coexistência nas práticas sociais cotidianas o modo de vida tradicional e o moderno, que se entremeiam nas formas de sociabilidade dos sujeitos, seja no campo ou na cidade, visto que o urbano e o rural constituem o conteúdo imaterial dessas relações espaço-temporais.

Tanto no campo quanto na cidade há uma coadunação de formas e conteúdos precedentes e atuais que se imbricam na reprodução da vida e do capital, mediante a perpetuação e modificações de formas de sociabilidades e materialidades no território, pois, nas palavras de Bagli (2013):

[...] não basta entender a mudança em si, mas o que ela traz para aquilo que transforma ou que finge transformar. Se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a lógica a mudança e no jogo de sua contradição, permanece mudando ou muda permanecendo. Este movimento só pode ser apreendido se interpretado pela relação aparência-essência. (p.81)

Formas e processos de tempos passados não desapareceram por completo, mas foram e são ressignificados, o que embasa as formas de sociabilidade atuais no campo e na cidade. Sobarzo (2013) salienta que:

As relações cidade/campo não devem ser tidas enquanto relação de subordinação, sequer de dependência unilateral, pois não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade. (SOBARZO, 2013, p.56)

Para Sposito (2013), cidade e campo devem ser tidos enquanto uma unidade espacial, em que “[...] no decorrer do longo processo de urbanização, cedeu lugar ao binômio urbano/rural, resultado, também, da incapacidade, no período atual de distinguir onde acaba a cidade e começa o campo”. (SPOSITO, 2013, p.122).

A dificuldade de distinção decorre, ainda de acordo com a autora, da conversão da terra rural em urbana que gera “vazios urbanos”, do papel das técnicas de transporte e de comunicação e da dimensão temporal no que concerne às mudanças. Sobre essa dificuldade, Sposito (2013) justifica que:

Em outras palavras, tem se ampliado consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinguir entre espaços urbanos e rurais. (p.121)

Campo e cidade, dessa maneira, são interdependentes e mantêm entre si relações complementares que perpassam pela reprodução de formas de sociabilidade do capital, em virtude da (re)produção de um novo rural e de um novo urbano que incorporam transformações e permanências e moldam as relações no campo e na cidade.

Para Rúa (2005), o espaço é constituído por um conjunto de símbolos integrantes do exercício do poder e da hegemonia. Na sociedade, os símbolos são irradiados pela cidade e se territorializam no espaço urbano e no rural, porém o campo também irradia para a cidade valores e símbolos. O espaço, na concepção do autor, é imbuído de uma multiplicidade de interações transescalares e não hierarquizadas.

Com base nisso, entende-se que rural e urbano foram ressignificados. Isso, porém, não significou a destituição das especificidades de das diferenças presentes no campo e na cidade. Tais especificidades não se resumem a uma materialidade, mas abarcam, de modo interdependente, valores, símbolos e formas de sociabilidade. Além disso, esses espaços não mantêm relações unilaterais, mas interdependentes.

Rúa (2005) afirma que, sob a cadência das transformações operadas no modo produtivo, houve a produção de novas ruralidades. Essas se expressam não só nos signos, símbolos e representações do espaço, como também por meio do “[...] consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais”. (RUA, 2005, p.51), representados, também, pela revalorização do campo e pelo o que o autor denomina de urbanidades no rural.

Segundo o autor, as urbanidades no rural significam as representações que recriam o rural, eivadas do virtual e do real, que conformam as identidades territoriais. Entretanto, Rúa (2005) salienta que:

[...] a ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também de leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com “componentes rurais” e “urbanos”, usados,

estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com a situação [...]” (p.54)

Ele defende que a difusão do urbano no rural, por meio das urbanidades, se integra às novas ruralidades, advindas das ressignificações do espaço rural que produzem novas representações, e o torna um espaço híbrido. Rua (2005) enfatiza que esse espaço deve ser tido interligado com a urbanização, integrado ao urbano, porém não dissolvido no que concerne as suas particularidades.

Campo e cidade são espaços articulados sob uma mesma racionalidade produtiva que não os destituíram por completo de suas especificidades, mas que atribuíram a eles novos papéis e funções, mediante transformações estruturais e/ou manutenções de especificidades. Tal relação de complementariedade é evidente, sobretudo, nos municípios pequenos.

Damiani (2006) parte do pressuposto de que as diferenças espaciais, expressas em diferenças econômicas e sociais, são imanentes ao sistema econômico, o que explicaria o papel exercido pelas cidades pequenas no bojo produtivo. Para a autora, as cidades pequenas não representam a expressão menos moderna da dinâmica econômico-social, mas é parte integrante dela, “[...] que se realiza de modo diferencial.” (DAMIAANI, 2006, p.136). Nesse mesmo sentido, Moreira Jr (2011) corrobora ao afirmar que:

A globalização intensifica a divisão territorial do trabalho, marcada pela especialização funcional, fragmentação e interdependência dos espaços urbanos e rurais, determinada pela competição entre as cidades em busca de vantagens comparativas, em diversas escalas e independentemente do seu tamanho físico-territorial e populacional. (p.8)

Para Moreira Jr (2011), os espaços urbanos das cidades pequenas são estreitamente ligados ao rural e ao agrícola, constituindo-se enquanto partes integrantes de um mesmo processo de produção espacial, em que os valores e o modo de vida rural se fazem presentes em ambos os espaços.

No entanto, Alentejano (2003) alerta para o fato de que o espaço rural não é necessariamente sinônimo de agrícola, pois há um crescimento vertiginoso da implantação de atividades não agrícolas no campo, numa forma de revalorização do rural. O próprio autor, Moreira Jr (2011), ressalta que não se pode generalizar tal característica, visto que há municípios com cidades

pequenas cuja atividade principal encontra-se ligada ao setor secundário da economia.

Diante disso, reformula-se a assertiva de Moreira Jr (2011) ao afirmar que os papéis das cidades pequenas estão relacionados ao mundo agrícola, sob os ditames das relações multiescalares e chega-se à seguinte afirmação: o papel desenvolvido pelas cidades pequenas está relacionado diretamente ao mundo rural, interligado às relações multiescalares, verticais e horizontais.

Esses processos exigiram a (re)organização produtiva dos territórios em função de uma nova divisão territorial e social do trabalho que se desenhava, de forma que facilitassem a comunicação e a circulação entre os lugares, pressupostos essenciais para a realização do capital, mediante a configuração de redes viabilizadas por aparatos técnicos, como de comunicação e de transporte, cuja análise, nas palavras de Dias (2000):

[...] implica abordagem que, no lugar de tratá-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu nas cidades. Trata-se, assim, de um instrumento para a compreensão da dinâmica territorial brasileira. (p.149)

Tais transformações nos aparatos técnicos representaram alterações substanciais tanto na morfologia social, que abarca a humanidade, notadamente marcada pela subordinação do cotidiano dos sujeitos a uma racionalidade produtiva, bem como por vicissitudes na morfologia prático-sensível desses espaços, que são norteadas pela dinâmica de reprodução ampliada do capital. Isso significou transformações nas infraestruturas no território brasileiro, ainda que de que forma estrategicamente selecionada e desigual nas regiões brasileiras.

A territorialização do capital no campo tem revelado um processo de unificação entre a agricultura e a indústria, que foram separadas no início do desenvolvimento da indústria no Brasil, por volta da segunda metade do século XX. Essa territorialização do capital no campo ocorre por meio da industrialização da agricultura, devido ao fato de que o capitalista é também o proprietário fundiário. Por isso, Mesquita (2008, p. 131) alerta para o fato de que “embora o centro da economia capitalista esteja na indústria, a agricultura

é relevante, assim como o seu estudo, porém precisa ser considerada em suas especificidades. ”

Mesquita (1993) e Mendonça (1998), em seus estudos sobre o processo de modernização da agricultura, revelam como a expansão do capitalismo tem ocasionado o aumento das desigualdades, no campo e na cidade. Com a territorialização do capital no campo e a decorrente industrialização da agricultura, há uma acelerada redução dos postos de trabalho, ao passo que, contraditoriamente, se verifica a intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada. Os estudos destes autores têm contribuído, sobremaneira, para demonstrar as controvérsias em relação às transformações ocorridas no Cerrado brasileiro com a política agrícola voltada para a produção de *commodities*, além de reforçarem a tese de que a modernização do campo não apenas ocasiona efeitos sobre o ambiente, até então nunca vistos, como também coloca em risco práticas sócio-culturais que revelam toda a riqueza dos Povos Cerradeiros e dão-lhes identidade.

Mesquita (1993), ao refletir sobre o processo de incorporação do Cerrado à lógica modernizante sob o arquétipo da Revolução Verde, vai além da descrição dos aspectos puramente técnicos ou econômicos, de modo que faz uma análise acurada sobre como se dão as relações sociais e de produção no contexto da modernização agrícola adotada para o campo brasileiro. Nessa perspectiva, a autora avança no debate ao afirmar que

[...] o processo de modernização, nos moldes que ocorreu no Brasil, é concentrador e excludente. Concentrador de terras e rendas e excludente no sentido de que elimina do processo produtivo aqueles que não podem bancar os custos da modernização. (MESQUITA, 1993, p. 65).

A política de modernização agrícola, propalada pelo Estado, como sendo a solução para superar a deficiência na produção de alimentos e o isolamento regional, redundou na intensificação da exploração do trabalhador, em virtude do uso de máquinas associado às técnicas de correção do solo, com o aumento significativo do trabalho morto. Essa concepção é corroborada por Mendonça (2004) para quem,

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no potencialmente da produção e da

produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com o incremento técnico e tecnológico resulta em crescente degradação dos recursos naturais e o aumento do desemprego no campo e na cidade. (MENDONÇA, 2004, p.168).

A conflitualidade entre agronegócio e campesinato mantém-se por meio da mobilidade das fronteiras agrícolas no país, quando o grande capital, sob a tutela e incentivo do Estado, incorpora de maneira agressiva áreas até então ocupadas pela agricultura camponesa. Os embates políticos frente à ocupação do território camponês pelo capital são inevitáveis, pois conforme Fernandes (1999, p. 31), “[...] o capital é uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome.” Em sua visão, essa característica contraditória do capital seria a responsável por impulsionar as diversas formas de resistência camponesa ao longo dos séculos XX e XXI, por meio das lutas travadas contra o Estado.

Essa lógica de ocupação do território brasileiro é parte do processo de globalização, em que se evidencia a associação do Estado com agentes financeiros e econômicos, como empresas e bancos transnacionais, e a consequente submissão do Estado a esses agentes hegemônicos (MATOS, 2005). Segundo Silva (1997), o processo de globalização é o grande responsável pelas transformações atuais presentes nos espaços rurais e urbanos, pois há o estabelecimento de intensas mudanças das formas de produção – que provem da “modernização” desses espaços –, o que contribui para a alteração da localização dos grandes empreendimentos econômicos. É o caso da ocupação pelo agronegócio de novas áreas de cerrados do Brasil.

2 O OESTE BAIANO PRETÉRITO (1940-1980)

Esta seção tem como objetivo analisar o processo de ocupação e principalmente de evolução da rede urbana do Oeste Baiano, destacando, a segunda metade do século XX, os papéis desempenhados pelos segmentos de Barra e de Barreiras, e, posteriormente, a diferenciação geográfica de Barreiras, a partir das décadas de 1970, quando há a alteração na circulação regional, e de 1980, quando ocorre contexto conveniente para a instauração das novas relações de produção na região.

Como surgiu, como evoluiu e como se encontra constituído o conjunto de centros funcionalmente articulados entre si, na região do Oeste Baiano, no início do século XXI, é a principal justificativa para o estudo da rede urbana no Oeste Baiano.

Sustentado aos pressupostos da Geografia Histórica, em uma discussão, esta seção está estruturada em duas partes: a primeira trata da ocupação e da formação do Oeste Baiano. A segunda evidencia a rede urbana em formação até a década de 1970, apontando os centros praticamente indiferenciados em posição geográfica, tamanho, funções e interações internas e externas à região do Oeste Baiano. Aborda o período entre as décadas de 1970 a 1980, quando os elementos constituintes da rede urbana começam a ser alterados por consequência da posição geográfica favorável para Barreiras em detrimento de Barra, iniciando uma reestruturação da forma espacial da rede.

Desse modo, utiliza-se, basicamente, o material bibliográfico de Santos Filho (1989), Brandão (2009, 2010), Moraes (2005, 2011), Freitas (1999), Santos (2016), Diniz (1982), Pamplona (2002), Enciclopédia dos Municípios (1958) e os primeiros estudos a respeito da rede urbana brasileira realizados pelo IBGE, sendo o primeiro denominado Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, de 1972, e sua atualização denominada Regiões de Influência das Cidades de 1987.

2.1 Do além São Francisco ao Oeste Baiano

A região conhecida atualmente como Oeste Baiano formou-se a partir de dinâmicas sócio espaciais desenvolvidas na bacia do Rio São Francisco,

que com seus afluentes oferecia terrenos férteis em suas margens e servia de principal meio de transporte de pessoas e mercadoria, como no apontam os trabalhos de Rocha, (2004) e Pierson, (1972).

De 1501, momento da descoberta da foz do Rio São Francisco, a 1827, quando da anexação daquelas terras à Província da Bahia, essa região possuía uma produção agrária em moldes tradicionais e que abastecia o mercado estadual e com menor escala outros estados, com poucos espaços ocupado o que levou Brandão (2009) a denominá-la de um território indiferenciado dos sertões.

[...] nos primeiros três séculos da presença lusitana e brasileira na região, não era possível diferenciá-la do restante do território que se estendia para além do litoral, já que, por suas características socioespaciais e geoeconômicas, o atual Oeste formava uma continuidade indiferenciada do que, à época, se convencionou chamar de sertão (BRANDÃO, 2009, p. 55).

No histórico de formação do Oeste Baiano é possível identificar que toda a porção compreendida pela margem esquerda franciscana, modificou-se da condição de fundo territorial para construção do que convém caracterizar como Além São Francisco. Essa denominação estabelecida por Moraes (2011, p.02) considera o período entre 1889 e 1955.

Oliveira (2014) em sua pesquisa evidencia que:

A mudança se processou pelo desenvolvimento gradativo de pequenas atividades produtivas (pecuária, agricultura, extrativismo) que, no entanto, não foram capazes de inserir o território no contexto econômico estadual e/ou nacional (OLIVEIRA, 2014, p. 46).

A ideia de Sertão estaria atrelada à valorização que foi dada e aos interesses numa ocupação futura, explicitando o modo de atuação do Estado desde a colonização. Para Moraes (2011b) o sertão fora “concebido como um espaço para expansão” (p. 102) e faz-se uso do termo “sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” (p. 102).

O destaque dado para as primeiras ocupações dos ditos sertões e mais especificamente para a área de estudo no Oeste da Bahia, está na centralidade

da atividade pecuária. O sentido da ocupação também estava na garantia de posse do território. Segundo Andrade (2004),

A penetração dos criadores de gado para o interior foi determinada por uma série de fatores, como a necessidade de manter o gado afastado das áreas agrícolas litorâneas; a ocupação holandesa, que acelerou ainda mais a transferência de criadores de gado das áreas 50 próximas à costa para o Sertão, utilizando os rios, sobretudo o São Francisco como condutos da penetração (ANDRADE, 2004, p. 46).

Até o início o século XX, a economia do Além São Francisco fora marcada pela agricultura pouco especializada somada à pecuária e às atividades extrativistas, conforme destaca Freitas, (1999a.)

Freitas (1999a) denomina o conjunto destas atividades como catado⁷, devido à multiplicidade de produtos em pequena escala e sem grande produtividade. Vale ressaltar que neste período os vínculos (sociais e econômicos) ainda estavam na dependência do regime natural do rio São Francisco e seus afluentes, perpassando desde a produção até o deslocamento das pessoas e mercadorias, devido à ausência de outras vias de ligação.

Santos Filho (1989) também ratifica que a ocupação pretérita do Oeste Baiano, fisiograficamente caracterizada por cerrados, confunde-se com o próprio movimento de desbravamento dos sertões são franciscanos. Esta ocupação lenta e rarefeita dos cerrados incorpora com a ideia de exploração dos “fundos territoriais” apresentada por Moraes (2005; 2011b) em que neste processo, a conquista do espaço, a sua apropriação e domínio, fora o fundamento primeiro.

Conforme demonstram as pesquisas de Moraes e Costa, (1987) ao apropriar-se das terras:

O colonizador buscava salvaguardar a sua porção máxima, garantindo e impondo-lhes limites. Mas, obviamente, nem toda extensão fora explorada, havendo áreas de trânsito, sem ocupação (os denominados sertões) que representariam espaços para apropriação futura, ou “lugares” de possibilidade de expansão, como fora o caso do Oeste Baiano. Essa ideia representa um dos marcos do capitalismo que ao estimular processos de apropriação do espaço cria “valorizações futuras” e construção de valores potenciais e

⁷ Referente a atividade camponesa na terra.

estratégicos, consolidando a valorização política do espaço, mesmo que num primeiro momento o valor econômico não esteja a ele relacionado.

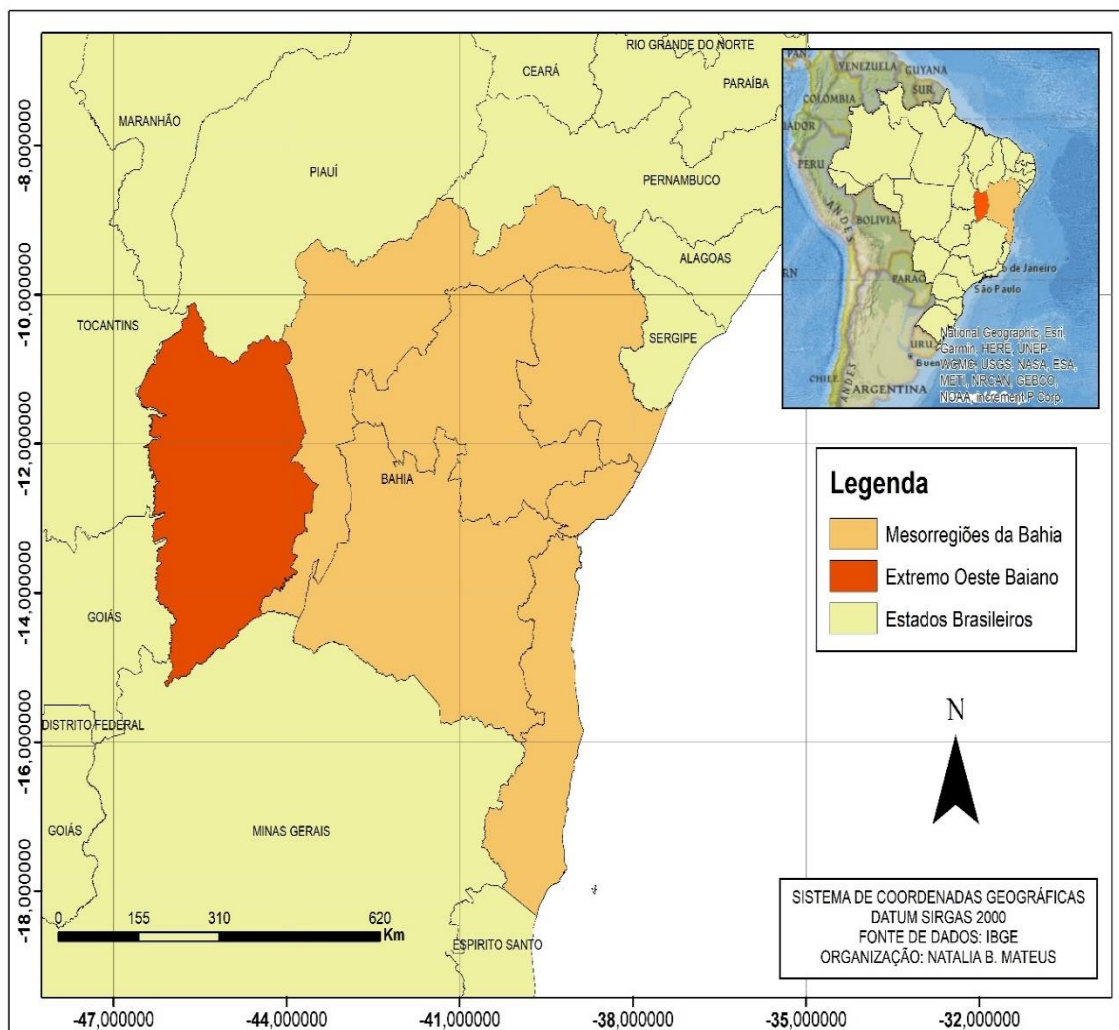
No período entre 1827, momento em que o governo imperial brasileiro determinou a anexação da região pela Província da Bahia em detrimento de Pernambuco, e 1980, data que marcou a introdução de técnicas indutoras da “modernização agrícola” em tal região, essa se apresentou como — Além São Francisco.

Para Brandão (2010), a anexação da Comarca do São Francisco à Província da Bahia trouxe estabilidade político-administrativa para o atual Oeste, além de dar contornos definitivos ao território baiano. Porém, embora tal situação tenha inaugurado um novo quadro da realidade regional, os efeitos não foram sentidos de imediato, como indica o autor:

A atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa articulação reticular, como ocorrera no Recôncavo Baiano já no início da colonização portuguesa, o que pesou na manutenção de um quadro da realidade oestina que só viria sofrer transformações significativas no findar do primeiro terço do século XIX. (BRANDÃO, 2009, p. 55).

A Figura 2 mostra como ficou delimitado o território da província da Bahia a partir de 1827, com a anexação da comarca do São Francisco (antes pertencente a província de Pernambuco) dando contornos definitivos ao território baiano.

Figura 2 - Mapa do Oeste da Bahia: delimitação e localização geográfica.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Santos, 2016.

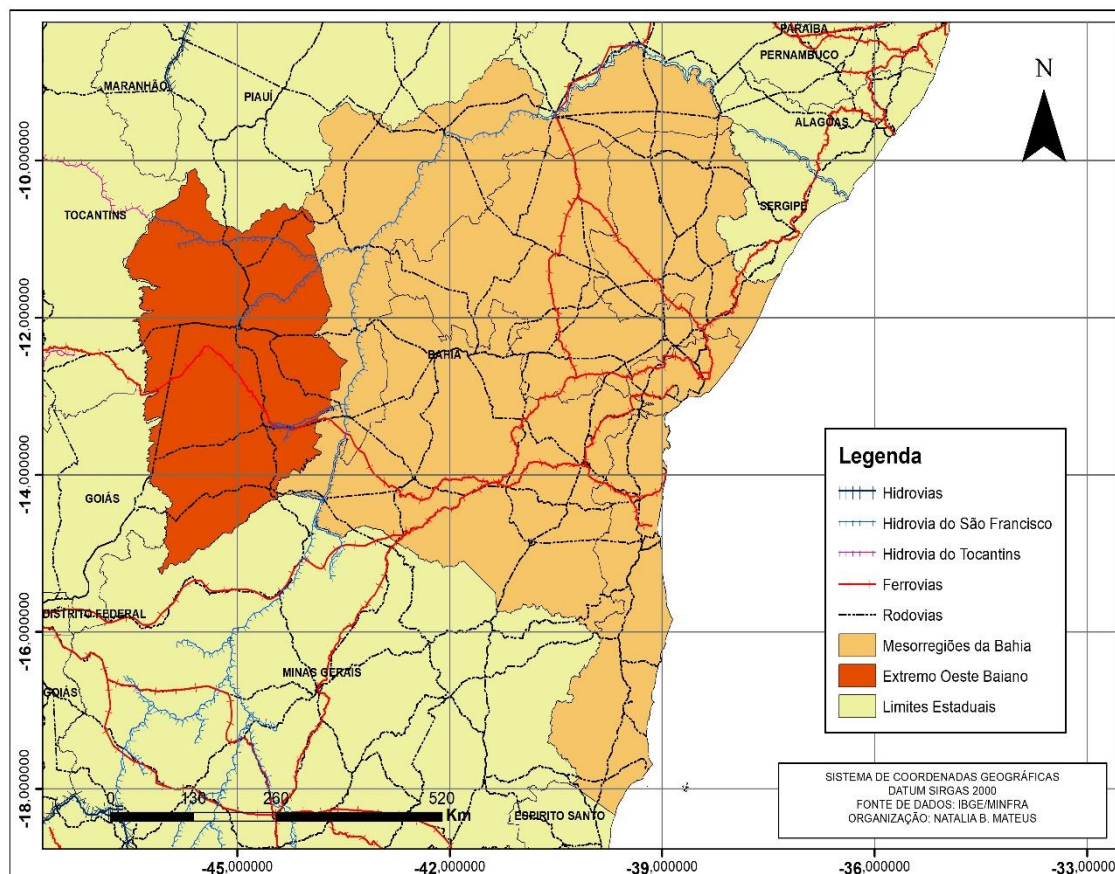
A partir do final do século XIX e do início do século XX, a navegação fluvial no rio São Francisco e em seus tributários, em especial por meio de barcos a vapor, impulsionou a dinâmica dos centros do Oeste Baiano, principalmente Barra, em razão da sua posição geográfica favorável na convergência da circulação regional à jusante dos rios Preto, Grande e Corrente, nas suas desembocaduras no rio São Francisco (IBGE, 1958).

Entre 1891 e 1912, acentuou-se a influência da cidade de Barra, centro de movimento comercial e social, dada a sua posição geográfica no estado da Bahia, passagem forçada de quem viajasse pelo rio São Francisco no seu curso médio, e, ademais, ponto de trânsito das boiadas de Goiás, Piauí e também do Maranhão (IBGE, 1958, p. 58)

A Figura 3 destaca a rede viária baiana na década de 1930, sendo possível apontar a existência da navegação como via principal de articulação

do território nordestino e a inexistência de outras vias de transporte, nas imediações do Rio São Francisco. A carência de redes de circulação era um problema enfrentado em todo território baiano, no início do século XX, mas a área franciscana estava dependente exclusivamente do transporte fluvial.

Figura 3 - Rede Viária da Bahia – 1930.



Fonte: Silva, Leão e Silva (1989, p. 86).

Segundo Freitas (1999a) a extensa área conhecida como Sertão do Rio São Francisco carregava traços culturais, marcados diretamente pelos vínculos com o rio. As relações entre o povo e os fenômenos naturais caracterizavam a organização da sociedade naquele período, sendo o rio o principal referencial dos modos de vida e costumes da população. A amplitude do São Francisco tornava o movimento de pessoas e mercadorias possível. Somados a ele, os seus afluentes da margem esquerda como o Rio Grande e Rio Corrente permitiam a interlocução entre as comunidades distantes. Naquela época, a principal via de ligação dos são franciscanos era a fluvial, atividade que experimentara seus primeiros movimentos com a descoberta/apogeu do ouro em Minas Gerais e Goiás ainda em meados do

século XVIII. Toda a comunicação era feita por áreas navegáveis dos rios perenes e na ausência de estradas e ligações por terra esta era a principal, e por vezes única, via de ligação entre o interior e o litoral do estado (FREITAS, 1999a).

Um segundo incremento, em termos de políticas territoriais, ocorrido já no contexto republicano, foi a construção da estrada de ferro Bahia - São Francisco, inaugurada em 1896, ligando Salvador a Juazeiro. Apesar de seu traçado não atravessar os municípios do território em análise, culminava no último porto navegável do Rio São Francisco, a cidade de Juazeiro (BA). Para Freitas (1999a; 1999b) e Santos (2011) estas duas ações integraram a dinâmica da margem esquerda do São Francisco com a sociedade nacional. No entanto, contrariando a perspectiva destes autores, Rocha (2004) considera que fora justamente a inauguração da referida ferrovia, um dos motivos cruciais para a estagnação econômica e franciscana, especialmente por seu traçado não acompanhar o antigo “caminho das boiadas”, vias abertas por terras ainda na colonização. Para o autor estes motivos contribuíram para o declínio de muitas vilas e pequenos entrepostos que margeavam o rio.

Além das políticas territoriais do Estado na implantação da navegação e instalação de ferrovias - mesmo que ainda sem apresentarem grandes expressões - cabe inserir a participação de capital privado como exemplo de ações que transformaram o Oeste da condição de fundo territorial à situação de Além São Francisco. Podem-se citar outras duas atividades importantes para a economia do Além São Francisco que alteraram a dinâmica local: a extração da seiva de mangabeira nas imediações de Barreiras, por volta de 1881 e a produção de algodão que fora estimulada por uma pequena indústria de tecidos, fios e sacaria (SANTOS FILHO, 1989).

O interesse do capital estrangeiro também modificou, especialmente, na forma o território. A introdução de objetos técnicos com novas temporalidades, contrastando com os objetos de tempos pretéritos foram instalados no território. Estes objetos, os tempos e as técnicas de certo modo se combinam, mas os seus usos diferenciados estiveram à serviço de distintos sujeitos.

No próximo item será discutido as características da rede urbana em formação até a década de 1970, apontando os centros praticamente

indiferenciados em posição geográfica, tamanho, funções e interações internas e externas à região do Oeste Baiano e conseqüentemente sua circulação regional.

2.2 A rede urbana pretérita do Oeste Baiano

A rede urbana é um tipo particular de rede susceptível à transformações. Está diretamente associada aos dinamismos próprios de um dado espaço-temporalidade, oriundos de fatores internos ou externos à rede e baseados nas motivações de agentes sociais. Nesse dinamismo, em consequência, podem ser alterados o tamanho, a densidade e as funções dos centros urbanos, assim como a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e forma espacial da rede (CORRÊA, 2001).

A rede urbana embrionária da região do Oeste Baiano pode ser caracterizada como dendríticos, que de acordo com Corrêa (1989) é caracterizada pela

[...] ausência de núcleos intermediários, isso porque o padrão de interações espaciais direciona-se de um núcleo para outro, obedecendo a uma seqüência locacional e unidirecional, através da rede fluvial, em direção ao centro primaz, dificultando o “aparecimento de centros intermediários intersticialmente localizados” (CORRÊA, 1989, p. 72).

Porém, a mutabilidade da forma se revela à medida que as interações espaciais têm sua natureza alterada, seja pela emergência de outros núcleos, seja pelos incrementos na posição geográfica, com a presença da rodovia, alterando o padrão preestabelecido e configurando uma superposição ou uma justaposição de padrões espaciais. (SANTOS, 2016)

No âmbito da rede urbana regional do Oeste Baiano, as transformações que se operam a partir do início do século XX não apontam, inicialmente, para uma alteração efetiva no padrão da rede, pois “a passagem para outro padrão de rede, diferente do tipo dendrítico, pressupõe, em realidade, mudanças mais profundas na esfera da produção, circulação e consumo regional” (CORRÊA, 2011, p. 49). No entanto, é inegável a sobreposição ou a justaposição de padrões, engendrados a partir das

características genéticas para o padrão atual que, por ora, apresenta-se complexo.

A partir do final do século XIX e do início do século XX, a navegação fluvial no rio São Francisco e em seus tributários, em especial por meio de barcos a vapor, impulsionou a dinâmica dos centros de nucleações urbana do Oeste Baiano, momento que Barra, em razão da sua posição geográfica favorável na convergência da circulação regional à jusante dos rios Preto, Grande e Corrente, nas suas desembocaduras no rio São Francisco (IBGE, 1958).

Entre 1891 e 1912, acentuou-se a influência da cidade de Barra, centro de movimento comercial e social, dada a sua posição geográfica no estado da Bahia, passagem forçada de quem viajasse pelo rio São Francisco no seu curso médio, e, ademais, ponto de trânsito das boiadas de Goiás, Piauí e também do Maranhão (IBGE, 1958, p. 58).

É importante também frisar que, para esse centro pioneiro, o final do século XIX e o início do século XX foi o período áureo da borracha da maniçoba. Tal atividade influenciou e dinamizou a circulação regional, principalmente no fluxo de pessoas, mercadorias, capitais e informações, refletindo, materialmente, na construção do primeiro cais de porto na margem esquerda do rio São Francisco, em sua porção do estado baiano, no ano de 1907, e na instalação da estação telegráfica, em 1912, difundindo a informação via telefone (IBGE, 1958).

Com relação às ligações ferroviárias, Santos (2007, p. 103), aponta que essas eram feitas a partir das extremidades navegáveis do rio São Francisco, tanto por Juazeiro, ao norte, como por Pirapora, ao sul. Com essas tem-se “o primeiro momento integrador dos habitantes da região do sertão do São Francisco à sociedade nacional”. A Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco (Salvador a Juazeiro) fora concluída em 1896 (MACHADO, 2002). Enquanto a linha de Pirapora da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) (Rio de Janeiro a Pirapora) foi inaugurada em 1910 (Almeida, 2014).

A gênese dos primeiros núcleos urbanos do Oeste Baiano está intimamente relacionada com o processo de ocupação dessa região, marcada pela prática agropecuária, sendo a fazenda o embrião de grande parte dessas

nucleações. Nesse sentido, o modo de ocupação e de penetração no território garantiu a contiguidade do povoamento, controlado pelas pioneiras oligarquias rurais. Prado Júnior (2011, p. 50), entretanto, esclarece que:

No período colonial dois fatores determinaram a penetração no interior da colônia brasileira: a mineração e as fazendas de gado. A primeira não propondo uma contiguidade no processo de ocupação, ou seja, uma ligação contínua de núcleos de povoamento e áreas ocupadas, ao contrário das fazendas de gado que se alastraram com contiguidade.

O autor assevera que na Bahia essa dispersão populacional ocorreu no final do século XVI, alcançando o médio São Francisco em meados do século XVII, com a instalação de fazendas nas margens direita e esquerda do rio.

Essa organização sócio espacial do Oeste Baiano se refletiu em sua embrionária rede de vilas, no final do século XIX, que, por suas características peculiares, apresentou-se de uma maneira simples, com baixa conectividade entre seus núcleos, resultado de concentração fundiária e forma espacial herdada do período colonial, com circulação vinculada aos caminhos fluviais junto à finalidade do abastecimento do mercado interno. (SANTOS, 2016a)

Conforme aponta o trabalho de Santos (2016)

Até meados do século XX, a região apresentou uma rede urbana inexpressiva, tanto nas suas formas quanto nas suas funções, caracterizada por poucos núcleos de importância e um conjunto de pequenos vilarejos dispersos, com pouca conexão entre si. As atividades econômicas da época eram a pecuária extensiva, a lavoura de algodão arbóreo, a agricultura de subsistência, o artesanato e o extrativismo vegetal. Economia regional estava direcionada ao atendimento apenas das demandas imediatas das cidades próximas (SANTOS, 2016, p.117).

Na opinião de Santos Filho (1989), isso se deu, primeiramente, associado ao baixo dinamismo da própria economia baiana diante do decadente comércio de Salvador e do surto cacauero isolado no Sul da Bahia e, em segundo lugar, à ausência de atividades locais que superassem as dificuldades impostas pelas imensas distâncias entre essa área e os principais polos industriais do País.

Até a década de 1950, entre os serviços urbanos contidos em Barra, destacavam-se os de hotelaria e pensões, com o total de cinco

estabelecimentos, dos correios, de radiocomunicação, bancários, aeroportuário, do cinema, além da presença do hospital geral, com trinta leitos, de três farmácias e de dois centros de ensino ginásial. Ressalta-se que 59% dos logradouros do núcleo urbano eram servidos de energia elétrica (IBGE, 1958).

Em geral, até a década de 1950, os principais centros da rede urbana do Oeste Baiano, exceto Barra e Barreiras, apresentavam-se, relativamente, indiferenciados entre si em termos de oferta de bens e serviços, tais como comércio varejista, comércio de atacado, hotelaria, agência de correios e farmácia conforme é possível verificar na Tabela 3.

Tabela 3 - Oeste Baiano: distribuição de bens e serviços entre os principais núcleos da década de 1950.

Centros	Serviços													
	Comércio (varejo)	Comércio (atacado)	Hotelaria	Eletricidade	Correios	Farmácia	Cinema	Portuário	Ensino ginásial	Banco	Aeroportuário	Radiocomunicação	Hospital geral	
Barra	X	x	X	X	x	x	x	X	x	x	x	X	X	
Barreiras	X	x	X	X	x	x	x	X	x	x	x			
Santa Maria da Vitória	X	x	X	X	x		x	X				X		
Carinhanha	X	x	X	X	x	x	x	X						
Santa Rita de Cássia	X	x		X	x	x		X						
Santana	X	x	X	X		x								
Angical	X	x	X	X	x									
Correntina	X		X	X		x	x							
Cotegipe	X		X		x									

Fonte: IBGE, 1958.

Os centros urbanos apresentavam seus setores comercial e financeiro similares, muito embora algumas características pudessem ser destacadas. Barreiras apresentou o maior giro comercial no ano de 1956, 61.100 milhares de cruzeiros, e Santana concentrava 27,65% dos estabelecimentos varejistas e 48,78% dos estabelecimentos de atacado de toda região (Tabela 3). De acordo com Santos Filho (1989), Barra e Barreiras eram os únicos núcleos a possuírem agência bancária desde a década de 1940.

Na Tabela 4 verifica-se que ao longo da primeira metade do século XX, foram surgindo novas nucleações vinculadas às práticas pecuaristas. Assim

como no período colonial e imperial, em alguns casos, a fazenda foi o embrião desses centros, como São Félix (São Félix do Coribe), Tabocas (Tabocas do Brejo Velho), São Desidério, Jaborandi, Mansidão, Riachão das Neves, Bonfim (Baianópolis), Piragiba (Muquém de São Francisco), Buritizinho (Cristópolis), Canabrava (Wanderley) e Ibiagui (Canápolis).

Tabela 4 - Oeste Baiano: surgimento de nucleações entre as décadas de 1900 a 1950.

Nucleação	Origem	Subordinação
São Félix (São Félix do Coribe)	1901*	Santa Maria da Vitória
São Desidério	1911**	Barreiras
Jaborandi	1928*	Carinhanha
Mansidão	1933**	Santa Rita de Cássia
Riachão das Neves	1934**	Cotegipe
Bonfim (Baianópolis)	1936**	Barreiras
Piragiba (Muquém de São Francisco)	1943**	Barra
Buritizinho (Cristópolis)	1953**	Angical
Canabrava (Wanderley)	1953**	Cotegipe
Ibiagui (Canápolis)	1953**	Santana

*Início do povoamento; **Reconhecimento oficial como distrito.

Fonte: IBGE, 2016.

Mesmo acentuando ao que Prado Junior (2011) denominava de contiguidade territorial, os centros emergentes estavam dispersos e, desse modo, a rede permanecia simples do ponto de vista da configuração territorial, pois os núcleos eram incipientes em tamanho, conforme demonstra a Tabela 5: dentre os maiores municípios em população, na década de 1950, estavam Barreiras (5.802 habitantes), Barra (5.580 habitantes), Santana (3.059 habitantes) e Santa Maria da Vitória (2.073 habitantes); e mantinham escassas interações internas e externas à região). Tais ligações eram estritamente fluviais e/ou por estradas rústicas (IBGE, 1958).

Tabela 5 - Oeste Baiano: tamanho populacional dos núcleos em 1950.

Núcleo	População	Núcleo	População
Barreiras	5.802	São Desidério	896
Barra	5.580	Cotegipe	801
Santana	3.059	Tabocas (Tabocas do Brejo Velho)	718
Santa Maria da Vitória	2.073	Mansidão	538
Correntina	1.727	Tapiracanga (Baianópolis)	524
Carinhanha	1.707	Coribe	524
Ibipetuba (Santa Rita de Cássia)	1.702	Brejo Velho (Brejolândia)	472
Sítio do Mato	1.157	Piragiba (Muquém de São Francisco)	456
Itajuí (Formosa do Rio Preto)	1.130	Canabrava (Wanderley)	350
Angical	1.047	Buritirama	347
Ibiagui (Canápolis)	1.000	Catão (Catolândia)	299
Cocos	986	Taguá (antigo Campo Largo)	283
Riachão das Neves	971	Buritizinho (Cristópolis)	275
Penamar (Serra Dourada)	914	São Félix (São Félix do Coribe)	160

Fonte: IBGE, 1958.

Os principais centros - sedes de municípios (Angical, Barra, Barreiras, Carinhanha, Correntina, Cotegipe, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia e Santana) - estavam, em sua maioria, ancorados à navegação fluvial, organizados na herdada forma espacial dendrítica, cujo padrão espacial infere um grau menor de participação dos centros na divisão territorial do trabalho, pois a produção predominantemente agrícola é destinada para regiões externas da rede e, inversamente, esses centros pouco participam do processo de “criação, apropriação e circulação do valor excedente” (CORRÊA, 1988, p. 117).

Na década de 1950, a agricultura, a pecuária e a silvicultura, junto a um setor industrial caracteristicamente rudimentar, eram, basicamente, a fonte de renda gerada nas respectivas nucleações do Oeste Baiano. Essas produções, em sua grande parte, destinavam-se para o abastecimento do próprio núcleo e, em menor parte, para o mercado interno, especialmente Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1958).

A despeito de algumas atividades nas principais nucleações, em Angical, a atividade fundamental para economia era o cultivo do algodão herbáceo, com produção de 378 toneladas, em 1955, em seguida a mandioca, milho e arroz. Embora não expressiva, a pecuária apresentava índices de 22.500 cabeças bovinas, 6.000 caprinos, 5.000 ovinos e 5.000 suínos, sendo

abatidos, para o consumo local, e no mesmo ano, “3.185 caprinos, 3.032 ovinos, 2.515 suínos e 1.130 bovinos” (SANTOS, 2016). A atividade da transformação girava em torno da produção de aguardente, rapadura e farinha de mandioca (IBGE, 1958, p. 41).

A extração da cera de carnaúba era a atividade econômica fundamental para Barra, rendendo 1.006 milhares de cruzeiros em 1955. A cana-de-açúcar, algodão, coco, arroz, feijão, mandioca e milho, complementavam a renda agrícola do núcleo. No ramo pecuário, a criação bovina registrava cerca de 35.000 cabeças, caprinos 7.500 e ovinos 6.000. A produção manufaturada (farinha de mandioca e rapadura), o extrativismo, vegetal (cera de carnaúba e madeiras) e animal (peixes), e o artesanato (louças, filtros, potes e entre outros) incrementavam a economia local (IBGE, 1958).

Bem como agricultura (basicamente milho e algodão) e pecuária (40.000 bovinos, 25.000 equinos e 15.000 asininos), “há exportação de sacos, fios e tecidos de algodão, charque, óleos de côco e de mamona, cal de pedra, couros e peles inclusive de animais silvestres”. O diferencial da economia de Barreiras esteve contido na produção industrial de tecidos, na fábrica Baylon & Filhos, elemento diferenciador aos demais centros, além de destaque para as fábricas de algodão beneficiado, Mariano Gonçalves & Cia, de charque, Agro-Pastoril Antônio Balbino, e de couro e de solas curtidas, Baylon & Filhos, resultando num total produzido de 12.704 milhares de cruzeiros, incluindo a atividade extrativista (IBGE, 1958, p. 68).

Também na mesma década, a principal fonte econômica de Correntina estava na produção do feijão, com 14.180 sacas, representando 45,216% de sua renda agrícola, em seguida do arroz, com 15.300 sacas (21,24%) e do milho, 15.700 sacas (9,90%). Cultivava-se também “banana, mandioca, mamona, abóbora, laranja, aipim, limão, manga, lima, fava e melancia”. Na pecuária, constavam-se 21,800 suínos, 19.700 caprinos, 18.700 bovinos, 8.300 equinos, 7.380 ovinos, 6.200 mueres e 850 asininos. A inexpressiva indústria extrativa se pautava na fibra do buriti, casca de angico, pequi, mangabeira, cera e mel de abelhas e pele de animais silvestres (IBGE, 1958, p. 197).

Em Cotegipe, o fumo e o algodão contribuíram com maior parte da renda agrícola, e na pecuária a criação bovina era representada por 27.000 cabeças bovinas, no ano 1955. Cera de carnaúba, rapadura e arroz beneficiado constituíam o conjunto de manufaturados produzidos (IBGE, 1958).

Em Santa Maria da Vitória o feijão era o principal produto cultivado, representando 7.458 do total de 22.523 milhares de cruzeiros da renda agrícola. Em seguida, tinham-se algodão, arroz, cana-de-açúcar, milho, mandioca, mamona fumo e frutas. No âmbito da pecuária, liderava, numericamente, o número de bovinos (148.000), em posterior os suínos (82.000), caprinos (35.000) e ovinos (28.000). A respeito dos manufaturados, a rapadura representava 7.200 dos 24.191 milhares de cruzeiros produzidos, enquanto a farinha da mandioca, algodão beneficiado e o artesanato “representado pela produção de louça de barro, redes de algodão e de fibra de timbó, e de cordas de caroá” eram de escalas menores (IBGE, 1958, p. 286).

A cana-de-açúcar era o principal produto da renda agrícola de Santa Rita de Cássia, que alcançou, em 1955, a margem de 2.000 toneladas de produção. Também eram cultivados o fumo, a mandioca e cereais. O número pecuário do mesmo ano era de 70.000 bovinos, 20.000 caprinos e 15.000 suínos. “As produções de borracha da mangabeira e maniçoba, baga de timbó, buriti, fibras de caroá e tucum, resina de jatobá, cera da carnaúba e especialmente a produção de madeira” incrementaram a renda oriunda da indústria extrativista (IBGE, 1958, p. 255).

Em Santana, 30% de sua renda agrícola eram oriundas do cultivo do algodão. Ainda na agricultura, destacavam-se “arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho e mamona”. A pecuária em sua maioria era representada por 55.000 bovinos, 18.000 tanto ovinos como suínos, 12.000 caprinos, 2.700 asininos, 2.000 muares e 1.600 equinos. No âmbito dos manufaturados tinham rapadura, manteiga, farinha de mandioca, tijolos, o beneficiamento de algodão e artesanato (IBGE, 1958, p. 289).

Os produtos importados por essas nucleações eram, basicamente, sal, açúcar, trigo, café, soda cáustica, tecidos, calçados, chapéus, ferragens, drogas, medicamentos, artigos de armarinho e perfumaria, cereais, chá, fibras vegetais, frutas, peles de animais silvestres, madeiras, etc. Eram oriundos de Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e percorriam, no

âmbito regional, as ferrovias (até Juazeiro e Pirapora) e, posteriormente, as rotas fluviais, através do rio São Francisco e dos rios Grande, Preto e Corrente, e, secundariamente, as rotas terrestres, sobre estradas e rústicas (IBGE, 1958).

Nas décadas de 1950 e 1960, o território do Oeste Baiano teve suas divisas internas reconfiguradas com a criação de novos municípios, um dos maiores conjuntos de rupturas político-administrativas da região motivadas por interesses de oligarquias políticas rurais locais, fato tal que atribuiu força de sede municipal para alguns centros elementares (SANTOS, 1989).

A Tabela 6 elaborada com dados do IBGE (2016), aponta que em 1958, Carinhanha perdeu território para a elevação de Cocos e Santa Maria da Vitória foi desmembrada para a criação do município de Coribe. No ano de 1961, Santa Rita de Cássia cedeu parte de sua porção territorial para a ascensão municipal de Formosa do Rio Preto. Em 1962, Angical perdeu território para Tabocas do Brejo Velho e Cristópolis; Barreiras se dividiu para a criação dos municípios de Baianópolis, Catolândia e São Desidério; Cotegipe desmembrou-se para a formação de Riachão das Neves; e Santana para Canápolis e Serra Dourada. Para Santos Filho (1989, p. 130), apesar dessas descentralizações administrativas não representarem uma “real modificação da dinâmica de reprodução regional” do Oeste Baiano, permitiram a canalização de recursos públicos para os novos centros sede de município, bem como uma estruturação precária de serviços administrativos.

Tabela 6 - Oeste Baiano: emancipação político-administrativa nas décadas de 1950 e 1960. (Continua)

Núcleo	Emancipação	Desmembrado
Cocos	1958	Carinhanha
Coribe	1958	Santa Maria da Vitória
Formosa do Rio Preto	1961	Santa Rita de Cássia
Brejolândia	1962	Angical
Tabocas do Brejo Velho	1962	Angical
Cristópolis	1962	Angical
Baianópolis	1962	Barreiras
Catolândia	1962	Barreiras
São Desidério	1962	Barreiras
Riachão das Neves	1962	Cotegipe

Tabela 6 - Oeste Baiano: emancipação político-administrativa nas décadas de 1950 e 1960. (Conclusão)

Núcleo	Emancipação	Desmembrado
Canápolis	1962	Santana
Serra Dourada	1962	Santana

Fonte: IBGE, 2016

Esse conjunto de rupturas administrativas, que elevou centros elementares à categoria de sede municipal, derivou-se do interesse das oligarquias políticas locais em se apropriarem de cotas federais de impostos e para garantias de reeleição, não obedecendo, em alguns casos, à antiga regra de haver uma população mínima superior a 10.000 habitantes, como estabelecido pelo IBGE (SANTOS FILHO, 1989).

Os movimentos emancipacionistas idealizados pelas elites regionais são registrados desde o século passado, e os intuítos de separação/emancipação sempre estiveram como forma de captar benefícios através de pressão sobre o estado (RAMIREZ; SOARES; SOUZA, 2005, p. 35)

Tendo em vista a persistente dependência dos menores centros com relação aos bens de serviços e consumo disponíveis nos centros maiores, nota-se que, baseado na distribuição de bens e serviços no país, os centros do Oeste Baiano, ainda estavam organizados em uma forma espacial de rede urbana simples, conforme apontado pelo IBGE (1972).

Será abordado a seguir período entre as décadas de 1970 a 1980, quando os elementos constituintes da rede urbana começam a ser alterados por consequência da posição geográfica favorável para Barreiras em detrimento de Barra, iniciando uma reestruturação da forma espacial da rede.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Oliveira (2015):

No caso de Barreiras, verifica-se o início de sua ascensão a partir da emancipação político-administrativa, em 1891, momento em que as oligarquias políticas locais pioneiras, convencionadas ao modelo coronelista, agiram na articulação de financiamentos de benfeitorias nas esferas estadual e federal, angariando obras que dotariam de funcionalidade ao núcleo barreirense, (OLIVEIRA 2015p. 106)

Pamplona (2002) destaca que Entre as benfeitorias estaduais sobressaem o cais do porto em 1914, obra intermediada pelo intendente Coronel Antonio Balbino, quem conseguiu angariar recursos argumentando que

a localização geográfica de Barreiras era favorável para o estabelecimento de relações comerciais com o norte goiano, e o mercado municipal, inaugurado em 1922 pelo intendente Coronel Baylon Alves Boaventura.

Assim, projetos federais destacaram-se na região como, a construção do canal no rio de Ondas, na década de 1920 e da usina hidrelétrica em 1928, e por meio do Ministério da Agricultura, foi instalada a Escola Técnica Aprendizado Agrícola de Barreiras, em 1927, que funcionou por sete anos. Como resultado da força empreendedora da elite local e organizações religiosas, firmaram-se a construção da igreja matriz São João Batista, em 1925, e do prédio do Grupo Escolar Costa Borges, iniciada por Anphilóphio Lopes e inaugurada por Annibal Alves Barbosa, em 1928 (PAMPLONA, 2002).

A partir do empreendedorismo de Geral Rocha, militante político regional, com forte influência entre grupos político-financeiros, e pioneiro na inserção do capital industrial na região do Oeste Baiano, “foram instaladas duas turbinas, importadas da Holanda, para gerar uma potência hidrelétrica de quinhentos cavalos-vapor, equivalentes a 350 quilowatts, cuja inauguração foi em 1928” (ROCHA, 2004, p. 11). Essa Usina favoreceu à implantação de indústrias “como o frigorífico e a fábrica de tecidos, que utilizavam de maquinário importado da Inglaterra” na década de 1940 (HAESBAERT, 1995, p. 143-144).

Em 1941, foi concretizada a construção do aeroporto internacional de Barreiras, como resultado de ‘negociações’ político-empresariais desde 1937, quando foi concedido para a Pan American World Airways a construção de uma pista preliminar de apoio (ALMEIDA, 2011).

A princípio, o aeroporto estava relacionado com o intuito de reduzir escalas de voos no Brasil, uma vez que Barreiras encontra-se na região epicentral do país. Todavia, tratava-se de um projeto geopolítico de interesse estadunidense, que, durante a Segunda Guerra Mundial, utilizou esse aeroporto como base militar para ser o ponto de apoio dos aviões, que partiam de Miami, para a guerra (ALMEIDA, 1996, p. 13).

Em 1972, O IBGE qualificou Barreiras como centro sub-regional A, o qual passou a ser o centro de maior importância no âmbito regional, ao englobar na sua área de influência o maior número de subordinados, incluindo os elementares Angical, Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Cotegipe,

Cristópolis, Riachão das Neves, São Desidério, Tabocas do Brejo Velo, bem como Dianópolis (centro local A), e os demais elementares Almas, Conceição, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga e Aurora do Norte, localizados no antigo norte do estado de Goiás (IBGE, 1972).

Em seguida, Barra, qualificado a centro local A, sustentava-se como segundo centro de importância na rede regional, tendo sua região de influência restrita aos elementares Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia, no Oeste Baiano, além dos demais elementares Morpará, Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Ipupiara, localizados na margem direita do rio São Francisco. Em terceira ordem, Santana, Santa Maria da Vitória e Carinhanha, todos qualificados como centro local B, hierarquizaram dois centros cada, sendo Santana subordinador de Canápolis e Serra Dourada, Santa Maria da Vitória subordinador de Correntina e Coribe, e Carinhanha controlador de Cocos e Malhada, esse último localizado na margem direita do rio São Francisco (IBGE, 1972).

Apesar da diferenciação hierárquica entre Barreiras (centro sub-regional A) e Barra (centro local A) destacada pelo IBGE (1972), Barra mantinha a maior população urbana em 1970, contabilizando 10.879 habitantes, seguida de Barreiras, com 9.760 habitantes. Santana, Santa Maria da Vitória e Carinhanha, núcleos de terceira ordem de importância regional (centro local A), contabilizavam, respectivamente, 6.186, 7.740 e 3.121 habitantes (IBGE, 1970).

Verifica-se de acordo a Tabela 7 que o tamanho populacional de Barra não se consistiu em um elemento que lhe garantisse o controle da rede urbana do Oeste Baiano, pois suas interações continuaram a se manter estritamente, como no passado, com Salvador, através da navegação fluvial até Juazeiro e, posteriormente, por meio de estrada de ferro. Em contrapartida, outros centros beneficiavam-se com a mudança da posição geográfica, transferida da circulação fluvial para a rodoviária, de modo que esses centros passaram a se conectar com as redes urbanas de Brasília e Goiânia, como os casos de Barreiras, Santana e Correntina. (IBGE, 1958)

Tabela 7 - Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população (urbana e total) em 1970.

Centro	Urbana	Total	Centro	Urbana	Total
Angical	1.698	11.310	Cotegipe	4.353	20.085
Baianópolis	891	8.698	Cristópolis	536	7.606
Barra	10.879	46.330	Formosa do Rio Preto	1.304	8.979
Barreiras	9.760	20.864	Riachão das Neves	3.060	14.693
Brejolândia	693	8.127	Santa Maria da Vitória	7.740	31.216
Canápolis	977	8.198	Santa Rita de Cássia	4.216	20.627
Carinhanha	3.121	19.390	Santana	6.186	19.118
Catolândia	365	1.940	São Desidério	2.152	12.790
Cocos	2.174	13.239	Serra Dourada	1.260	14.885
			Tabocas do Brejo		
Coribe	1.183	18.575	Velho	1.094	8.017
Correntina	2.942	30.365	Total	66.584	345.052

Fonte: IBGE, 1970

O fluxo comercial intra-regional entre os municípios do — Além São Francisco (assim chamado na época) em 1976 revela que a maioria das cidades apresentava um comércio exclusivamente local, com exceção de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Santana, que realizavam operações de vendas às demais. Salta às vistas o domínio de Barreiras, que já nessa época concentrava grande parte das transações realizadas, operando com 15 cidades da região. Observa-se que as cidades dessa região dependiam fortemente do mercado de Barreiras em todos, ou quase todos, os ramos comerciais. As transações comerciais mais comuns, à época, eram aquelas que envolviam o —comércio de alimentos e vestuário, seguido dos ramos —móveis e eletrodomésticos, —apoio à agropecuária (evidenciando o início da expansão agropecuária naquele período), —serviços e materiais gráficos e —comércio especializado.

A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-020 (Fortaleza-Brasília) construída desde meados da década de 1950, muito embora rústica, sem asfalto, com travessias em riachos e atoleiros difíceis, porém, proporcionando a mudança no eixo dos transportes, ligando Barreiras a Brasília, Goiânia e São Paulo (ALMEIDA, 1995). Posteriormente, tem-se a construção da BR-135 (Montes Claros - Miranda do Norte), permitindo o estreitamento entre Santa Maria da Vitória e Belo Horizonte, intermediado por Montes Claros e Januária (IBGE, 1972)

A diminuição gradativa da atividade da navegação fluvial, sendo um dos resultados da desapropriação da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), feita pelo Estado durante o governo militar (1964-1985), que passou a priorizar o projeto de expansão do modal rodoviário já iniciado no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961), justifica a ausência do elo entre Barra e Barreiras, como apontado pelo IBGE (1972). Santos (2016), relata que:

No final da década de 1960, sob a ordem do governador estadual da Bahia, Luiz Viana Filho, iniciou-se a construção da rodovia federal BR-242, que, partindo da região de Salvador, entroncaria com Barreiras, em sentido transversal, na década de 1970 (SANTOS, 2016, p.50)

No entanto, o trecho concluíra até Ibotirama, centro à margem direita do rio São Francisco, enquanto os restantes 208 quilômetros em direção a Barreiras não haviam sido contemplados com camada asfáltica, o que justifica as dificuldades de conectividade com Salvador. “[...] Barreiras continuava sem estrada para Salvador, dependendo dos vapores que levavam até 8 dias para chegar a Juazeiro, onde o trem de ferro gastava 24 horas até a capital baiana” (ALMEIDA, 1995).

Parte dos núcleos da rede urbana do Oeste Baiano, que nos períodos colonial, imperial e início do republicano estava em sua totalidade na área de influência de Salvador, passou às áreas de influência de Brasília, Goiânia e Belo Horizonte, sobretudo, devido ao melhoramento da posição geográfica estabelecido pelo contato rodoviário, (IBGE, 1972). Barra continuava como um dos principais centros, porém, vinculado ainda a Salvador, em decorrência da posição geográfica tradicional que, por sua vez, também seria substituída, afetando notadamente o seu controle sobre a região do Oeste Baiano. (SANTOS, 2016)

O incremento da posição geográfica para Barreiras se conformou com a transferência da sede do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC)⁸ (BRASIL, 2015). Em 1972, constituído o mecanismo estatal para a construção

⁸ Criado em 1955 e instalado em Cratêus (CE) com denominação de 4º Batalhão de Engenharia, passando a denominar Batalhão de Engenharia de Construção em 1957 (BRASIL, 2015)

e pavimentação de estradas. O 4º BEC construiu diversas estradas vicinais e rodovias, sendo a principal BR-020 e a conclusão do trecho entre Barreiras e Ibotirama, da BR-242 (BEC, 2014), permitindo o contato direto entre os centros de Barreiras e Salvador por rodovia pavimentada. A afirmação do Estado no Oeste Baiano ainda se estendeu com a construção da rodovia federal BR-349, ligando o centro de Santa Maria da Vitória a BR-242, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos (SANTOS FILHO, 1989).

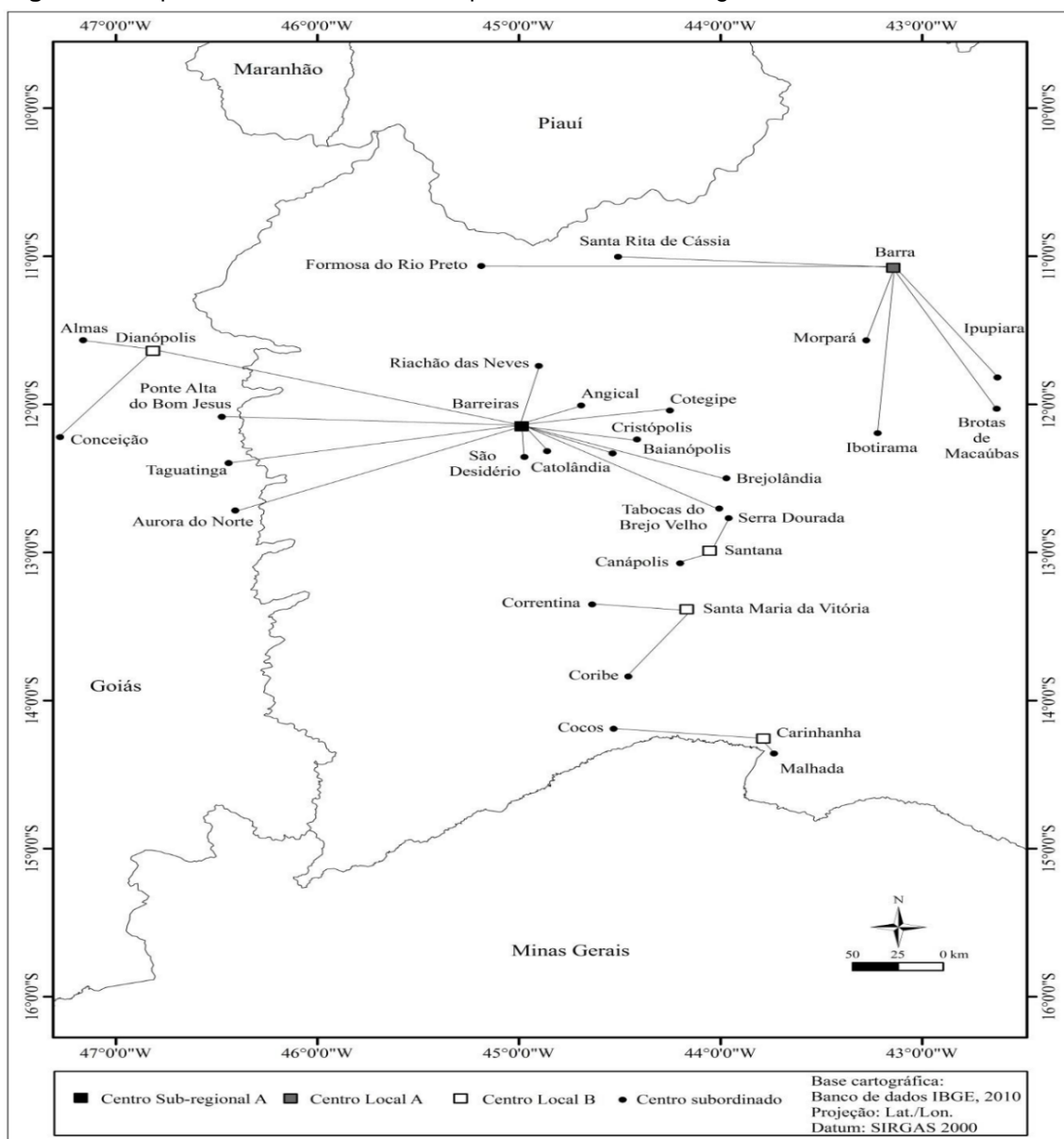
Como resultado do favorecimento da posição geográfica de Barreiras, houve investimento de construtoras e aumento de contingente populacional. O 4º BEC, por exemplo, trouxe consigo cerca de 5.000 pessoas, “entre militares, funcionários e suas famílias, injetando de imediato consideráveis recursos na economia barreirense, com a construção de seu aquartelamento” (ALMEIDA, 1995, p. 10-11), cujo suas funções se estenderam ao recrutamento de jovens à atividade militar e para educação profissional técnica.

Em nível regional, nas áreas de cerrado, instalaram-se investimentos de projetos de colonização agrícola e irrigação, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1973, no município de São Desidério; do Programa de Ocupação Econômica do Oeste, no ano de 1980; do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER II), em 1985; e do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, em 1987 (SANTOS; CHAVES, 2014, SAMPAIO, 2012). Segundo Santos Filho (1989, p. 136), “a dinâmica que passa a reger a região a partir dos anos 1970 é eminentemente urbana, ainda que com totalidades difusas e ainda que exercida e controlada por cidades externas e distantes da própria região”. Mesmo assim, como visto na Figura 4, Barreiras, corrobora um controle sobre maior parte da região, como indicado no estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC)⁹ de 1987, aumentando sua área de influência, porque passa

⁹ Atualização da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1972, teve como base a teoria das localidades centrais, formulada, em 1933, por Walter Christaller, que considera “o conjunto de centros de uma dada região ou país [...] em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residentes” (IBGE, 1987), os níveis hierárquicos dos centros variaram de centro metropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de zona a centro subordinado.

a exercer maior centralidade, por conta dos investimentos urbanos, bens e serviços, que passaram a servir o centro, ocasionando uma dependência maior entre dos centros subordinados perante o núcleo barreirenses. Ainda na Figura 4 pode-se constatar que, Barra teve sua rede de interações regionais reduzida, estendendo-se à Santa Rita de Cássia e Morpará (centro externo ao Oeste Baiano); Santana subordinou Serra Dourada e compartilhou, junto com Barreiras, Brejolândia, Catolândia e Tabocas do Brejo Velho; Santa Maria da Vitória expandiu, timidamente, sua influência sobre Canápolis, Coribe, Correntina e Cocos; e Carinhanha, ao sul, subordinava apenas Malhada (IBGE, 1987).

Figura 4 - Mapa do Oeste Baiano: hierarquia da rede urbana regional na década de 1980.



Fonte: IBGE, 1987

Em termos de rede urbana regional, as alterações refletem-se na recombinação dos elementos constituintes desse tipo de rede, sobretudo com relação à posição geográfica, o tamanho e as funções desses centros urbanos, que possibilitam mudanças nas interações espaciais e, conseqüentemente, modificaram o próprio padrão espacial da rede.

A respeito das localidades centrais da região do Oeste Baiano, Barra, Barreiras, Carinhanha, Santana e Santa Maria da Vitória foram re-hierarquizadas e igualadas a centros de zona. Entretanto, essa generalização classificatória do REGIC de 1987 (IBGE, 1987), em termos de hierarquia urbana regional, é questionável, porque, além de considerar o maior número de centros encabeçados por Barreiras (onze), verifica-se a importância, em termos de funções urbanas, que esse núcleo passa a apresentar, na transição entre as décadas de 1970 e 1980, características de “um centro extremamente dinâmico, que está começando a controlar espaço no qual se insere” (DINIZ, 1982, p. 166).

Analisando a Tabela 8 pode-se verificar que: Contrapondo Barra, Barreiras torna-se o maior núcleo do Oeste Baiano na década de 1980, com população urbana de 30.055 habitantes e evolução de 207,9%, entre as de 1970 e 1980, resultado de correntes migratórias cearenses, pernambucanas e paraibanas, que instalavam fazendas de gado em regiões vizinhas, desde a década de 1960, e a penetração sulista no final da década de 1970, nas áreas de cerrado, mas que residiam em Barreiras (DINIZ, 1982).

Tabela 8 - Oeste Baiano: tamanho dos núcleos em população (urbana e total) em 1980.

Centro	Urbana	Total	Centro	Urbana	Total
Angical	1.773	11.865	Cotegipe	6.432	22.556
Baianópolis	1.250	9.606	Cristópolis	1.718	9.972
Barra	13.497	51.563	Formosa do Rio Preto	3.630	11.883
Barreiras	30.055	41.454	Riachão das Neves	5.950	18.292
Brejolândia	871	9.073	Santa Maria da Vitória	17.262	38.759
Canápolis	1.586	9.439	Santa Rita de Cássia	6.332	26.362
Carinhanha	5.074	22.275	Santana	8.986	21.898
Catolândia	366	3.170	São Desidério	3.143	14.926
Cocos	3.528	15.730	Serra Dourada	2.099	16.641
			Tabocas do Brejo		
Coribe	2.371	18.849	Velho	1.817	10.669
Correntina	4.429	34.783	Total	122.169	419.765

Fonte: IBGE, 1980

O crescimento populacional urbano induz à presença de equipamentos funcionais que, por vez, podem atender satisfatoriamente uma dada demanda, como no caso do de Barreiras, quando no início da década de 1980 se tornou referência em prestação de serviços no comércio, bem como na saúde, com um hospital geral e dois hospitais particulares; na educação, com escolas de ensino médio e a escola agrícola; e no âmbito político-administrativo, com a presença de sedes das secretarias estaduais da saúde, educação e fazenda (DINIZ, 1982).

Para Diniz (1982, p. 172), o fluxo do capital sulista, dentre empresas do ramo agrícola, maquinários e insumos, estimulou o crescimento de Barreiras, contribuindo para a geração de serviços urbanos ligados ao circuito superior da economia. Nesse sentido, “vem se organizando uma rede urbana cada vez mais independente de Salvador”, muito embora haja uma estruturação de relações entre Barreiras e outros centros, “não há uma verdadeira integração de toda a área”.

Também não havia uma ligação efetiva entre os núcleos da rede, que recorriam a bens e serviços de consumo de centros superiores fora da região, rompendo, por vez, a hierarquia regional, sobretudo no âmbito do comércio, em que os comerciantes desses centros abasteciam “quase que essencialmente em grandes cidades fora da área e mesmo fora do Estado, pois na capital os preços são muito altos, sendo preferível comprar diretamente na localidade produtora” (DINIZ, 1982, p.173). Nota-se a ligação direta entre Correntina (centro subordinado) e Goiânia (metrópole regional), sem perpassar por centros intermediários, caracterizando o que Santos (2014b, p. 61) denomina de “curto circuito”, já que se rompe com o esquema tradicional hierárquico, como apontado pelo IBGE (1987).

Enquanto o abastecimento local e regional era predominantemente de produtos agropecuários, os produtos industrializados eram diretamente adquiridos no centro produtor, geralmente por “representantes comerciais de indústrias ou de empresas atacadistas” (DINIZ, 1982, p. 173). Desse modo, verifica-se que há “produção de excedentes e trocas, envolvendo uma separação no tempo e no espaço de consumidores, varejistas e atacadistas” (CORRÊA, 2011, p. 19).

Cabe assinalar, também, a perda da força do núcleo pioneiro, Barra, no segmento de rede urbana no Oeste Baiano, causada pelo ganho de rodovias por dois centros da margem direita do rio São Francisco: Xique-Xique e Ibotirama. Segundo Diniz (1982)

A antiga relação de subordinação de Xique-Xique para Barra se inverte quando Xique-Xique se torna ponto final da rodovia que liga a Salvador, perpassando pelos importantes centros de Irecê e Feira de Santana. Desse modo, Xique-Xique torna-se “um centro dinâmico, que atende a vários municípios a leste do rio São Francisco, tendo também drenado parte das funções de Barra”; Ibotirama se torna o ponto de entrada para o Oeste Baiano para quem se desloca da direção de Salvador pela rodovia federal BR-242, aumenta suas funções urbanas e amplia sua zona de influência sobre a zona de influência de Barra (DINIZ 1982, p. 166).

Ademais, Barra “perdeu o controle de parte do Oeste Baiano, tomado por Barreiras” – a exemplo de Formosa do Rio Preto, “e de partes das margens do São Francisco, capturadas por Xique-Xique” – a exemplo de Ipupiara, sua importância de entreposto comercial fluvial e de ponto de escoamento da produção da região do Oeste Baiano e partes das regiões de Goiás, Piauí e Maranhão (DINIZ, 1982, p. 160-161).

A respeito das ligações externas, o REGIC de 1987 (IBGE, 1987) mostrou que dentre os principais centros do Oeste Baiano, classificados como centros de zona, Barreiras reafirmou sua relação com Brasília (capital regional) e Goiânia (metrópole regional), e se destacou como o único centro do Oeste Baiano a manter ligação direta com Salvador (IBGE, 1987). Para Diniz (1982, p. 160), essas interações são mantidas em decorrência das trocas comerciais e na prestação de serviços, pois os centros menores enviam “parte da sua produção agrícola”, e recebem produtos industrializados e se suprem de “serviços não oferecidos em seus aglomerados urbanos”, corroborando com papéis de localidades centrais. Santana, por sua vez, manteve relação com Salvador (metrópole regional) por duas vias, sendo uma intermediada por Vitória da Conquista e outra por Feira de Santana, ambas qualificadas capital regional (IBGE, 1987).

Santa Maria da Vitória passou a estabelecer contato direto com a metrópole regional baiana, rompendo o vínculo com Vitória da Conquista, e permaneceu subordinado à Belo Horizonte (metrópole regional), intermediado

por Montes Claros (capital regional). Enquanto Carinhanha manteve-se nas redes de Salvador e Belo Horizonte, mas intermediada por Vitória da Conquista e Guanambi (centro sub-regional) (IBGE, 1987). Barra rompeu sua ligação com Juazeiro-Petrolina, como anteriormente apontado pelo IBGE (1972), e manteve-se na rede urbana de Salvador, entretanto com intermediação de Feira de Santana (capital regional), por malha rodoviária (IBGE, 1987).

Verifica-se que núcleos tradicionais perderam sua importância, especialmente aqueles de função de entreposto comercial por via fluvial, como o exemplo notável de Barra, enquanto outros núcleos são cada vez mais conectados à sociedade capitalista, ao serem beneficiados e valorizados com a implantação de rodovias, como o exemplo notável de Barreiras. Nesse sentido, mesmo considerando Barra e Barreiras centros oriundos de um mesmo processo de criação, uma vez que não foram, a priori, diferenciados por uma complexidade genética, esses se mostraram diferenciados posteriormente, já que, em um intervalo espaço-temporal equivalentemente curto, passaram a responder por processos distintos de evolução urbana. (SANTOS FILHO, 1989)

A posição geográfica, com o beneficiamento de um conjunto de infraestrutura em especial para Barreiras, é o elemento precursor para as demais mudanças, principalmente com relação ao tamanho populacional e às funções urbanas. Esse núcleo é incorporado de atividades que passam a atender não apenas a população local e regional com finalidade para o consumo, como também respondem ao processo de produção que se instaura no campo, denotado principalmente pela ampliação dos serviços voltados para essa área específica, gerando uma distinção de natureza hierárquica com relação aos demais centros. (ALMEIDA, 1995)

Como aponta Diniz (1982, p. 160), “não resta a menor dúvida de que a penetração lenta do capital, a abertura de estradas” [...] e “a decadência da navegação fluvial” foram fatores responsáveis por mudanças na rede urbana regional. Mudanças essas que, na concepção de Sposito (2011, p. 131), sendo quantitativas, como relacionado ao tamanho dos centros urbanos, e qualitativas, como no que diz respeito aos papéis desempenhados pelos centros, redefinem o “escopo” de uma dada rede urbana.

Ao longo do processo de evolução, a rede urbana do Oeste Baiano não se consistiu de forma conjugada ao modelo denominado por Santos (2014b) de

piramidal, contrapondo a hierarquia tradicional. Entretanto, não perdeu sua natureza hierárquica, sobretudo porque o capitalismo proporciona, gradativamente, a interligação “de um número crescente de áreas e com a expansão desigual da oferta de bens e serviços [...], implicando o aprofundamento do processo de hierarquização” (BESSA, 2012, p. 156-157), e gerando uma seletividade espacial que se manifesta no âmbito econômico e social (SANTOS, 2014a).

Nesse processo de reestruturação da rede urbana do Oeste Baiano, é importante destacar duas características: i) a mudança da posição geográfica favorável para Barreiras na década de 1970, conectada por malha rodoviária a dois grandes centros urbanos, Salvador e Brasília, retirou Barra do eixo central da rede, reestabelecendo novas articulações dentro e fora da região, culminando ao próprio crescimento urbano de Barreiras e uma crescente articulação regional por parte desse núcleo, ou seja, uma maior centralidade; as criações urbanas oriundas no primeiro meado do século XX e aquelas que ganharam força de sede de município no início do segundo meado do mesmo século emergiram fora do curso de circulação fluvial, diferentemente de suas predecessoras, de modo que não obedeceram a uma organização espacialmente dendrítica. Basicamente, essas duas características demonstraram o rompimento com o antigo padrão dendrítico, configurando uma rede de localidades centrais, de média complexidade, que se instaura a partir da década de 1980, como base para a plena inserção do modo produção capitalista na região.

Com o objetivo de recuperar a economia e os objetivos estavam pautados na industrialização como uma saída possível para reverter a participação pouco expressiva da Bahia nas decisões econômicas nacionais, através do “desenvolvimento da produção industrial e do incentivo ao setor agrícola, seria possível alterar o papel periférico que a Bahia desempenhava na divisão interestadual do trabalho” (SANTOS, 2007, p.44)

A partir deste conjunto de mudanças o Além São Francisco deixou de ser sinônimo de algo distante, longínquo ou esquecido, emergindo enquanto um espaço potencial, agora podendo ser denominado de Oeste da Bahia. Cabe afirmar que grande parte das mudanças, entretanto não se operou

positivamente do ponto de vista da organização social, contemplando apenas uma pequena parcela de produtores agrícolas em alguns municípios do Oeste.

O território começou a se projetar de uma escala local para uma escala regional/nacional, acompanhando as transformações do centro-oeste brasileiro. (DINIZ,1982).

Buscando evidenciar estas questões, o Quadro 1 a seguir resume as principais políticas direcionadas ao Oeste da Bahia que começara a ser incorporado nas demandas de projetos do Estado. A partir destes dados, pode-se compreender que de certo modo, houve ações dos governos em grandes investimentos, pelo menos na escala federal. No entanto, questionar, a quem beneficiou e se estes foram suficientes para garantir a inserção deste território na dinâmica econômica da Bahia torna-se outro ponto de análise. As ações foram muito pontuais se forem levados em consideração o número de municípios, a dimensão territorial dos mesmos e o período de tempo recortado.

Quadro 1 - Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia entre 1956 -1979. (Continua)

Ação/Política	Agente	Período	Observações	Fonte
Inauguração de Brasília	Federal	1960	Além da construção da nova capital o conjunto de infraestruturas criadas para ampliar o acesso ao interior do país viabilizaram modificações territoriais nos municípios do raio de influência de Brasília.	Santos (2007)
Hidrelétrica de Correntina	Federal	1966	Construção da hidrelétrica visando o abastecimento energético da região do município de Correntina.	Santos Filho (1989)
Construção da BR 242, BR 020 e BR 135	Federal	1969	Construção da Rodovia Salvador-Brasília e Instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção-BEC, na cidade de Barreiras	Santos Filho (1989); Santos (2007)
Barragem de Sobradinho	Federal	1977	Construída pela CHESF a barragem possui área total 4214 km ² abrangendo os municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Santo Sé, Sobradinho e Juazeiro, com a finalidade de geração de energia elétrica.	Bomfim (1999)
Perímetros Irrigados	Federal	1978	Viabilização de projetos de irrigação pública nos municípios de Barreiras, São Desidério e Coribe incentivados pela CODEVASF.	Codevasf (2014)

Quadro 1 - Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia entre 1956 -1979. (Conclusão)

Ação/Política	Agente	Período	Observações	Fonte
Agências Bancárias	Federal	-	Instalação de agências de bancos públicos nos municípios de Barreiras, Carinhanha, Casa Nova, Correntina, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Remanso, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e Wanderley.	Bacen (2014)

Fonte: Oliveira, 2015, p.150

Para o período em destaque a formação do Oeste da Bahia seguiu o direcionamento de políticas do Estado, com destaque para inauguração da nova capital do país, Brasília, e todo conjunto de medidas a ela atreladas. A implementação de novos acessos rodoviários foi um resultado imediato deste processo que acabou contemplando alguns municípios do Oeste e permitindo a conexão com outras partes do país. Seguindo o padrão de intervenção a construção da hidrelétrica de Correntina e da Barragem de Sobradinho expressaram o modelo de planejamento pautado na matriz energética. Por um lado, se apresentam como importantes ações de repercussão territorial e por outro carregam um passivo social inestimável devido ao impacto socioambiental.

Avaliando os efeitos das medidas implementadas considera-se que a partir destas ações, outras políticas puderam se consolidar no recorte da pesquisa. O Oeste da Bahia fora sendo incorporado, acompanhando o ritmo de investimento no cerrado brasileiro e nos últimos anos, notou-se um privilégio de ações via governo federal. Já a escala estadual concentrou esforços em incentivos fiscais e programas atrelados à esfera federal. Contudo, cabe pontuar que estas medidas estiveram concentradas no crescimento da produção agropecuária nos cerrados baianos, sem contemplar outro viés de ações, demonstrando a centralidade do Estado na viabilização do agronegócio.

3 O PROCESSO DE INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO

A região Oeste da Bahia vem experimentando desde o início da década de 1980 um grande surto de crescimento econômico fruto da dinâmica dos novos arranjos territoriais do Capitalismo global. Na fase atual do Capitalismo, a produção é flexível e se molda às demandas dos mercados a nível global e o território é chamado a reorganizar-se também na tentativa de atender a essas demandas, como aponta as pesquisas de Santos, (2016) e Oliveira, (2015).

Para Milton Santos (2006) a agricultura representou, desde os primórdios, uma atividade reveladora da forte ligação entre as sociedades e seu entorno, ou seja, as relações eram estabelecidas entre os grupos humanos e a natureza. Porém, com a criação e a difusão das técnicas houve maior capacidade de modificação da natureza, reduzindo cada vez mais seus impactos e modificando a importância dos seus resultados. Assim,

Os últimos séculos marcam, para a vida agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2006, p. 88).

Ainda segundo Santos (2006), no atual momento da história da humanidade, podemos falar de uma agricultura científica globalizada, pois quando a produção agrícola tem referência planetária ela recebe influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Essa agricultura é exigente de ciência, tecnologia e informação, levando a um grande aumento da produtividade com relação à área plantada e o dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável. Logo,

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e

comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a certa homogeneização (SANTOS, 2006, p. 89).

O processo de mundialização do capital, lastro da lógica do capitalismo agrário¹⁰, vem acompanhado de profunda reestruturação do espaço geográfico e, portanto, dos sistemas de objetos e de ações, cujo resultado é uma nova realidade, descrita como um meio técnico-científico-informacional (SANTOS 2006). Meio cujas técnicas e tecnologias ganham destaque e preponderância frente às dinâmicas sócias espaciais. Elias (2006) aponta que a "reestruturação produtiva da agropecuária se intensificou, mas privilegiou áreas, produtos, segmentos sociais" indicando a lógica do desenvolvimento desigual já bastante discutido por geógrafos que refletem sobre o espaço geográfico e suas contradições assim como Smith (1988) e Harvey (2006).

Para Matos e Pessôa (2014), em se tratando da apropriação do Cerrado pelo agronegócio, o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura como eletrificação rural, sistemas de armazenamento e beneficiamento, construção e pavimentação de estradas, ferrovias, construção e ampliação de portos. Ressalta-se neste processo, a consolidação da região Centro-Oeste como principal lócus da dinâmica de produção agropecuária moderna ao lado da emergência de sub-regiões no Nordeste que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganham um novo status na divisão inter-regional do trabalho.

Os investimentos dirigiram-se aos setores onde havia possibilidade de exportação, isto é, a produção resumiu-se a bens para os quais existissem compradores estrangeiros potenciais. Essa orientação exigiu uma constante atualização do equipamento industrial, a fim de poder concorrer internacionalmente. A década de 1970 foi, por conseguinte, um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário e na expansão das fronteiras agrícolas (MULLER, 1989; SILVA, 1996; OLIVEIRA, 1996; MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003b).

¹⁰ O desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista. (MARÉS, 2003)

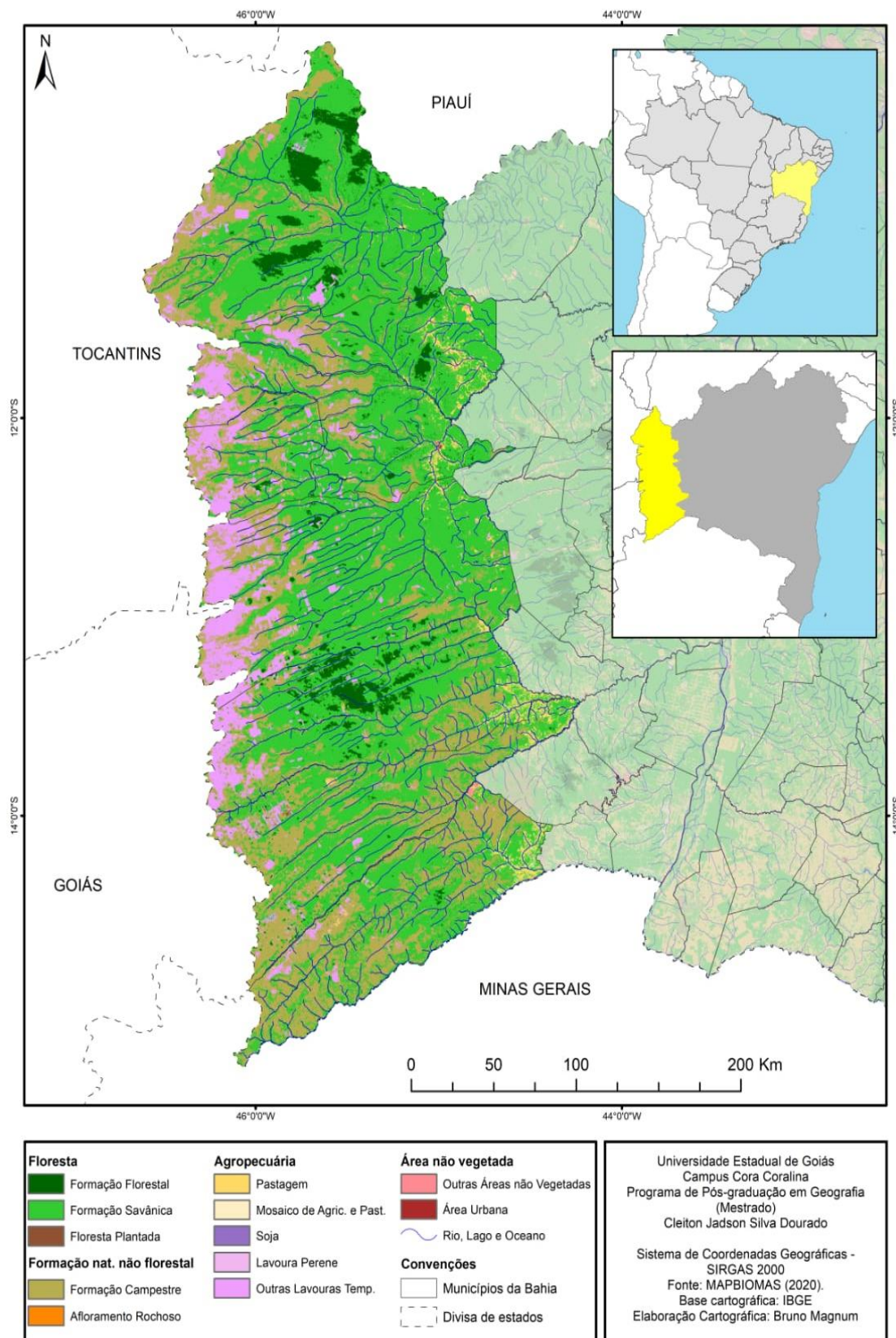
Neste item abordaremos os principais marcos e características do processo de ocupação da região, a partir da década de 1980, demonstrando como o agronegócio se inseriu no Oeste da Bahia.

3.1 A chegada do agronegócio no Oeste Baiano

As condições fisiográficas favoráveis associadas à presença de poucas rugosidades (SANTOS, 1996) e à política deliberada do Estado brasileiro levaram à rápida modernização e expansão territorial da agricultura comercial no Oeste Baiano. Se, inicialmente, a prática da agricultura moderna era restrita aos estados do Centro-Sul, a partir da década de 1980, ela alcança também a região Nordeste, como o Oeste da Bahia e as áreas ao sul dos estados do Maranhão e Piauí.

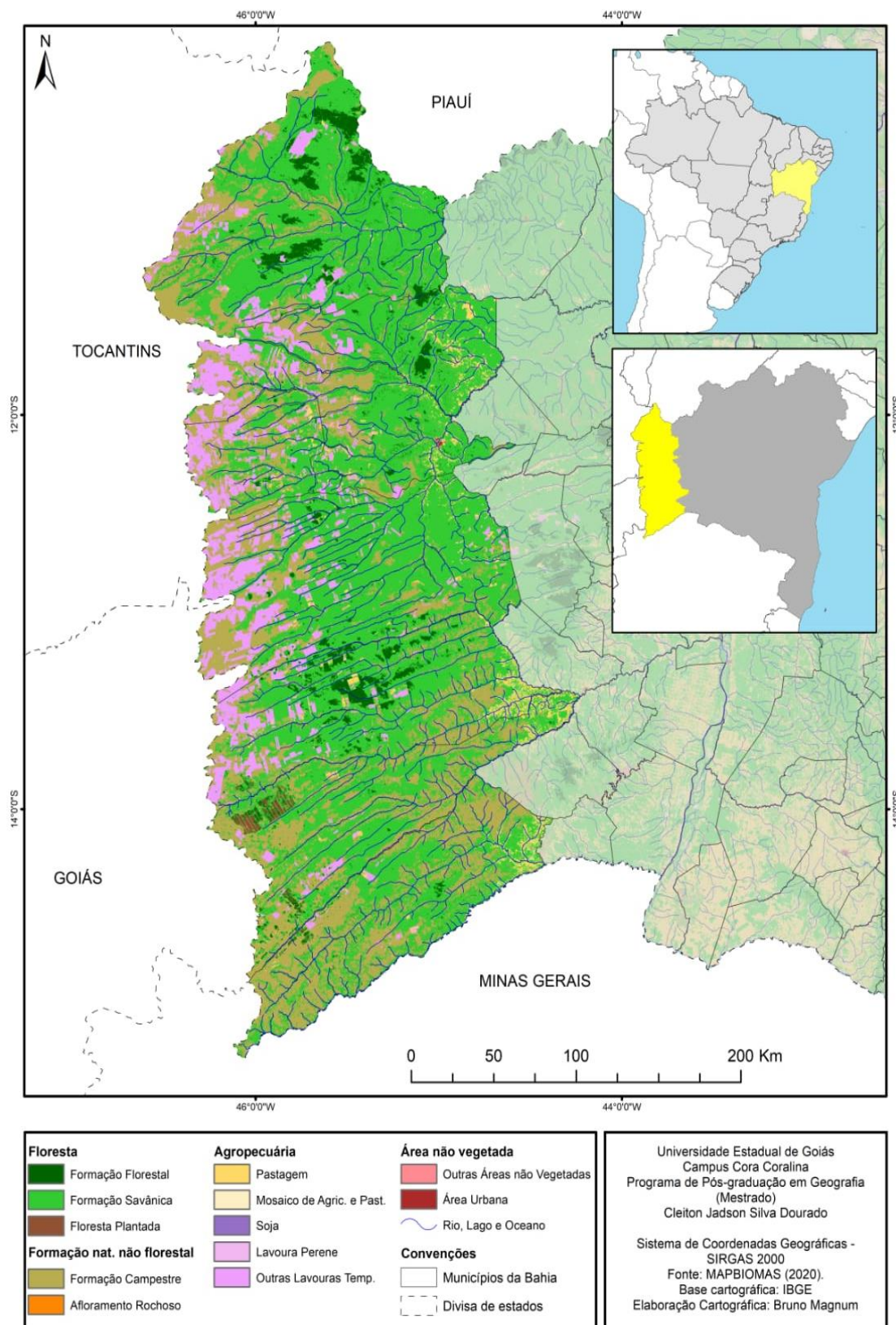
No Oeste da Bahia, constatam-se alterações consideráveis nos usos que se faz da terra nas últimas décadas. Através dos Mapas contidos nas Figuras 5, 6, 7 e 8 pode-se observar em roxo a expansão do agronegócio sobre pastagens extensivas em áreas de campo e Cerrado, esse processo acarreta danos irreversíveis ao meio ambiente e provoca também sérios conflitos com comunidades tradicionais ali existentes, os anos de 1985, 1995, 2005 e 2019 estão representados respectivamente nas figuras.

Figura 5 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 1985.



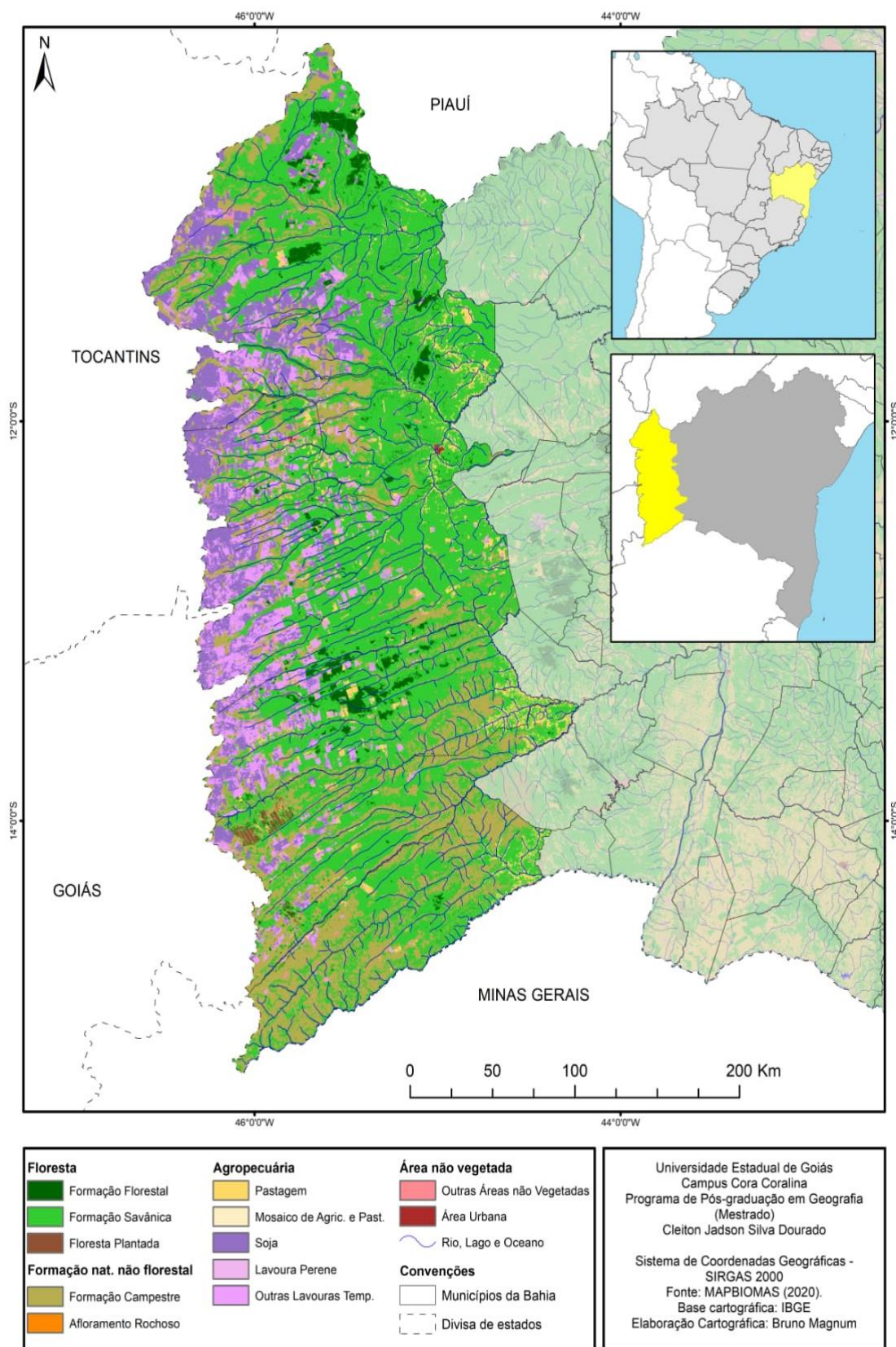
Fonte: MAPBIOMAS, 2020.

Figura 6 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 1995.



Fonte: MAPBIOMAS, 2020.

Figura 7 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 2005.

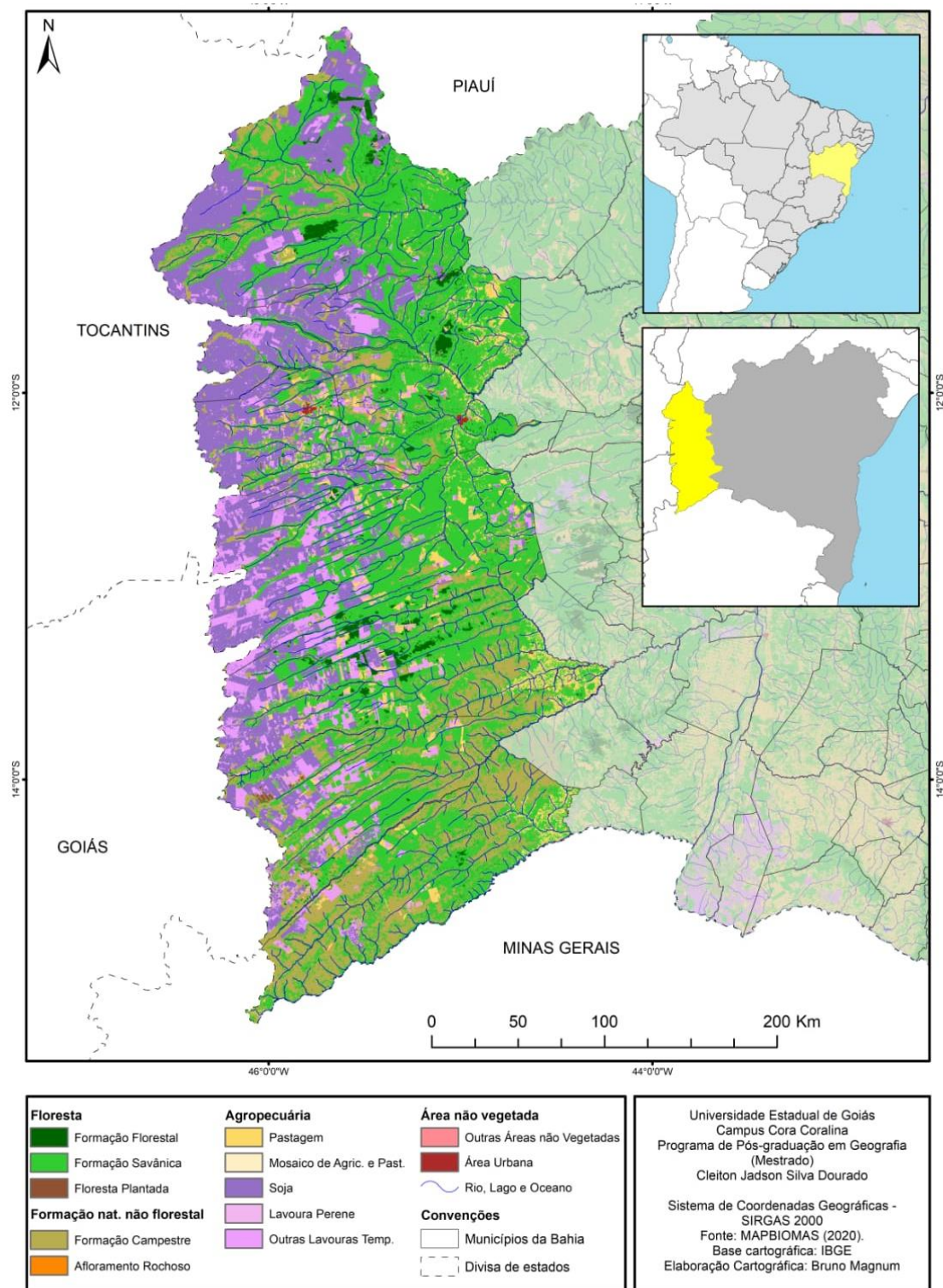


Fonte: MAPBIOMAS, 2020.

A área destinada à agricultura comercial, entre os anos de 1985 e 2019, quase quadruplicou, passando de 8.574 km² para 33.014 km², um crescimento de 385% em um intervalo de pouco mais 30 anos. Os principais produtos cultivados são: algodão, feijão, milho e soja, além de alguns cultivos frutíferos (SIDRA, 2006).

O total plantado em 1985 corresponde a 9,67% da área de estudo, enquanto em 2019 equivale a 37,22% (Figura 8). Com isso, conforme Haesbaert (2008), a paisagem original praticamente deixa de existir e dá lugar a uma gigante figura geométrica, “uma mancha contínua que extrai a película de cerrado e implanta uma vastidão de terra nua numa área que alimenta capitais estrangeiros”. Enfatizando um caráter predatório de apropriação dos territórios (recursos).

Figura 8 - Mapa do uso e ocupação da terra dos municípios do Oeste da Bahia em 2019.



Fonte: MAPBIOMAS, 2020.

Estas alterações estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção,

[...] que se intensificou no país, incorporando novas áreas no campo em todas as regiões, atrelando-as ao processo de industrialização que se concentrou nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades do país. Este processo foi impulsionado pelos governos militares pós-1964 com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a Comunidade Econômica Europeia e com o Japão. Toda a expansão da agricultura de soja na região do cerrado brasileiro está relacionada com os incentivos oriundos do Prodecer (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado), assinado em 1974 entre o governo brasileiro e o japonês (OLIVEIRA, 2003, p.469).

O principal foco dessa investida foi a região amazônica, mas, logo em seguida, convênios estabelecidos entre o governo militar e as agências fomentadoras de desenvolvimento do Japão, JICA, conferiram ao capital a territorialização sobre o Oeste Baiano intervindo nas grandes áreas de terras devolutas, ocupadas pelas populações camponesas. Territorialização, esta, praticada por métodos extremamente violentos, e ilícitos, contraditoriamente, por agentes e setores do sistema que se auto intitulam como modernos.

O referido convênio baseou-se no investimento de altas cifras e em transferência de tecnologias que deram impulsos às pesquisas realizadas em agências fomentadoras dessas atividades, tais como Embrapa, Fundação Bahia, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) etc. Isso repercutiu no modelo de ocupação em expansão na região mais recentemente; a saber, da década de 1980 até os dias atuais, no que se conhece como agricultura moderna de grãos voltada para os mercados internos e para exportação, como destaca o trabalho de Sobrinho (2010,p.50)

O Estado desempenhou um importante papel como agente viabilizador desse processo, fornecendo o apoio financeiro, implantando uma infraestrutura física e institucional ou mesmo fazendo vista grossa às apropriações ilegais de terras e outras violências contra os camponeses. Favorecida pela atuação do Estado, a iniciativa privada passa a exercer o seu pioneirismo, promovendo a ocupação do Oeste que conduz à moderna agricultura que se expande na região, alavancando o processo de privatização do Oeste' ele toma ritmo e corpo próprios, colocando novas demandas ao Estado. A intervenção estatal na região também está associada aos interesses envolvidos na ocupação nos cerrados brasileiros, onde estão presentes empresas, cooperativas e o governo japonês, que participa técnica e financeiramente do PRODECER através da JICA (KRAICHETE E COMERFORD, 1991, p. 131).

A agricultura moderna que chega aos cerrados nordestinos, a partir da propagação dos fronts agrícolas do Sul e Centro-Oeste do país para essa

região, introduziu um novo tempo ao trazer consigo objetos técnicos extremamente funcionais à difusão do capital agrícola (FREDERICO, 2010).

A ampliação das relações mercantis e a construção de sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como, a presença do Estado, ofereceram condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das comunicações, permitindo assim, atrair população e empresas para esses rincões do país (ALVES, 2009).

No Nordeste, um dos espaços “escolhidos” pela expansão do capital agrícola sojicultor foram os cerrados do Oeste Baiano que se apresentou pioneiramente como área de maior potencial para a difusão de equipamentos modernos e alocação de capitais que migravam em meados dos anos 1980, do Sul e Centro-Oeste do país – fronts agrícolas consolidados (FREDERICO, 2010). Segundo este autor,

Essas regiões podem ser chamadas de fronts consolidados, pois os seus territórios acumularam, ao longo das últimas quatro décadas, várias camadas de objetos e ações, representados pela materialidade e pelas normas políticas e técnicas. (FREDERICO, 2010)

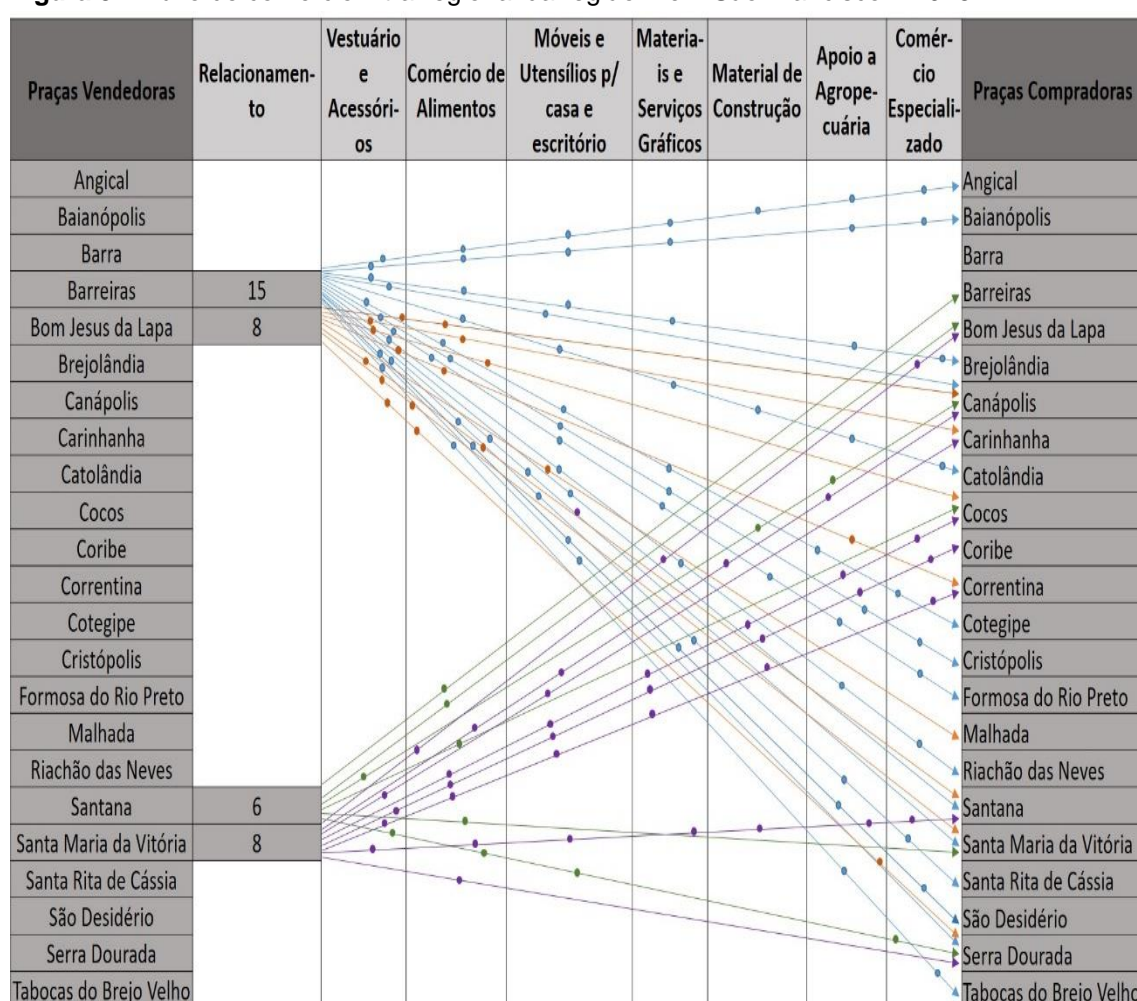
Além das políticas públicas federais para ocupação dessas áreas, o governo da Bahia também viabilizou importantes iniciativas estaduais para favorecer o desenvolvimento econômico do Oeste Baiano. Conforme aponta o trabalho de Santos (2016):

Já na década de 1950, foram realizados os primeiros estudos sobre as projeções de desenvolvimento econômico através do Programa de Ocupação Econômica do Oeste (1980) e do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano (1987), ambos idealizados e executados pelo Instituto de Fomento Econômico, instalado em 1957 em Barreiras, e vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Barreiras foi o centro logístico das ações desses programas governamentais (SANTOS, 2016, p. 120)

A partir dos anos de 1970, quando Barreiras passou a receber incentivos federais para expansão da agricultura, particularmente voltados ao cultivo e grãos, essa porção do estado passou a ampliar sua capacidade produtiva e a assumir novos papéis na dinâmica regional.

A seguir expomos a Figura 9, que mostra o fluxo comercial intra - regional entre os municípios do —Além São Francisco (assim chamado na época) em 1976. Esse gráfico revela que a maioria das cidades apresentava um comércio exclusivamente local, com exceção de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Santana, que realizavam operações de vendas às demais. Salta às vistas o domínio de Barreiras, que já nessa época concentrava grande parte das transações realizadas, operando com 15 cidades da região. Observa-se que as cidades dessa região dependiam fortemente do mercado de Barreiras em todos, ou quase todos, os ramos comerciais.

Figura 9 - Fluxo de comércio intrarregional da região Além São Francisco – 1976.



Legenda

- > Relação entre a Praça Vendedora de Barreiras com as Praças Compradoras
- > Relação entre a Praça Vendedora de Bom Jesus da Lapa com as Praças Compradoras
- > Relação entre a Praça Vendedora de Santana com as Praças Compradoras
- > Relação entre a Praça Vendedora de Santa Maria da Vitória com as Praças Compradoras

Fonte: BAHIA, 1977, p.56

Barreiras se tornou o maior polo urbano do Oeste da Bahia. Esta situação foi facilitada por conta de ser objeto de interesses externos e incentivos públicos federais desde os anos 1970. Isto resultou na atração de um grande fluxo de migrantes, principalmente, do Sul brasileiro e, em menor escala, de outras partes do estado e do país. A centralização da produção, industrialização e comercialização de grãos, além das tecnologias e estruturas produtivas modernas, o transformaram num centro urbano de destaque, com capacidade de responder a demandas regionais, causa e consequência do avanço acelerado de sua população (DIAS; Araújo, 2011, p. 218).

Os financiamentos bancários foram decisórios no processo de incorporação de terras nos Cerrados baianos. Junges (2004, p. 96) diz que “terras baratas e crédito rural foi à dobradinha que deu certo no Oeste da Bahia”.

Nessa fase, o SNCR, foi crucial em áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como bem lembra Delgado:

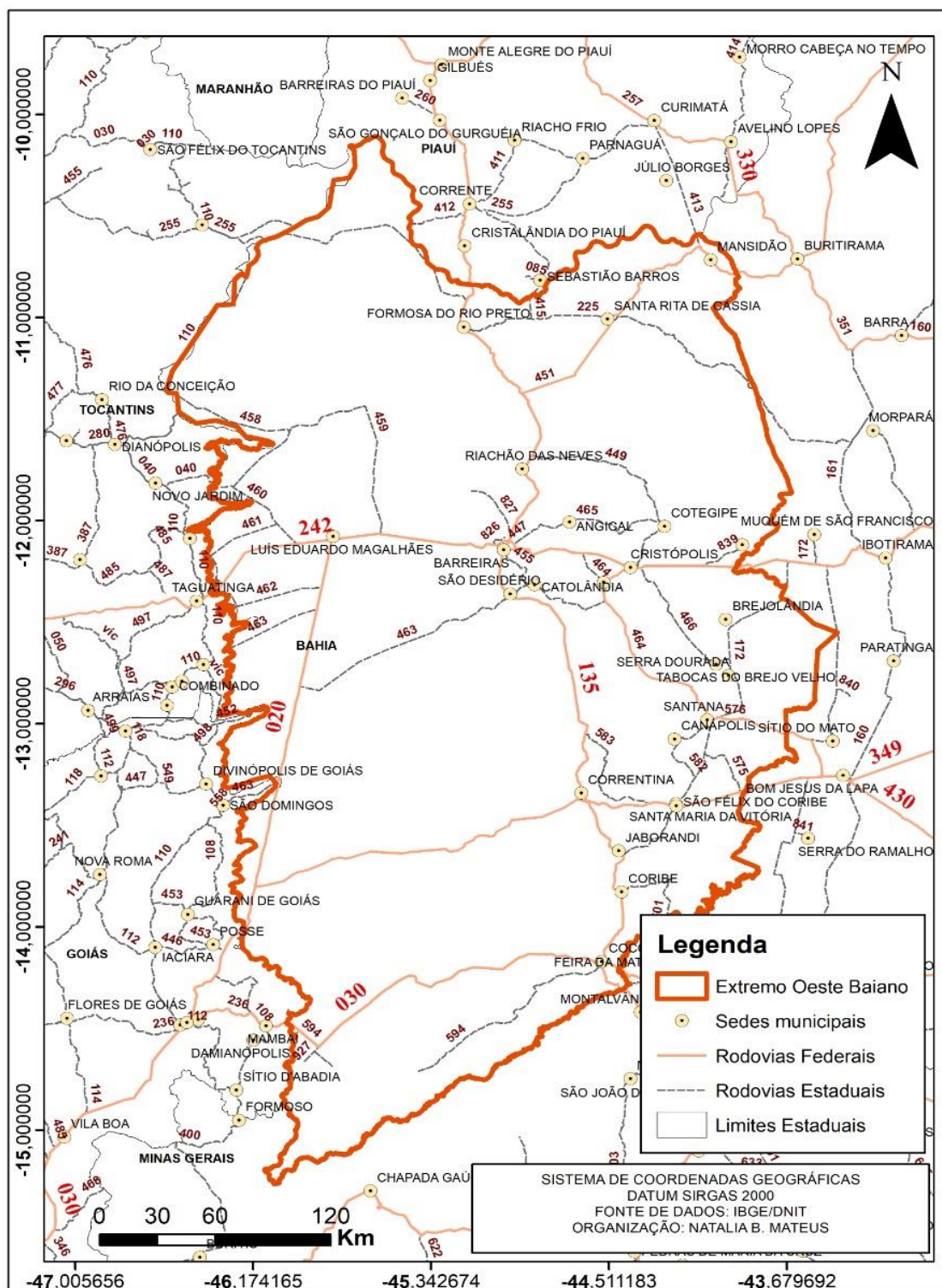
[...] o processo de modernização [agrícola] somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado – O Sistema Nacional de Crédito Rural; a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura patrocinada pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas possibilitam a introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura (DELGADO 1985, p.34)

Esses empréstimos para aquisição de terras e investimentos para custeio tinham carência e prazos elásticos que atendiam às demandas dos agricultores na época. Nesse contexto, os custos de produção se tornavam bastantes atraentes, também favorecendo a formação de estoques com fins especulativos. O investidor conseguia reduzir seus custos em imobilização e reservar parte do seu capital para suprir as necessidades de financiamento da produção.

Outro fator determinante no processo de ocupação do Oeste Baiano pela moderna agricultura foi a construção de rodovias, Figura 10. Tendo a nova Capital Federal como vértice, possibilitou a vinda dos migrantes sulistas e dos meios necessários à apropriação moderna da região. É o caso da BR-153 (Belém-Brasília) e das rodovias que tiveram influência direta na ocupação do Oeste Baiano: a BR-020/BR-135 (Piauí-Barreiras/Bahia-Brasília) e a BR-242 (Brasília-Salvador). Podemos considerar que se caracterizam como corredores

de transporte (CASTILLO, VENCOVSKY, BRAGA, 2011), pois é a partir delas que os municípios produtores, como Barreiras/BA; LEM/BA; Formosa do Rio Preto/BA; Riachão das Neves/BA, Correntina/BA e outros transportam os subprodutos para os portos.

Figura 10 - Rodovias da Mesorregião do Oeste da Bahia.



Fonte: IBGE/DNIT, 2016.

A estrada de Brasília à Barreiras (BR-020), aberta no final da década de 1950 pelo então presidente Juscelino Kubitschek e asfaltada a partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) sediado em Barreiras, se articulou com a BR-242 formando linha Brasília-Barreiras-Salvador, que se caracteriza como o grande eixo rodoviário da região.

Aproveitando-se dos incentivos do Estado, dos baixos preços das terras e da ampliação dos sistemas técnicos e de infraestruturas no final da década de 1970, Santos (2016) a respeito desses fatores observa que:

Muitos agricultores, sobretudo paranaenses, catarinenses e gaúchos (mas também brasileiros de outros estados) dirigiram-se em massa para o Cerrado, a nova fronteira agrícola à época. Parte dessa leva de produtores, acompanhados de seus familiares, direcionou-se para o Oeste Baiano. Venderam suas propriedades no Sul e resolveram tentar a sorte nessa região investindo seu capital em terras e maquinários (SANTOS, 2016, p.121).

Conforme aponta a pesquisa de Junges (2004):

Esses próprios migrantes, ao chegarem, compravam enormes extensões de terras nos Gerais e as vendiam a outros gaúchos que chegavam posteriormente. Exemplo é o caso dos agrônomos Antônio Guadagnin e Hilário Kappes, que trabalharam no PAD-DF (Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal). Esses gaúchos, incentivados por diversos órgãos de pesquisas agropecuárias, após concluírem suas pesquisas agrícolas no Cerrado, saíram procurando terras para comprar. Eles encontraram terras planas e baratas nos Cerrados baianos, com água abundante e crédito rural a juros baixos e prazos ampliados (JUNGES, 2004, p.96).

Mas, foi, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990 que a região vivenciou transformações significativas na sua estrutura produtiva e urbana. No bojo da consolidação da Região Centro-Oeste como principal lócus do avanço da produção agropecuária moderna, observou-se a emergência de sub-regiões no Nordeste, que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganharam um novo status na divisão inter-regional do trabalho no país. Foi nesse contexto que o Oeste Baiano emergiu como região de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja, associado ao fluxo migratório de sulistas e à implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para a viabilização técnica e econômica da produção agrícola nos cerrados.

Não se pode também generalizar ao ponto de considerar os Gerais uma área exclusivamente “sulista” em termos de propriedade da terra. Antes da chegada dos —gaúchos, o Oeste Baiano já possuía muitos proprietários (sem falar inúmeros posseiros) locais. De outro modo, impulsionados pelo sucesso dos sulistas, novos empresários nordestinos, especialmente pernambucanos e alagoanos, começaram a investir na moderna agricultura dos Cerrados. Têm-se ainda os investimentos na pecuária da região do Vale, que prevalece dominado por empresários nordestinos (HAESBAERT, 1996, p. 161).

As transformações citadas dos anos de 1970/1980 promoveram a expansão do mercado regional de bens e serviços e dos fluxos de migrantes para o Oeste Baiano. Na opinião de Santos Filho (1989, p. 29): —“é sobre esta base econômica, construída principalmente ao longo dos anos 1970, que se desenvolverá a moderna agricultura de grãos, características dos Cerrados baianos nos anos 1980”.

Hoje, quando olham para as lavouras verdes que geram cada vez mais riqueza, poucos lembram [ou sabem] que ali, naquelas terras, já viveram pessoas que foram massacradas por causa delas e que o banho de sangue, infelizmente, sempre precedeu o desenvolvimento (JUNGES, 2004, p. 70)

Junges (2004) conta que:

A partir de 1800 os pecuaristas da região passaram a levar seus rebanhos para os Gerais quando os seus pastos rareavam. O lugar era conhecido como terra de ninguém e sem lei, onde as pendengas eram resolvidas à bala (JUNGES, 2004p. 77).

A construção das BRs-242/020, no final da década de 1960, não mudou essa realidade até 1980, pelo contrário, acabou supervalorizando as terras da região que passaram a ser intensamente griladas.

Existem no Oeste da Bahia pelo menos um milhão e meio de hectares de terras produtivas ocupadas por invasores de boa ou de má fé, detentores de escrituras e respectivas matrículas fraudulentas. A maioria destas fazendas ilegalmente ocupadas, cobertas com documentos fraudados e "montados" sobre escrituras e matrículas de origem legal e regular, são igualmente objeto de Ações Possessórias, Reivindicatórias e Declaratórias de Nulidade de Escrituras e Matrículas de Registros Públicos. Basta conferir nos Cartórios Cíveis das Comarcas oestinas, nos municípios de fronteira agrícola (DEUS, 2009, p.35).

Instalou-se, portanto, uma verdadeira indústria de multiplicação de posses e de grilagem na região, liderada por coronéis locais e de outros estados, até mesmo sob o comando de estrangeiro.

Conforme se observa na Tabela 9, o processo evolutivo da concentração fundiária presente nos espaços territoriais da região, que perdura na sua história, vem-se consolidado não somente nas suas pontas, como pode ser visto nas análises acima, como também nas suas faixas intermediárias, em que os estabelecimentos que contam com áreas entre 100 e menos de 500ha, segundo os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, tiveram modificações significativas nas áreas ocupadas por essa faixa de imóveis: em 2006, 3.341 imóveis ocupavam 11% das terras agrícolas da região (645.302ha); em 2017, 2.914 imóveis, com 561.389ha (8,575).

Tabela 9 - Estrutura Fundiária da Região do Oeste da Bahia em 2006 e 2017.

Ano de 2006				
Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total	%
De 10 a menos de 100	12.024	70	407.548	7
De 100 a menos de 500	3.341	19	645.302	11
De 500 a menos de 2.500	1.301	8	1.377.090	22
De 2.500 e mais	518	9	3.702.289	60
Total	17.184	100	6.132.229	100
Ano de 2017				
Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total	%
De 10 a menos de 100	11.438	71,7	376.365	5,75
De 100 a menos de 500	2.914	18,27	561.389	8,57
De 500 a menos de 10.000	1.463	9,17	3.013.029	46,02
De 10.000 e mais	137	0,86	2.596.575	39,66
Total	15.952	100	6.547.358	100

Fonte: IBE, 2016

Considerando as características predominantes da agricultura praticadas nos cerrados baiano altamente concentrador de terras, a região vive hoje uma série de indefinições, muito por causa da real ruptura entre os espaços de moderna agricultura com os seus ganhos produtivos com áreas superiores a 500ha e os espaços onde se concentra a produção agrícola

tradicional. Com áreas inferiores a 100ha e/ou superiores, onde estão as comunidades tradicionais dos vales e os geraizeiros – nome dado a essas comunidades – e que desenvolve práticas agrícolas adaptadas às características do bioma e às suas possibilidades de produção (IBGE, 2016). Como igualmente ressalta Santos Filho (1989):

A instalação desses agentes econômicos se concentrou em meados dos anos de 1980, nos municípios de Barreiras, Correntina, São Desidério, Cocos e Coribe, todos à época com mais de 100 empresários individuais em seus limites, enquanto Correntina e Riachão das Neves possuíam um pouco menos que isso. Mais de 95% desses produtores originaram-se do Sul do País, e, em sua maior parte, chegaram à região após 1980. Fato é que se tratavam, e até hoje permanece assim, de médios e grandes produtores, não havendo espaço para a agricultura familiar nesse processo (SANTOS FILHO, 1989, p.76)

É preciso dizer claramente, antes de qualquer coisa, que a agricultura comercial nos Cerrados só é possível com base num processo produtivo altamente capitalizado, em que a parcela mais importante do investimento inicial e dos fluxos anuais de despesas se refere não à terra ou à força de trabalho, mas a elementos técnicos do capital.

No processo de modernização do território e da produção no Oeste Baiano, desde o primeiro momento, as populações da região ficaram à margem do processo produtivo, incorporadas a ele apenas como mão de obra contingenciada, com a especulação da terra, a maioria foi vendendo suas pequenas propriedades e se acumulando na periferia das cidades. Nesse contexto várias comunidades foram desestruturadas, como apontam (LAVORATTI; SANTOS, 2011)

Os conflitos aconteceram contra os antigos moradores dos Gerais, descendentes de escravos, que aqui estava há mais de duzentos anos. Nas diversas comunidades, como Roda Velha de Baixo, Almas, Aldeia de Cima, Prazeres, São Pedro e tantas outras. Os moradores foram empurrados para a beira dos pequenos riachos e rios. Foram morar nos brejos, viraram brejeiros (LAVORATTI; SANTOS, 2011, p. 112)

Para Frederico (2012) o Oeste Baiano já nasceu competitivo, uma vez que a participação dos fatores capital e tecnologia na expansão e consolidação da agricultura moderna sempre foram relativamente maiores que o peso específico do trabalho e da terra. A combinação virtuosa dos fatores de

produção elevou a produtividade e reduziu os custos regionais de produção, aumentando a eficiência produtiva e, por conseguinte, a competitividade dessa região.

O Oeste Baiano apresenta, de fato, um conjunto de variáveis ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas que, combinadas, lhe conferem, em cada momento histórico, uma identidade geográfica. E essa identidade é produto do processo histórico de formação e organização regional, mas com uma nova variável acrescida, principalmente a partir dos anos de 1980, qual seja a da difusão do agronegócio na região.

Com a difusão do agronegócio, os lugares incorporados são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdo. Elias (2006) constatou em seus estudos que ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo, provenientes da reestruturação produtiva da agropecuária, se processam mudanças também nas cidades próximas, como pode ser visto nos dados do Censo Demográfico descritos na Tabela 10 e Tabela 11. As alterações nos seus padrões demográficos, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. Temos, portanto, um avanço da fronteira agrícola acompanhado do avanço da fronteira urbana (FREDERICO, 2010, p. 59). E como diria Bernardes (2009, p.31), o novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo.

Tabela 10 - Censo demográfico de 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 de municípios do Oeste da Bahia.

Cidades	1950	1970	1980	1991	2000	2010
Barreiras	5.802	20.864	41.454	92640	131849	137427
Correntina	1.727	30.365	34.783	28005	30583	31249
Formosa do Rio Preto	-	8.979	11.883	15418	18288	22528
Jaborandi	-	-	-	11962	-	8973
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-	-	-	60105
São Desidério	896	12.790	14.926	18977	19006	27659

Fonte: Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2020.

Tabela 11 - Taxa de urbanização dos municípios região Oeste Baiano, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Delimitação espacial	Grau de Urbanização (%)			
	1980	1991	2000	2010
Barreiras	74,4	76,5	87,8	90
Formosa do Rio Preto	30,8	36,5	51,3	60,6
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	91,3
São Desidério	-	29,2	37,5	31,2
Correntina	13	30,8	37,1	40,3
Jaborandi	-	14,4	19,7	33,9
Total da Região	33,8	50,1	63,1	70
Bahia	49,4	59,1	67	72,1

Fonte: IBGE/SEI, 2010.

Para Bernardes (1996), as transformações mais recentes do sistema capitalista no contexto da globalização revelam novas formas de “apropriação” e “dominação” do território e concomitantemente novas mobilidades espaciais da “população”: dos atores que personificam o capital e daqueles que personificam a força de trabalho. O modelo de acumulação, impulsionado pelo progresso técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), busca a reprodução ampliada do capital através de novas inter-relações entre espaço e tempo tendo repercussão na produção e na vida cotidiana (MASSEY, 2004). Assim, à medida que os meios técnicos e tecnológicos permitem uma reestruturação e refuncionalização de territórios, as modernizações técnicas e tecnológicas ao mesmo tempo homogeneízam e fragmentam o espaço, dependendo da ênfase na qualidade particular dos lugares e de seus interesses para o capital, tendo inerente a expansão do capital a necessidade de mobilização da força de trabalho (MONDARDO, 2009).

É nesse contexto de reestruturação geral do sistema capitalista e de emergência de novos padrões tecnológicos que procuramos compreender o espaço produtivo na nova fronteira do capital, apreender a nova organização da sociedade e as relações emergentes nas áreas de expansão da agricultura moderna nos municípios sob a influência do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, onde vão se instituindo processos que envolvem a abertura de novas áreas, a implantação e articulação de atividades modernas, com destaque na produção de grãos, impulsionados pela dinâmica de reprodução ampliada do

capital. Vale destacar que a região Oeste da Bahia, compreende uma das regiões mais importantes do Cerrado brasileiro, seja pelo seu significado econômico que envolve formas de inserção do capital, seja pela variedade de seus recursos naturais, enriquecida pela diversidade étnica e cultural da população.

Haesbaert (1996) já havia estudado e chamado atenção para essa nova “região” do agronegócio, chamando-a de o “Novo Nordeste”:

Esse ativo processo de (des)(re)territorialização em curso nos cerrados baianos estende-se praticamente por todos os cerrados da região Nordeste (sul do Piauí, área de Balsas, no sul do Maranhão, alto da Chapada Diamantina) e é capitaneado por empresários sulistas que, no seu lastro, acabam atraindo também capitalistas do Sudeste e da própria região Nordeste. A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja”) faz com que muitos denominem estas áreas o “Novo” Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1996, p. 382).

O Oeste Baiano a partir de 1980 é reconfigurado territorialmente para atender à produção dos complexos agroindustriais, no Quadro 2 observa-se os produtos que mais são produzidos no Oeste Baiano. Os novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza do cerrado e desse modo ampliam-se as complexidades dos seus sistemas técnicos e normativos. Por isso, o território torna-se cada vez mais interligado e dominado, promovendo uma urbanização corporativa (ELIAS, 2003a), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas multinacionais vinculadas ao agronegócio.

Quadro 2 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia. (Continua)

Nome do Empreendimento	Principais Proprietários	Área (HA)	Municípios de Atuação no Oeste da Bahia	Países de Atuação	Países de Origem do Capital Principal
Fazenda Estranho e Santa Rita	Delfim S/A Crédito Imobiliária (Ronald Levinshon)	444.306	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil

Quadro 2 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia.
(Continua)

Nome do Empreendimento	Principais Proprietários	Área (HA)	Municípios de Atuação no Oeste da Bahia	Países de Atuação	Países de Origem do Capital Principal
Fazenda Canabrava	Canabrava Agropecuária	139.143	Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Fazenda Mocambo e Alegre	Júlio Carvalho Fernandes Filho	110.000	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil
ADECOAGRO	George Soros	20.419	Barreiras e LEM	Brasil, Argentina e Uruguai	Inglaterra
BRASIL-AGRO	Cresud S.A.C.I.F YA	86.587	Jaborandi, Correntina e Baianópolis	Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai	Argentina
Sem informação	Brian Willot	18.000	LEM e Formosa do Rio Preto	Brasil	EUA
AMERICAN COLONY	Associação American Colony	20.000	Sem informação	EUA e Brasil	EUA
SOLLUS CAPITAL	Vinci Partners, Los Grobo, Touradju Capital	4.095	Jaborandi	Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina	Brasil, Argentina e EUA
TIBA-AGRO	Vision Brazil Investments	15.759	Sem informação	Brasil e EUA	Brasil, EUA e Europa
Calyx Agro Brasil	Louis Dreyfus e AIG Brazil Special Situations Fund II	19.800	Jaborandi e Correntina	Brasil, México e Colômbia	França, Brasil, México e Colômbia

Quadro 2 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia.
(Continua)

Nome do Empreendimento	Principais Proprietários	Área (HA)	Municípios de Atuação no Oeste da Bahia	Países de Atuação	Países de Origem do Capital Principal
SLC Agrícola	Grupo SLC	125.719	Jaborandi, Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Joint Venture - MITSUI & CO. & SLC Agrícola	MITSUI & CO. LTDA & SLC Agrícola	21.898	São Desidério	Brasil	Japão e Brasil
Agrifirma	Lord Rothschild e Jim Slater, e o Vinci Partners	77.275	LEM e Correntina	Brasil	Inglaterra
V - Agro	Brasil Ecodiesel, Maeda Agroindustrial e Vanguarda Participações	18.640	São Desidério e Correntina	Brasil	Brasil
XinguAgri	Multigrain, tradin controlada pela empresa Mitsui	82.000	São Desidério	Brasil	Japão e Brasil
LDCCommodities	Louis Dreyfus	20.000	Sem informação	Diversos Países	França
Kobra Agrícola Group LTDA	Kobra Agrícola Group	20.000	São Desidério	Brasil	Holanda
Agronol	Humberto Santa Cruz	30.000	LEM	Brasil	Brasil
Grupo Horita	RICARDO LHOSSUKE HORITA, WALTER YUKIO HORITA e WILSON HIDEKI HORITA	150.000	São Desidério, Correntina, LEM e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil

Quadro 2 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia.
(Conclusão)

Nome do Empreendimento	Principais Proprietários	Área (HA)	Municípios de Atuação no Oeste da Bahia	Países de Atuação	Países de Origem do Capital Principal
Barra Velha Agropecuária	Grupo Mizote	38.000	Correntina	Brasil	Brasil
Fazenda Iowa LTDA.	Brasil Iowa Farms	9.064	LEM	Brasil	EUA
Carroll Farms Brasil Ltda.	Carroll Farms Brasil	10.521	São Desidério	Brasil	Brasil
Fazenda Busato	Júlio Busato	40.000	Serra do Ramalho, Jaborandi e São Desidério	Brasil	Brasil
Fazenda Irmãos Franciosi	Romeu Franciosi, João Antônio Franciosi e Ubiratan Franciosi	57.000	LEM e Cocos	Brasil	Brasil
Fazenda Mizote	Paulo Mizote	26.500	São Desidério e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Ademar Antônio Marçal	Ademar Antônio Marçal	45.000	São Desidério	Brasil	Brasil
Fazenda Ana Terra et. al	Amauri Stracci	10.000	São Desidério e LEM	Brasil	Brasil
Grupo Arakatu	Agropecuara Arakatu LTDA	6.000	Barreiras e LEM	Brasil	Brasil
AgriBrasil	AgriBrasil Holding	24.400	Jaborandi	Brasil	Brasil, EUA e Holanda
Fazenda Letíssimo	Simon Wallace	5.500	Jaborandi	Brasil	Nova Zelândia
João Carlos Jacobsen Rodrigues	João Carlos Jacobsen Rodrigues	17.400	Barreiras	Brasil	Brasil

Fonte: Campo-Território, 2016.

Assim, a expansão da agroindústria globalizada não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas como mostra as Tabelas 12 e 13. (SANTOS, 2016).

Como causou profundos impactos nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização (SANTOS, 2016)

Tabela 12 Produto Interno Bruto a Preços Correntes no Oeste da Bahia – 2010 a 2018.

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	1921,5	2228,7	2816,3	2888,6	3337,7	3718,3	3379,0	3895,9	4744,49
Correntina	571,61	800,38	848,52	1134,74	1235,04	1297,03	1099,08	1265,39	1944,16
Formosa do Rio Preto	651,07	1060,08	1503,2	1175,87	1366,23	1605,41	989,83	1744,78	2695,15
Jaborandi	176,83	273,59	299,91	302,12	409,26	354,52	343,42	415,46	665,56
Luis Eduardo Magalhães	1899,74	2443,8	3261,81	3385,21	3824,49	4376,48	4009,67	4799,5	6184,17
São Desidério	959,04	1487,18	2321,45	1965,02	2523,79	2716,72	1509,73	2355,89	3645,98

Fonte: Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 13 - Saldo de emprego formal por município entre 2010 e 2020.

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Barreiras	1.194	1.918	497	982	661	-1.205	-1.331	344	1.116	2.041	1.554
Correntina	232	698	-137	276	-266	359	-506	-38	49	-73	266
Formosa do Rio Preto	93	503	406	97	-127	-434	-23	201	142	84	66
Jaborandi	61	49	-32	272	5	-35	108	61	165	-77	132
Luis Eduardo Magalhães	330	1.961	1.433	-27	672	-461	-929	444	1.125	1.586	1.577
São Desidério	367	1.229	-256	-460	-239	-723	-357	290	644	147	131

Fonte: Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

A urbanização adquiriu, dentro da globalização, um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses do capitalismo corporativo e adaptado para atender à expansão do agronegócio. Deste modo, ao mesmo tempo em que vem ocorrendo transformações no campo, processam-se mudanças também nos padrões demográficos das cidades, além de uma reorganização na rede urbana regional. Como evidenciam Sposito (2007):

A entrada de agentes do agronegócio globalizado nas cidades promove conflitos de interesses e/ou enseja alianças com agentes econômicos e políticos locais e regionais, bem como modifica constantemente as formas de consumo e a estruturação urbana nesses espaços.

A modernização agrícola e a reestruturação urbana e regional no Oeste Baiano vêm ocorrendo de forma seletiva, territorial e socialmente, à medida que privilegia lugares, produtos e agentes sociais. Como já vimos, na lógica da produção capitalista, são escolhidos os espaços que possuem prévias condições favoráveis à expansão capitalista, como o investimento maciço de capital público e privado na tecnificação do território.

No item seguinte serão vistos, portanto, quem são esses agentes e quais ações empreendem para a difusão do agronegócio na região analisada.

3.2 Os grandes representantes do agronegócio no Oeste Baiano

A vinculação dos Cerrados nordestinos à rede agroindustrial capitaneada pela soja ampliou-se a partir do Sul e do Centro-Oeste, e, desde então, essa área tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extras regionais e vem recebendo capitais (e capitalistas) predominantemente não nordestinos. Estes agentes têm implantando novos processos econômicos, bem como construído uma paisagem que se assemelha muito mais às macrorregiões Norte (Tocantins) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) do Brasil, do que ao Nordeste (do lado oriental do Rio São Francisco). De acordo com Giordano (1999, p. 152):

A vinda de empresários do Sul e Centro-Oeste para a região dos cerrados nordestinos foi determinada, principalmente, por três fatores: a) condições de fatores-climáticas favoráveis (topografia

plana, abundância e regularidade de chuvas, temperatura elevada e profundidade dos solos; b) terras mais baratas que em outras regiões produtoras, fato que eleva a rentabilidade da exploração (lucro sobre ativos) e, c) busca de economia de escala.

O Oeste da Bahia foi pioneiramente incorporado à expansão da produção de soja no Nordeste, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de uma série de “sistemas técnicos” (SANTOS, 1996) e de capital, o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social de toda essa porção do território baiano.

Na opinião de Bezerra (2008), a região de Barreiras é um dos exemplos mais expressivos da consolidação da fronteira agrícola a ganhar corpo nos cerrados nordestinos:

Entre as microrregiões analisadas, a principal ênfase da concentração da área plantada foi a microrregião de Barreiras. Esta é a grande responsável pelo incremento crescente da área plantada com soja no cerrado nordestino. Se considerarmos sua importância perante a Região Nordeste perceberemos que a microrregião, de acordo com o recorte temporal adotado, sempre participou com mais da metade da área plantada com soja. Todavia sua concentração vem diminuindo paulatinamente com a expansão do produto para outras regiões, como a de Gerais de Balsas e a de Alto Parnaíba Piauiense (BEZERRA, 2008, p. 167).

Os processos de inserção do Oeste Baiano, na rede agroindustrial da soja, têm se realizado através do modo como os agentes hegemônicos, que atuam nos circuitos espaciais de produção dessa *commodity*, valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos atributos e características territoriais. Alguns desses principais agentes, que atuam na rede agroindustrial da soja no Nordeste, se localizam no Oeste Baiano, que aparece como importante área de comando regional.

A atração por essas novas áreas foi tão intensa nos anos 1980, que se verificou uma enorme transferência de agricultores especializados no cultivo da soja do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo (SANTOS FILHO, 1989). muitos se deslocaram e outros investiram capitais, à distância, nesta nova fronteira agrícola. Segundo Bezerra (2008, p. 163), “a Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da

sojicultora”. E, no entendimento de Haesbaert (1996, p.382):

A ebulição econômica e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do 'eldorado da soja' faz com que muitos denominem estas áreas de o 'Novo Nordeste, e alguns políticos já começam a articular novos recortes políticos-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.

As práticas e estratégias adotadas pelos distintos agentes do agronegócio, no âmbito dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da soja, apontam para a conformação de uma rede cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente a partir de pontos que sediam as corporações multinacionais. Exemplos destas são as *tradings* Bunge e Cargill, com plantas industriais e outros fixos importantes espalhados no Brasil e situados no Oeste Baiano, que controlam, hegemonicamente, o funcionamento da rede agroindustrial da soja, incidindo e condicionando as ações e o desempenho dos demais agentes nos pontos e áreas que as integram, determinando importantes relações de poder expressas no território.

Como a Bunge, a Cargill é uma empresa extremamente verticalizada, tanto no Brasil quanto no resto do mundo onde atua, produzindo desde fertilizantes (tendo o controle de várias minas de fosfato, matéria prima para o feitiço dos fertilizantes), insumos para a agricultura, até produtos industrializados, dominando assim toda a cadeia produtiva e também o transporte marítimo com navios próprios refrigerados. A empresa também está inserida em outros mercados fora o do agrobusiness, com o refino do petróleo, gás natural e eletricidade (ALBANO E COSTA, 2005,p. 284)

As *tradings* destacam-se como um dos principais agentes que condicionaram a elevada produção de *commodities* no Oeste Baiano. Para confirmar a constatação de que essas empresas não atuam somente na comercialização e exportação de produtos agrícolas, recorreremos à definição de *tradings* proposta por Cavalcante&Fernandes (2008, p. 22)

As *tradings* são complexos empresariais que podem deter: propriedades produtoras de grãos; empresas compradoras através do financiamento creditício e da assistência técnica; empresas

exportadoras com meios de transportes modernos e alternativos; mais modernos insumos e técnicas de produção; empresas de industrialização da produção agrícola; empresas que consomem a produção com o intuito de agregar valor.

A Bunge e a Cargill estão presentes no Oeste Baiano desde os anos 1980. Representam os maiores empreendimentos industriais da região, movimentando a economia, os fluxos e a geração de empregos no setor. Esses grupos empresariais possuem negócios diversificados, atuando da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Ambas as empresas foram atraídas, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia, e sua infraestrutura aproveitou as plantas industriais já existentes na região.

Além dessas duas multinacionais, também estão presentes no Oeste Baiano as *tradings* ADM – Archer-Daniels Midland, Amaggi & LDC – Louis Dreyfus, Noble, Multigrain e SLC Agrícola. Nas áreas onde estas firmas estão localizadas fisicamente, ou nos espaços com os quais mantêm relações, ocorreram grandes transformações socioespaciais nas últimas três décadas, influenciadas por esse arranjo empresarial (SANTOS E CHAVES, 2014, p.44)

Na figura 11, pode-se ver a estrutura da Bunge que, por exemplo, tem um porte impressionante, subdividindo-se em fábricas e galpões de armazenamento que modificam a paisagem do Oeste Baiano.

Figura 11 - Visão aérea da Bunge em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Google Earth, 2021.

As ações dos agentes do agronegócio, principalmente das corporações multinacionais, manifestam-se, portanto, de modo desigual sobre as “formas e funções” (SANTOS, 1996) do espaço urbano-regional, redefinindo a própria rede urbana e região de influência. Trata-se de uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial, a rede urbana regional e o sistema produtivo – a rede agroindustrial. Dinâmica que acaba por agravar o padrão concentrado da rede, tendo em vista que, quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas numa cidade contribui para acentuar a debilidade de sua região, através da seletividade espacial. Isto acontece especialmente se o espaço urbano-regional possui pouca densidade técnica e funcional. O resultado é que se acumulam funções em um ponto e, em contrapartida, se esvaziam ou se subordinam nos demais (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Há, portanto, uma excessiva concentração, das atividades relacionadas ao agronegócio, em poucas cidades no Oeste da Bahia.

Embora o processo de incorporação e concentração fundiária na região tenha sido direcionado, a princípio, basicamente por duas frentes, de um lado por produtores individuais, do outro lado por cooperativas, essa modernização da agricultura no Oeste Baiano e a reestruturação urbana e regional que lhe é atrelada, possuem hoje diferentes agentes econômicos envolvidos. Como enfatiza Santos Filho (1989):

Os portadores da modernidade são os agricultores médios e grandes, organizados em cooperativas, as empresas agropecuárias, comerciais, agroindustriais e, ainda, os grandes bancos, colonizadoras e imobiliárias, além do Estado. Esses agentes variados não necessariamente mantêm relações entre si, porém todos eles têm em comum o fato de que estimulam e favorecem a ampliação das redes agroindustriais (SANTOS FILHO 1989, p. 93)

Os silos impressionam pelo tamanho, pela quantidade e pela disposição, ilustrando bem a reestruturação espacial e produtiva de um circuito da economia voltado para o agronegócio. Logo na entrada das cidades e distritos da região, os armazéns cristalizam, na paisagem, as transformações que ocorreram nos últimos anos. Essas corporações agrícolas se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o

sistema de armazenamento que modificam a paisagem da região, conforme pode ser visto na Figura 12.

Figura 12 - Armazéns da Bunge em Luís Eduardo Magalhães.



Fonte: Google Maps, 2021.

Frederico (2010) indica a posse do sistema de armazenamento como um elemento chave para o controle da produção. Santos (2014), evidencia em sua pesquisa que:

O controle da produção, por parte desses grupos, ocorre por meio do fornecimento de sementes e fertilizantes, do monopólio do armazenamento e da compra da produção, além do financiamento concedido aos produtores. Essas empresas não plantam soja, mas financiam o produtor através de contratos antecipados garantidos por hipotecas.

Tal processo tem profunda repercussão nas relações de trabalho, com a progressiva eliminação de pequenos produtores, posseiros, arrendatários e meeiros, transformados em agricultores relativamente cativos da grande empresa, Para Ilário (2011, p. 82)

[...] esta estreita relação entre produtores e *tradings*, apesar de fundamental para diversas etapas do circuito espacial produtivo, acaba por colocar os primeiros numa condição de dependência frente aos compradores, que nada tem de amistosa e igualitária. Nas entrevistas, vários produtores afirmaram estar descontentes com a relação com as *tradings*, devido às dívidas contraídas por meio de empréstimos (para a compra de sementes e fertilizantes) e a monopolização das vendas que em muitos casos são dadas como garantias de pagamento aos empréstimos realizados.

Dado o fato de considerarmos que são essas as duas empresas que melhor representam os maiores empreendimentos econômicos e os fluxos de mercadorias, pessoas e informações no Oeste Baiano, descreveremos melhor a atuação de ambas. As *tradings* estão localizadas nos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, concentrando-se principalmente neste último, as *tradings* localizadas em LEM estão evidenciadas na Figura 13.

Figura 13 - Visão aérea das *tradings* situadas em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Google Earth, 2021

Bunge e Cargill atuam de forma diversificada, principalmente no setor de agronegócios, numa grande porção do território brasileiro. Embora concentradas no Sul e Centro-Oeste, as atividades de ambas apresentam ramificações significativas nas regiões Norte e Nordeste. No Oeste Baiano, as instalações dessas duas empresas estão localizadas estrategicamente próximas ao Anel da Soja, rodovia construída pelo governo da Bahia para garantir o escoamento desse produto. Elas se instalaram na região desde de 1990, fruto de processos de compra e fusão de empresas.

O papel de comando, todavia, é reservado as empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de ser vantajosas (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 291)

A Cargill, Figura 14, se instalou em 1988 Em Barreiras, A fábrica localiza-se na BR-242, na saída para Luís Eduardo Magalhães, mas a empresa é proprietária de vários silos e depósitos distribuídos em muitos municípios da região (AIBA, 2019).

Figura 14 - Vista aérea Cargill em Barreiras



Fonte: Google Earth, 2021

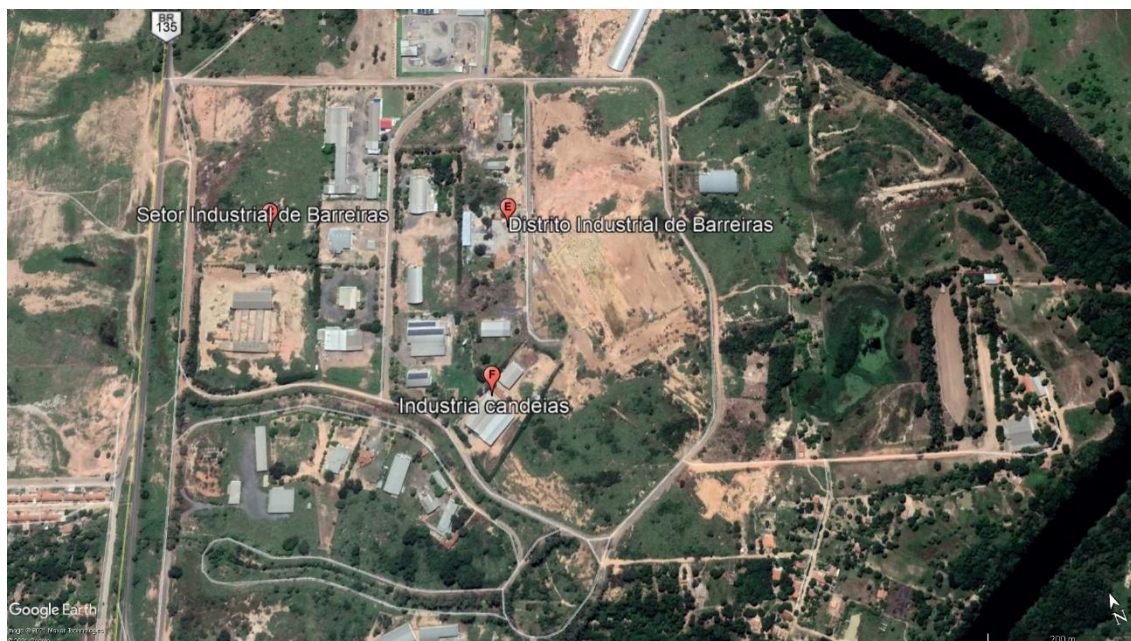
Os governos municipais do Oeste Baiano têm investido em políticas de atração de empresas, nos últimos anos, através de incentivos fiscais, doação de terrenos e obras de infraestruturas, isto é, uma série de condições favoráveis à instalação de novas indústrias na região. A Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, através da Lei nº 387/2009, oferta isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel industrial por 10 anos, redução progressiva do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), além de se comprometer com a capacitação de mão de obra. Sobre a questão dos impostos, vale lembrar que essa Prefeitura também conta com incentivos federais (redução de 75% do Imposto de Renda (IR) por 10 anos com possibilidades de prorrogações) e com programas estaduais (AGRINVEST, PRODECAF, PROALBA, PROBAHIA) (LEI nº 387/2009)

Muitos governos municipais têm se destacado por utilizar uma articulação de promoção do desenvolvimento local dentro da qual a estratégia

é criar Distritos Industriais. Para isso, eles promovem políticas de incentivo à realocização para atrair empresas de outros estados a se instalarem nesses espaços. O Oeste Baiano apresenta dois Distritos Industriais, localizados nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Ambos estão integrados ao sistema estadual, participando do Programa de Interiorização do Sistema Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), e administrados pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC).

O Distrito de Barreiras, localizado na BR-020/135 (sentido Barreira/Teresina), ao norte da cidade em que se situa, é também chamado de Polo Industrial de Barreiras, Figura 15. Revitalizado em 2009, abrange uma área em torno de 118 ha. Nessa estão instaladas oito indústrias dos ramos de agroindústria, metalurgia, produtos minerais não metálicos, madeira, papel e papelão, produtos alimentares e bebidas

Figura 15 - Vista aérea do Polo Industrial de Barreiras.



Fonte: Google Earth, 2021

O CIC (Centro Industrial do Cerrado) sedia estabelecimentos relacionados, principalmente, aos setores de alimentos, metalurgia, têxtil e serviços. Na Figura 16 pode-se ter uma visão aérea desde Centro. Vale ressaltar que do total de indústrias presentes em Luís Eduardo Magalhães, apenas 23 estão localizadas no CIC, das quais 16 estão em funcionamento e

07 em instalação. Esse distrito aparenta ser mais dinâmico que o de Barreiras, possui melhor infraestrutura e conta com empresas de maior porte, inclusive unidades de multinacionais como a Multigrain, Amaggi & LDCommodities, Omnicotton e Noble. (AIBA, 2019)

Figura 16 - Vista aérea do Centro Industrial do Cerrado.



Fonte: Google Earth, 2021.

O Centro Industrial do Cerrado situa-se a 6 Km da cidade, às margens da rodovia BR 242, foi criado em 26 de janeiro de 2001, Seu objetivo é de fornecer a infraestrutura necessária para a instalação de agroindústrias. O CIC possui uma extensão de 248 hectares e dispõem de energia elétrica, pavimentação asfáltica e água. (SANTOS E RIOS, 2008, p.11)

É importante destacar que as duas maiores indústrias da região a Bunge e a Cargill não se encontram instaladas nesses Distritos Industriais. Um dos motivos é porque essas empresas chegaram à região antes mesmo da construção desses equipamentos e, até o momento, não tiveram interesse em mudar sua localização inicial, mesmo estando inseridas no perímetro urbano das cidades.

Apesar de serem denominados pelos governos locais de Distritos Industriais, esses espaços no Oeste Baiano não possuem as características clássicas que a literatura econômica define. O conceito de Distrito Industrial, cuja origem tem mais de um século, baseia-se no economista britânico Alfred Marshall, em estudo de caso nas regiões têxteis e metalomecânica da

Alemanha, Inglaterra e França durante a metade do século XX. Para esse autor, Distrito Industrial significa um grande número de pequenas e médias empresas localizadas em um mesmo espaço e mantendo interconexões entre si. Essas firmas estariam envolvidas em vários estágios e em vários modos na produção de um produto homogêneo e se organizariam em redes com esquemas de cooperação, solidariedade, coesão e valorização do esforço coletivo (MARHALL, 1919 apud ARAÚJO, 1999).

O tipo ideal de distrito abrange uma profunda divisão local de trabalho que origina redes de interdependência. As firmas localizadas nos distritos industriais presentes no Oeste Baiano parecem não possuir vínculos umas com as outras, isto é, não operam em uma atmosfera centrada na cooperação e colaboração entre os agentes econômicos. De acordo com Araújo (1999):

As autoridades vangloriam-se por ter no seu Estado um distrito industrial. Mas na realidade as consequências podem ser desastrosas. Muitas vezes, as maiores beneficiadas são as grandes firmas de outras regiões que se utilizavam dos benefícios para reduzir seus custos. Ocorre também com muita frequência que quando se esgotam os prazos de vigência dos incentivos, as empresas fecham ou se transferem para outras regiões. O resultado é uma vulnerabilidade no nível de atividade econômica da região, além da instabilidade no nível de emprego e da arrecadação das receitas tributárias dos governos. Além da instabilidade no nível de emprego e da arrecadação das receitas tributárias dos governos, (ARAÚJO, 1999, p. 20)

No Oeste Baiano, o que se vê é apenas uma concentração de firmas que têm como única característica a de estarem aglomeradas em uma determinada área geográfica. Dessa forma, esses espaços não poderiam ser classificados como Distrito Industrial, embora o sejam, pelo poder público. Distritos Industriais ou não, esses espaços têm atraído para a região novas empresas as quais, direta ou indiretamente, associam-se às redes agroindustriais agrícolas do Oeste Baiano.

O cooperativismo¹¹ influenciou também os economistas que buscavam compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura da Rússia do século XIX. Tanto as teorias de Kautsky, final do século de XIX,

¹¹ Movimento que surgiu com os ideais socialistas no final do século XIX, na Europa, e que tinha como meta principal possibilitar à classe operária uma sobrevivência mais digna em meio às desigualdades sociais proporcionadas pelo sistema capitalista (Rêgo; Moreira, 2013).

quanto as de Chayanov, primeiro quartel do século XX, defendiam a constituição de cooperativas agrícolas como alternativa de resistência dos camponeses perante o avanço da agricultura capitalista. Ambos viam a formação de cooperativas coletivas no campo como estratégia de manutenção da unidade econômica camponesa (ALVES, 2009).

No Oeste Baiano as cooperativas agrícolas são verdadeiras empresas, servindo como um sistema de colaboração para os empresários agrícolas reunirem ativos e competências para superar barreiras fiscais, ampliar o acesso às ofertas de mercados, aumentar o poder de negociação e celebrar contratos melhores a preços mais convidativos para os insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos, assim como obter crédito junto às instituições financeiras.

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força-de-trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999, p. 80-81).

Conforme a pesquisa de Santos (2016), Na década de 1980, grandes cooperativas do Sudeste e Sul do país, originárias de áreas de Cerrados ou com experiência na produção de grãos, se implantaram no Oeste Baiano, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central (COACERAL), a Cooperativa Tritícola de Panambi (COTRIPAL) e a Cooperativa de Santa Rosa. As duas primeiras estavam ligadas diretamente ao capital japonês proveniente dos financiamentos do Prodecer.

Essas instituições, segundo Conejero (2011), garantem o padrão de concorrência, parte do jogo competitivo entre os produtores rurais, trabalhando com um conjunto de variáveis, tais como preço, marca, atributos de qualidade, padrão de produção, inovação contínua em produto ou em processo. Segundo esse especialista em agronegócio, essas associações de interesse privados tratam-se de

Organizações constituídas para atender a interesses comuns dos seus associados com a provisão de benefícios coletivos. Esse tipo de associação serve de interlocutora com o governo, com outras organizações e a sociedade em geral. Passam a representar uma instância para dirimir disputas entre agentes, mediando conflitos, mas também monitoram as ações de seus membros para conformidade com padrões e normas. (CONEJERO, 2011, p.8).

No Oeste Baiano algumas associações setoriais têm contribuído decisivamente na expansão, manutenção e defesa do agronegócio na região. Muitas vezes os membros são os mesmos que, participando ao mesmo tempo de vários grupos representativos (sindicatos, cooperativas, fundações, etc.), podem defender seus interesses em diferentes espaços e ampliar seu domínio. Essas entidades trabalham para a difusão da imagem positiva do agronegócio do Oeste Baiano. As *tradings*, como a Bunge e a Cargill, frequentemente participam de reuniões dessas associações, enviando representantes que garantem a participação dessas empresas na tomada de decisões sobre o desenvolvimento do agronegócio na região.

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é a principal entidade representativa do agronegócio na região. Fundada em Barreiras em 1990, na época com 16 associados, assume hoje a liderança e a representação de mais de 1.300 empresários do agronegócio (AIBA, 2019).

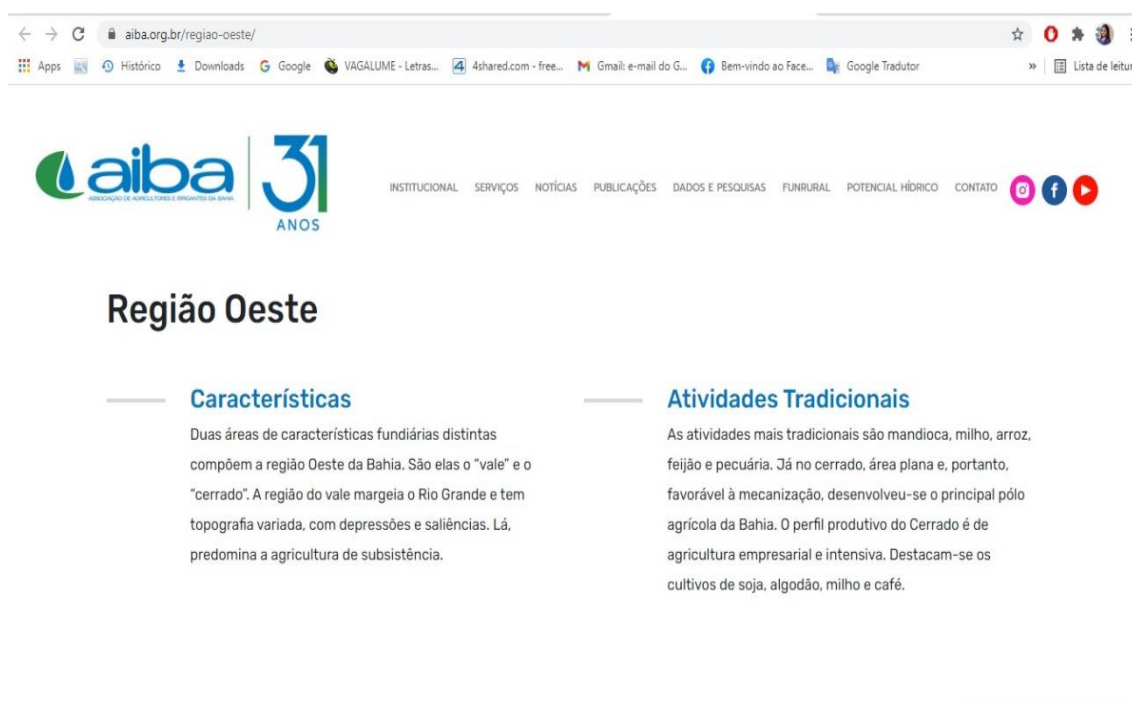
Além do trabalho institucional de defesa dos interesses do agronegócio em várias frentes, a AIBA disponibiliza ao produtor e ao gestor rural prestação de serviços nas mais diversas áreas, desde a administrativa até a jurídica; eventos de capacitação e projeção; base de dados e diversos meios de informação e de comunicação; apoio na elaboração de projetos e análises, assim como em outros aspectos nos campos jurídico, logístico e ambiental (SANTOS, 2014, p. 221)

Essa relação estreita entre o Estado e os agentes hegemônicos do agronegócio sempre foi marcante no Oeste Baiano desde a introdução da agricultura capitalista na região. O resultado disso, para Lavoratti e Santos (2011, p.110), tem sido —a criação de uma espécie de governo paralelo, que passou a influir nas negociações de dívidas e na implantação de infraestrutura, como energia elétrica nos pivôs centrais. Os empresários do agronegócio têm tido acesso a uma série de privilégios, facilitados pelos administradores públicos, na troca de um dito —desenvolvimento acarretado pelo agronegócio.

No apoio aos Governos pela AIBA, ou na mesa das negociações, os representantes colocavam duas moedas: o desenvolvimento que seria trazido pela agricultura empresarial, cuja capacidade de produção já estava comprovada e o milhão de habitantes do Oeste Baiano, uma força de 500 mil eleitores, carentes desse desenvolvimento. Essas moedas de troca sequer precisavam ser mencionadas. Aos do Governo desenvolvimentista estava claro. Mesmo que a grande agricultura se desenvolvesse em cinco municípios que tinham Cerrado, tudo era mostrado como Oeste Baiano. (LAVORATTI; SANTOS, 2011, p.110)

Na Figura 17, vê-se a página na internet da AIBA, onde a mesma mostra a diferença entre os grandes empresários e os pequenos agricultores, evidenciando ainda mais o contraste econômico que existe na região.

Figura 17 - Print do website da AIBA.



Fonte: AIBA, 2019.

A rede agroindustrial nos permite melhor articular os distintos níveis escalares em que atuam os agentes que dela participam, assim como ir além do enfoque econômico, administrativo e tecnológico, já que é possível pensarmos numa rede de poder territorializada. Assim, no próximo item veremos essa articulação das redes agroindustriais no Oeste Baiano.

3.2.1 O papel das redes agroindustriais no Oeste Baiano

Esse modelo do agronegócio, baseado em uma agropecuária

empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro. Nos últimos trinta anos, esta expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade deste setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de “Redes Agroindustriais” (SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2013). Estas seriam responsáveis por um reordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender as necessidades da produção, circulação e consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja. De acordo com Elias (2013, p. 16):

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de fast-food, de logística, cadeias de supermercados.

Elias (2006a, 2011, 2012, 2013) acredita que, da mesma forma que a difusão do agronegócio no Brasil resulta na fragmentação do espaço agrícola, em face do seu caráter espacialmente seletivo, esse setor induz paralelamente processos de regionalização. Processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio globalizado.

Pensando na reestruturação produtiva da agropecuária e na formação das redes agroindustriais, pensamos que uma divisão que possa ser mais palatável para compreender a realidade presente, seja capturando os novos processos de regionalização que se dão associados a tais dinâmicas, formando o que temos chamado de Regiões Produtivas do Agronegócio – RPA. (ELIAS, 2013, p.26)

Os processos de regionalização no Oeste Baiano são decorrentes não apenas de uma lógica global-nacional dos agentes hegemônicos do agronegócio, mas possuem uma forte imbricação com elementos de ordem local-regional, por exemplo, com a identidade cultural e política dos grupos migrantes, principalmente dos sulistas. Adveio dessas análises nosso interesse em investigar os processos de regionalização no Oeste Baiano, a partir do vetor da difusão do agronegócio.

Dentro da lógica de monopolização do território, com apoio deliberado do Estado, as redes agroindustriais têm se estabelecido nos lugares e produzido uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses capitalistas, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor. Esses impactos recorrentes no campo, com desdobramentos sobre os espaços urbanos próximos às áreas de modernização agrícola, promovem a formação ou consolidação de regiões especializadas e organizadas para atenderem a essa nova lógica do agronegócio (ELIAS, 2013), tendo em vista que —as regiões encarnam especializações territoriais produtivas (SILVEIRA, 2010, p. 79)

Para entendermos essa complexidade é preciso identificar o caráter competitivo e corporativo da região. Na avaliação de Castillo (2007), a melhor designação para esses subespaços produtivos é a de região competitiva. De acordo com o autor, a competitividade não é um atributo restrito às empresas e produtos, mas designa também uma condição dos lugares e das regiões. As formas desiguais de combinação dos fatores de produção no território (terra, trabalho, capital, ciência-técnica, organização) conferem diferentes graus de competitividade às regiões para determinados tipos de produtos e agentes produtivos.

O aumento da competitividade nas redes agroindustriais, seja dentro dos limites do Brasil, seja no mercado externo, tem estimulado os seus agentes a estabelecerem ações coletivas, do ponto de vista capitalista, e a se organizarem em associações para defenderem seus interesses e espaços. As associações de interesse privado, ou associações setoriais, localizadas no Oeste Baiano, principalmente as que desenvolvem ações coletivas no agronegócio, têm sido formadas para benefícios de profissionais e empresas atreladas a esse setor.

“Nesta quinta-feira (19), teve início o curso de Desenvolvimento de Lideranças, com carga horária de 16 horas/aula. Os inscritos terão a oportunidade de, durante dois dias de treinamento, ampliar o conhecimento em administração além de proporcionar uma maior capacidade de gerenciamento dos processos, pessoas e projetos desenvolvidos nas fazendas baianas. Na lista dos próximos cursos estão agendados: E-Social Contábil e Jurídico e Métodos de Análise e Solução de Problemas (Masp). Com a promoção de 180 cursos até o início do mês de outubro, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) por meio do Centro de Treinamento Parceiros da Tecnologia, capacitou cerca de 5 mil técnicos e profissionais que atuam no mercado agrícola nas fazendas do Oeste da Bahia” (AIBA, 2019).

A articulação global dos lugares é uma possibilidade no meio técnico-

científico-informacional (SANTOS, 2005) em que a revolução constante dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996b) se impõe como marca geográfica da organização da sociedade e da transformação constante da forma e do conteúdo do espaço, de modo que, no atual processo de acumulação ampliada do capital, as virtualidades que cada lugar oferece passam a ser, cada vez mais, utilizadas como estratégias para aumentar as taxas de lucros das empresas e/ou fazê-las fugir dos momentos de crise.

As empresas, principalmente as multinacionais, de acordo com Chesnais (1996), ao se introduzirem nos lugares exprimem, dentre outras vantagens, as decorrentes da internacionalização e da localização. A essa ideia corrobora a de Corrêa (1992) ao afirmar que as grandes corporações exercem amplo poder de pressão econômica e política nos governos e na reestruturação dos lugares onde se instalam.

O deslocamento dos processos produtivos provoca a desterritorialização do capital e a emergência de protagonistas na economia mundial que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no tocante à decisão sobre o que, como e onde produzir (BENKO, 2002, p. 237).

Consequência direta desse processo é que já não são apenas as empresas que competem entre si, essas continuam competindo, mas hoje também vemos o estabelecimento de um novo tipo de concorrência, de base territorial, a chamada —guerra dos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2011; SANTOS, 2008).

E como se existisse um mercado global para venda de virtualidades, onde cada lugar compete para atrair o máximo de investimentos e vetores de modernização para sua fronteira, a partir de vantagens competitivas que garantam uma maior rentabilidade aos seus agentes hegemônicos. Entre esses estão os associados ao agronegócio, por exemplo, aqueles da produção de soja, tornada hoje uma das mais expressivas *commodities*, e cuja expansão territorial é responsável pela incorporação de vários espaços à produção agrícola moderna e pela difusão de especializações territoriais produtivas (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Os agentes hegemônicos investem onde é competitivo, resta aos lugares regiões e cidades, competirem por tais investimentos. Assim, o uso das virtualidades de cada lugar se dá por meio de verticalidades (SANTOS, 2000), pontos que articulam os lugares para efetivação de interesses

privatistas. Na concorrência por lugares, ganha força o discurso sobre o papel dos governos locais, vistos como os agentes capazes de induzir, mobilizar e promover o crescimento econômico de seus próprios espaços, para tanto lhes cabendo assegurar a oferta de equipamentos, baixar custos tributários e conceder subsídios, a fim de oferecer um ambiente adequado ao capital.

Outro autor no qual teve-se apoio para compreender a organização em rede do agronegócio é Silveira (2005). Esse autor pensa o conceito de rede, na abordagem da atividade agroindustrial, a partir da constatação de que uma das características estruturais dessa atividade é a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares. Silveira (2005) trata a rede como uma ferramenta analítica, mas leva em consideração que essa é apenas umas das já existentes formas de interação e coordenação que atualmente ocorre nos espaços de reprodução do agronegócio, portanto, apenas uma das possibilidades existentes de compreensão da realidade.

Luís Eduardo Magalhães é, pois, um dos lugares de reserva (SANTOS, 2005) recentemente tomado pelas grandes empresas associadas às redes agroindustriais hegemônicas dos grãos. A cidade, conforme Tabela 14, é a primeira colocada no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que avalia o desenvolvimento socioeconômico das cidades brasileiras, tendo por base saúde, educação e emprego.

Tabela 14 - Realidade socioeconômica dos municípios baianos com base no IFDM.

Município	UF	IFDM		
		Nacional	Estadual	Consolidado
Luís Eduardo Magalhães	BA	687º	1º	0.7783
Jaborandi	BA	1392º	5º	0.7356
Barreiras	BA	1825º	3º	0.7143
São Desidério	BA	2961º	28º	0.6641
Formosa do Rio Preto	BA	3956º	68º	0.6133
Correntina	BA	5141º	298º	0.5077
Riachão das Neves	BA	5265º	338º	0.4858
Santana	BA	5292º	348º	0.4797
Baianópolis	BA	5407º	385º	0.4441

Fonte: Firjan, 2016.

O seu crescimento recente e acelerado pode ser reconhecido nos apontamentos de Elias (2006a, p.68)

Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, etc., que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães. O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se depara com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos, dentro do perímetro urbano principal da cidade, junto à área residencial.

A desconcentração industrial permitiu que hoje pudéssemos, atualmente, falar de pontos e manchas de expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996b, 2000), a partir da incorporação do exército de lugares de reserva (SANTOS, 2005). Dessa forma, surgiu no Nordeste diversos subespaços dinâmicos (ARAÚJO, 1997), áreas do Semiárido e dos Cerrados nordestinos, com tendência para uma acumulação privada associada ao agronegócio.

Esses espaços formam o que Elias (2011, 2012, 2013) chama de Regiões Produtivas do Agronegócio, resultante da difusão de especializações territoriais produtivas e que se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, cuja produção e consumo ocorrem de forma globalizada. Esses tipos de regiões são, segundo a mesma autora, tangenciadas pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1996b, 2006) vinculados às suas respectivas culturas agrícolas dominantes, e representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o desenvolvimento de cidades médias e locais, fortalecendo-as, em termos demográficos e econômicos, embora promovendo e intensificando uma série de desigualdades socioespaciais.

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todos os pontos luminosos do espaço agrário brasileiro dominado pelo circuito superior do agronegócio é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou

a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola (ELIAS, 2006, p. 231)

Esses vazios, mesmo tendo, de certa maneira, retardado a ocupação capitalista desses ambientes de cerrado, foram, mais tarde, responsáveis por uma incorporação mais acelerada e intensa à difusão do agronegócio. Isto se explica porque a rápida difusão de sistemas técnicos, de seus agentes hegemônicos e de fluxos geradores de modernização deve-se à existência de um menor número de rugosidades no território (SANTOS, 2005), isto é, de poucas marcas históricas impressas no espaço, deixadas por ações ocorridas em tempos pretéritos e que produzem conflito entre o novo e o antigo. Dessa forma, o quadro encontrado oferecia as condições ideais para a mecanização do território instalando-se praticamente nos vazios. É como afirma Elias (2007b, p.52), quando explica as transformações recentes do Oeste Baiano.

[...] isso se deve, em parte, ao fato de possuírem pequena quantidade de pedaços de tempo materializados, o que permite imediata difusão do capital novo e possibilidade de responder mais rapidamente aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial.

O processo escolhido para apreender a articulação entre os níveis interurbano e intraurbano dessa região foi a difusão do agronegócio, não desprezando a existência de outros vetores de regionalização, mas acreditando que esse escolhido é o que predomina na área estudada e é marca principal da reestruturação urbano-regional do Oeste Baiano. É necessário também, concordando com Elias (2012)

Levamos em consideração que nas regiões de expansão do agronegócio, a oposição clássica entre a cidade e o campo torna-se bastante relativizada e a noção de complementariedade ganha mais força e importância (ELIAS, 2012, p.8)

Para Elias (2003), a cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhe dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das

sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das cidades do agronegócio.

O Oeste Baiano e, especialmente, Barreiras, é uma área na qual o crescente processo de urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e a expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveram o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos territoriais principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada, por exemplo, em Barreiras com os bancos, empresas do setor dos serviços agrícolas e das empresas esmagadoras como a Bunge. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de Barreiras como uma cidade pólo do Oeste Baiano, fortalecendo-a, cada vez mais, seja em termos demográficos ou econômicos (MONDARDO, 2010, p.13)

Com desdobramento da reestruturação produtiva da agropecuária, essas áreas vêm se reproduzindo, embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com incremento da urbanização, diversificação da economia urbana e reestruturação urbano-regional acelerada, e possuem estreitas ligações econômicas e culturais entre si. Essas áreas, Oeste da Bahia, Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como o Centro-Leste do Tocantins (embora parte da Região Norte), mais recentemente conforma uma região maior, denominada por Elias (2011, 2012, 2013) de, “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras”, Na Tabela 15, vê-se os municípios de destaque dessa Região e sua quantidade de hectares de plantação e produção, sendo Barreiras a mais importante regionalmente.

Tabela 15 - Produção de soja nas microrregiões da RPA de Barreiras de 1990 a 2010. (Continua)

Lavoura temporária= Soja (em grão)								
Brasil, Grande Região e Microrregião o Geográfica	Variável x Ano							
	Área Plantada Hectares				Quantidade produzida (Toneladas)			
	1990	2000	2005	2010	1990	2000	2005	2010
Brasil	11.584. 734	13.693. 677	23.426. 756	23.339. 094	19.897. 804	32.820. 826	51.182. 074	68.756. 343

Tabela 15 – Produção de soja nas microrregiões da RPA de Barreiras de 1990 a 2010. (Conclusão)

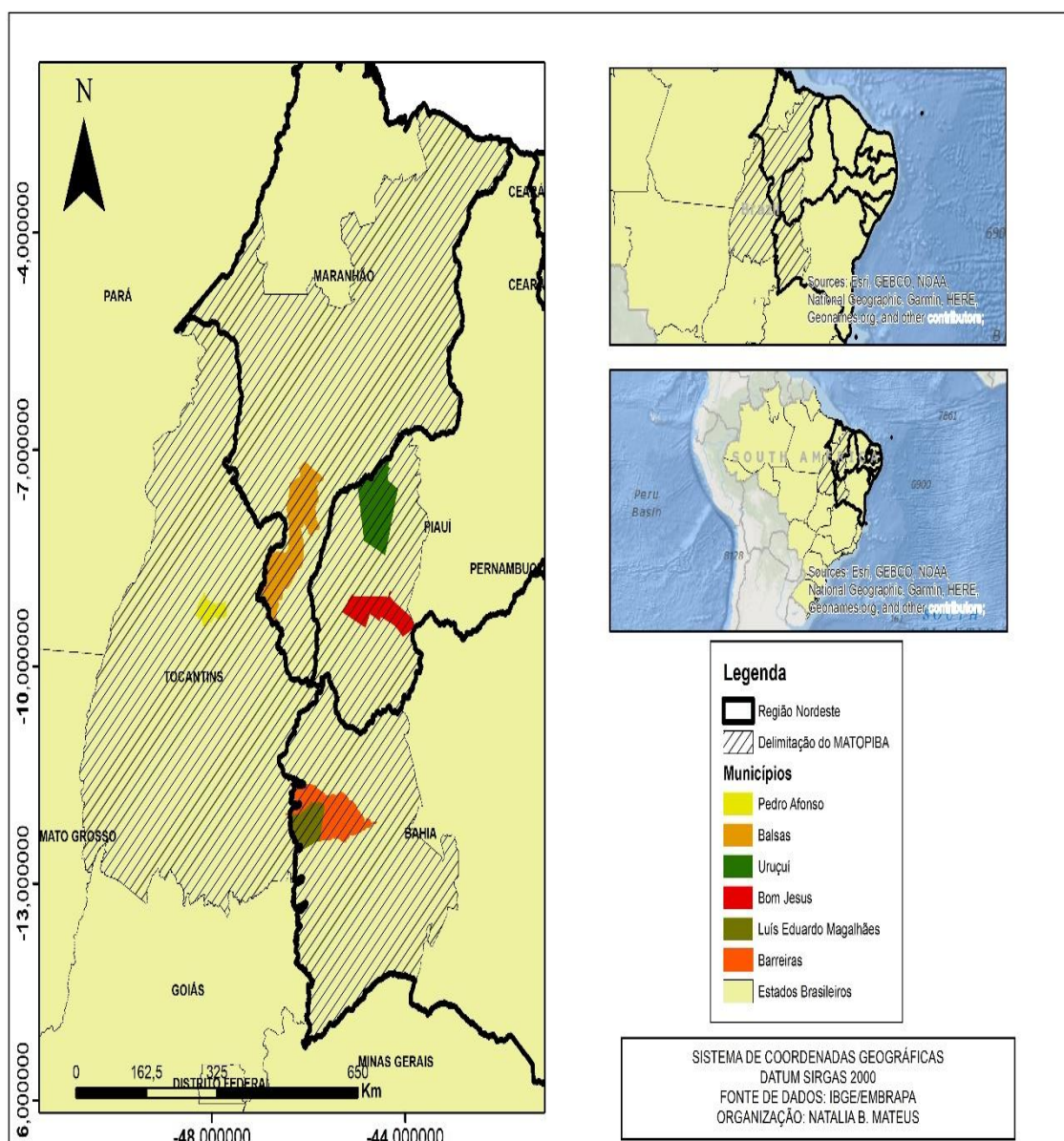
Lavoura temporária= Soja (em grão)								
Brasil, Grande Região e Microrregião Geográfica	Variável x Ano							
	Área Plantada Hectares				Quantidade produzida (Toneladas)			
	1990	2000	2005	2010	1990	2000	2005	2010
Nordeste	376.889	847.076	1.441.161	1.857.118	225.502	2.063.859	3.959.940	5.307.202
Rio Formoso - TO	10.580	13.325	36.490	31.350	18.420	33.768	85.986	92.820
Porto Nacional - TO	1.700	26.560	89.950	79.375	1.760	66.562	232.077	224.585
Jalapão - TO	2.000	7.000	92.750	105.500	3.000	18.900	238.417	292.650
Dianópolis - TO	-	7.253	40.820	43.790	-	15.835	105.120	122.234
Gerais de Balsas - MA	10.900	126.370	238.552	291.505	3.003	319.688	642.103	814.585
Chapada das Mangabeiras - MA	4.200	46.762	101.946	128.703	1.134	120.327	274.860	348.857
Alto Parnaíba Piauiense - PI	1.560	32.004	132.524	228.891	906	80.996	367.788	605.035
Alto Médio Gurguéia - PI	-	4.980	50.883	93.767	-	12.796	151.326	205.612
Barreiras - BA	285.000	551.669	721.800	849.530	177.652	1.324.066	1.992.168	2.599.562
Santa Maria da Vitória - BA	75.000	76.687	145.000	165.420	42.750	184.049	400.200	505.777

Fonte: IBGE, 2010.

Na Figura 18 pode-se ver a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras (Oeste da Bahia, Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Centro-leste do Tocantins) que emerge em um novo contexto de Nordeste, que passa então de uma região homogênea que salta aos olhos das pessoas como uma região-problema para uma área de modernização, uma área de fronteira, um polo dinâmico que tem como característica sua heterogeneidade. Apesar das semelhanças, cada uma das suas sub-regiões apresenta também suas próprias particularidades, devido às rugosidades específicas encontradas em cada parte e pautadas por uma situação geográfica própria (SILVEIRA, 1999; SANTOS, 2006). Para Frederico (2009, p. 28)

Se, por um lado, as verticalidades impostas a esses territórios são similares – concentração fundiária, intensa mecanização, forte presença de migrantes, atuação de empresas transnacionais – por outro lado, as horizontalidades resultantes são específicas, devido as diferentes heranças territoriais – estrutura fundiária, organização da sociedade civil, disponibilidade de meios de circulação (transporte e comunicação) característica fisiográficas, organização política e econômica. O embate decorrente deste jogo entre as novas lógicas presididas pela agricultura moderna e as precedentes, resulta na conformação de uma nova situação geográfica, particular a cada um dos *fronts* agrícolas.

Figura 18 - Mapa da Região Produtiva do Agronegócio ligadas à Barreiras.



Fonte: IBGE/Empraba, 2016.

Ainda conforme Frederico (2009), o front agrícola brasileiro estaria subdividido em vários fronts menores, sites regionalmente, resultantes de lógicas internas a cada lugar e que se misturam com os eventos externos.

Assim sendo, dentro da Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras (que seria o front agrícola dos Cerrados nordestinos), a sub-região do Oeste Baiano, nosso objeto de estudo, seria um front menor – circunscrito na primeira região, mas que se destaca em qualidade e complexidade dos processos da difusão do agronegócio no Nordeste, até mesmo por ser precursora nesse processo, que exerce certo comando e influência sobre as demais áreas nordestinas produtoras de soja.

Uma preocupação, com o entendimento das diferenciações regionais a partir da divisão e especialização do trabalho e com o novo dinamismo das suas relações, norteou particularmente nossa busca de uma interpretação geográfica do Oeste Baiano. Afinal

Não é mais a cidade, enquanto uma —unidade, que comanda a organização do espaço, mas um conjunto que pode ser denominado tanto —cidades-região como —redes regionais de cidades, emergindo assim como um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial. (SCOTT et. al., 2001, p. 11 apud HAESBAERT, 2010, p. 87).

A rede agroindustrial da soja no Oeste Baiano é, de fato, bastante complexa, constituída por pontos e áreas localizados em diferentes lugares onde um conjunto de agentes atua e interage, desenvolvendo atividades específicas.

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 291).

As ações dos múltiplos agentes do agronegócio se constituem em fluxos de matérias-primas, produtos industrializados, capitais, informações, normas, regulações, interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da rede. E, em cada ponto da rede, esses agentes vivenciam um conjunto de relações econômicas, sociais e políticas diferentes, as quais revelam as particularidades e as contingências de cada lugar e as especificidades de cada uma dessas relações.

O destaque do Oeste Baiano, na configuração da rede agroindustrial de soja, é perceptível quando analisamos a dinâmica relacional entre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação dessa *commodity*, que possui alcance global e espaço regional. Pois, na medida em que essa rede de organização, de escala mundial, conecta distintos pontos e lugares com atributos particulares, podemos visualizar o conjunto de variáveis presentes no Oeste Baiano que qualifica e explica sua participação e importância do conjunto da rede nacional e internacional.

Os círculos de cooperação são, portanto, elementos essenciais na dinâmica dos circuitos espaciais de produção, pois se tratam de formas de regulação do território pelos agentes hegemônicos, assegurando a realização do capital. Esse processo confirma aquilo que Antas Júnior (2005) denomina de —regulação híbrida do território, mas também ratifica o conceito de —“redes políticas territoriais” de Silva (2010), já que fornece um dado importante sobre as empresas hegemônicas de um determinado circuito espacial produtivo, que é sua própria força política, quer dizer, —a sua capacidade em atrair diferentes grupos de agentes e que cooperam e produzem cooperação pela realização ampliada de algum processo produtivo específico (ANTAS JÚNIOR, 2013, p. 4).

A atuação em rede e as formas contemporâneas de financiamento (público e privado) da agricultura dão a essas empresas maior poder de controle sobre os pontos do território onde se dá a produção agrícola. Isso porque elas fornecem aos produtores, além do crédito, os insumos necessários para a realização da produção, tornando-os dependentes desse provimento a altos juros e, portanto, muitas vezes endividados. É necessário lembrar que os fixos e fluxos (SANTOS, 1996b) gerados por e para esses agentes hegemônicos, enquanto chamam porções agrícolas do território nacional para participarem do movimento da mais-valia global, excluem grande parte da população brasileira dos benefícios gerados.

Trata-se de uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial — a rede urbana regional — e o sistema produtivo — a rede agroindustrial. Dinâmica que acaba por agravar o padrão concentrado da rede, tendo em vista que, quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas numa cidade contribui para acentuar a debilidade da sua região através da seletividade espacial. Isso acontece especialmente se o espaço urbano-regional possui pouca densidade técnica e funcional

A presença desses agentes hegemônicos toma tamanha proporção e visibilidade regional que seus problemas de funcionamento se tornam problemas da própria economia regional, de modo que, mesmo quando as empresas se retiram do lugar, as modificações realizadas por elas na paisagem permanecem. A lógica territorial desses agentes, na maioria das vezes, valoriza as porções do território que interessam ao capital internacional, reforçando a exclusão e alienação (de lugares e pessoas) e contribuindo para a fragmentação espacial (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Independente do porte de cada empresa, o poder de decisão e comando dos agentes do agronegócio, aliado aos processos de constituição, desenvolvimento e consolidação das redes agroindustriais, têm feito com que novos espaços seletivos para o capital (SANTOS, 1996b), antes não interessantes ao capital, se reestruturem para atender os requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento desse novo modelo de produção agropecuária.

As grandes empresas, principalmente as multinacionais, escolhem pontos e áreas aptos para o seu exercício, desenhando no território verdadeiras topologias, que são momentos isolados de um mesmo circuito espacial de produção e círculos de cooperação que, dificilmente, se completam na região ou no país, pois se trata em geral da instalação de apenas uma das etapas de uma produção que é mundial. Como afirma Silveira (2010)

Apesar de uma fragmentação aparente, essas etapas estão fluidamente conectadas entre si já que fazem parte de um circuito espacial de produção de dimensões planetárias. O processo está longe de completar-se nos moveidões limites da região (SILVEIRA, 2010, p. 80).

Alguns autores já reconheceram através de suas pesquisas o destaque do Oeste Baiano na rede agroindustrial brasileira. Segundo Elias (2006, p. 41), “este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge”.

No arranjo produtivo baiano, o ritmo das mudanças é mais acelerado que nas demais sub-regiões do MATOPIBA. (como acrônimo dos nomes dos estados que fazem parte), é utilizado pela autora para fazer referência à região que figura como uma das chamadas novas fronteiras agrícolas do país, abrangendo o Oeste da Bahia, o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão e o Centro-Leste do Tocantins. Para se

referir a essa mesma região, optamos pela noção de Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras, cuja autoria e definição já foram citadas anteriormente (BERNARDES 2009, p. 35) .

Bernardes (2009 p. 33) complementa que o dinamismo da rede urbana é bem maior no Oeste Baiano. Essa autora parece não ter dúvidas de que, na porção baiana, a escala do evento é maior e a expansão do agronegócio assume níveis mais elevados de concentração de terra, de capital e de desarticulação social.

Através de uma rede de atividades e de serviços modernos, o agronegócio expande-se territorialmente interligando vários municípios do Norte-Nordeste com intensa atração de capital e de força de trabalho. A partir da década de 1980, passa a existir um intenso fluxo direcionado à RPA de Barreiras de famílias e empresas associadas ao agronegócio de diferentes procedências do Brasil, bem como a instalação de complexos empresariais nacionais e estrangeiros. O agronegócio tornou-se, portanto, a principal atividade econômica em que se ampara maior parte da dinâmica socioespacial da RPA de Barreiras, a despeito da diversidade de nós que interliga esse quadrante do país, onde está circunscrito o Oeste Baiano (SANTOS, 2016, p. 68)

As redes agroindustriais” (MAZZALI, 2000; R. SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2006ab) que aí se desenvolveram são controladas principalmente por agentes hegemônicos que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 2006) da soja e de outras *commodities*. A nosso ver, um dos critérios definidores da RPA de Barreiras é, exatamente, a presença de um sistema de objetos associados à rede agroindustrial moderna, como: fazendas, agroindústrias, armazéns, silos, revendas de máquinas e insumos agrícolas, fixos associados ao transporte, entre outros. Ao mesmo tempo, essa rede possui um caráter de fluidez.

É preciso fazer um destaque, o de que nem todos os municípios que compõem a RPA de Barreiras são produtores importantes de grãos. Grande parte deles nem possuem plantações ou essas são em pequena escala, porém ainda assim integram a região por promoverem, de alguma forma, o agronegócio, seja fornecendo serviços e produtos que tenham alguma ligação com a agricultura moderna; sediando alguma agroindústria ou silos de armazenagem de grãos; abrigando a moradia dos empresários agrícolas; ou mesmo fornecendo mão de obra.

É desigual o modo como cada espaço, na rede agroindustrial, reage aos efeitos das normas e regulações organizacionais impostas, às mudanças tecnológicas e às estratégias econômicas definidas pelas corporações multinacionais. Os lugares possuem um número vasto de variáveis próprias, desde aquelas herdadas da sua formação socioespacial até as incorporadas do período "técnico-científico-informacional" como a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho, voltados a atender as grandes empresas capitalistas. A combinação desses diferentes processos produz uma enorme gama de situações no espaço. Sabemos que outras áreas foram incorporadas à produção da soja no Nordeste, espaços que, como o Oeste Baiano, compõe a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras, mas sabemos também que parcelas dessa região responderam com diferenças a esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração inicial da proposta de trabalho foi motivada pela problemática de que a territorialização do capital e a atuação das empresas que compõem as redes agroindustriais no Oeste Baiano promovem, desde o início dos anos de 1980, uma reestruturação urbano-regional associada à expansão do agronegócio da soja (e de outros grãos posteriormente), cooperando na formação de uma região polarizada por Barreiras centro distribuidor de serviços e comércio no Oeste Baiano.

Foi exposto, ao longo do mesmo, argumentos para a comprovação dessa problemática e reapresentado agora enquanto síntese. Contudo reitera-se que essas constatações, apesar de proporcionarem uma melhor leitura dos fenômenos e processos investigados na região analisada, não esgotam nem de longe as possibilidades de interpretação do tema, ao contrário, abrem novas possibilidades de investigações. Desse modo essas considerações não significam, necessariamente, o encerramento do trabalho de pesquisa, mas a porta de entrada para novos debates, novas pesquisas, isto é, para uma nova agenda de trabalho.

O Oeste Baiano passou por profundas mudanças desde a inserção do agronegócio, conformando-se para atender às exigências dos novos agentes hegemônicos, grupos econômicos transnacionais e nacionais, juntamente com empresários locais, que vêm determinando os usos dessa região. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, seja eles da soja ou de outras *commodities*, foram se organizando sobre essa região articulando redes agroindustriais, estruturadas com forte componente exógeno, congregando agentes que atuam em múltiplas escalas e que possuem variados interesses.

Assim, houve um rompimento da hierarquia clássica da rede urbana e seu conseqüente reordenamento, ambos motivados por uma lógica econômica comandada por agentes internacionais hegemônicos que visam a racionalização do uso do espaço, a racionalização e reorganização das redes-suportes e redes-serviços, processos estes que além de alterarem a forma de interação entre territórios e agentes político-econômicos, também geram graves problemas sociais de exclusão, segregação e expulsão, especialmente

no que diz respeito às populações tradicionais expulsas do campo, forçadas a irem para as cidades, gerando problemas socioeconômicos urbanos, entre outros.

Entre esses agentes, destacamos: os produtores de grãos, suas organizações de classe, as empresas de transporte e logística, as revendedoras de insumos agrícolas, etc., cujas ações se constituem em fluxos de matérias-primas, produtos industrializados, capital, informações, normas, regulações, interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da rede, constituindo-se, igualmente, em importantes atributos na relação do Oeste Baiano com o amplo circuito espacial de produção da soja e de outros grãos.

Constatou-se na pesquisa que o Oeste Baiano não nega a existência da RPA de Barreiras, muito pelo contrário, ele na verdade reforça-a por integrá-la e ao mesmo tempo ser um sub-espço distinto, com suas particularidades regionais, tendo ele o maior nível de centralização dentre os demais sub-espços desta RPA. Identificou-se também que o objeto de estudo é alvo de redes geográficas superpostas à sua rede de ação mais imediata.

Notou-se na pesquisa que as rodovias 242,020,135 entre outras, possuem um papel fundamental na reestruturação urbano-regional da área e estudo.

A relação do Oeste Baiano com o Tocantins, e até mesmo com o Goiás ficou evidente durante a pesquisa. O Oeste Baiano também possui relações com o Piauí e menos intensa com o Maranhão.

É notório que alguns dos municípios do Oeste Baiano expressam claramente um destaque na rede agroindustrial de *commodities* agrícolas no Nordeste brasileiro, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina.

A principal cidade do Oeste Baiano, Barreiras, cria e comanda sua região imediata, mas também faz parte de uma rede maior que compreende a RPA de Barreiras, também comandada pela mesma cidade, e de outras ainda superiores a essa que passam por escala nacional e até mesmo global.

Levando em consideração a complexa relação campo-cidade, constatamos que, ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no

campo do Oeste Baiano, se processam mudanças também nos padrões demográficos das suas cidades, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. A urbanização dessa região adquiriu, dentro da reestruturação produtiva, um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses do capitalismo corporativo e, portanto, atrativo.

Nesses espaços processaram-se significativas mudanças associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais que também se expressam nos seus espaços urbano-regionais, embora com dimensões e ritmos diferenciados. E o Oeste Baiano não fugiu a essa regra, sobretudo porque a difusão do agronegócio de grãos no Nordeste começou por essa região.

Enquanto as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, consolidam-se como importantes suportes logísticos para o cultivo de *commodities* na região, pela incorporação, ainda que seletiva, de inúmeros e modernos objetos e sistemas técnico-científicos inerentes à produção, algumas cidades menores da mesma região desempenham a função de simples pontos de recolhimento e passagem da produção de grãos (que é feita em seu entorno rural), lugar de concentração de mão de obra excedente e de repasse da renda familiar dos seus agricultores às principais cidades.

A presença das plantas agroindustriais da Cargill e Bunge em, respectivamente, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, trouxeram para essas cidades intensas mudanças em seus processos de urbanização, o que induziu graus maiores de centralidade urbana dentro da região. Essas cidades desempenham importantes papéis intermediários no Oeste Baiano, no Nordeste e também na rede urbana nacional, dispondo regionalmente das melhores condições em termos de conectividade, capacidade de inovação, infraestrutura urbana, força de trabalho (qualificada e não qualificada), entre outros atributos, que se configuram como vantagens de aglomeração para os investimentos do capital.

O desenvolvimento da região, ainda que econômico, é nitidamente concentrado e excludente, uma vez que os empreendimentos do agronegócio valorizam apenas algumas porções do território e alguns agentes de interesse ao capital internacional. O controle do beneficiamento da soja, por apenas duas indústrias – Bunge e Cargill, concentradas em somente duas cidades,

reflete uma ausência de perspectiva de espraiamento dos grandes empreendimentos para novos territórios produtivos, demonstrando uma pequena capacidade do agronegócio de congregar novos agentes e de ampliar as atividades econômicas locais no Oeste Baiano.

Também é questionável a relação das *tradings* com os municípios em que estão instaladas. Esses empreendimentos foram atraídos, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia e pela infraestrutura já instalada, aproveitada de antigas plantas industriais da região.

Observou-se o alto grau de dependência do Oeste Baiano em relação à produção e comercialização agrícola de *commodities*, tornando-se cada vez mais vulnerável a eventos externos ao seu território. Essa região possui uma nítida subordinação, de forma hierárquica, ao capital internacional, que é facilitada pela estrutura de produção, sob as leis imanentes do movimento global do agronegócio.

Reitera-se que os novos agentes econômicos e políticos emergentes na localidade não foram capazes de solucionar os problemas gerados no interior da região, simplesmente por não ser esse o interesse de sua presença no local. Dentro da lógica perversa da expansão do agronegócio, os lugares e pessoas considerados —improdutivos, e também os ávidos por produtividade, continuam inseridos no mesmo processo histórico de empobrecimento da região. O problema evidente é que o crescimento econômico regional, intensificado pela dinâmica do agronegócio, não englobou áreas periféricas nem diminuiu os antigos desequilíbrios no Oeste Baiano, demonstrando claramente que as elevadas taxas de crescimento não são necessariamente sinônimas de desenvolvimento e muito menos de um que seja sustentável.

A organização sócioespacial do Oeste Baiano reflete o seu próprio processo de ocupação, com grandes áreas polarizadas por alguns poucos núcleos urbanos esparsos e bastante distantes entre si. Quando olhamos para os inúmeros problemas que acometem a região, constatamos que o setor moderno só se implantou em um pequeno número de pontos, persistindo um grupo de municípios que não passaram, ou foram pouquíssimo atingidos, pelo processo de modernização agrícola implantado na região.

A presença do Estado nessa região está bem clara, desde o processo inicial de incorporação do Oeste Baiano à agricultura moderna. O problema é

a concepção de Estado e a quem ele serve. No Oeste Baiano, o planejamento é qualificado como mero ato administrativo ou de captação de recursos, o que favorece o agronegócio e reproduz as desigualdades sócias espaciais. É preciso reconhecer que a pobreza, as desigualdades, a segregação sócioespacial também são planejada regionalmente, assim como os investimentos públicos voltados à elite local, envolvida nesse tipo de modelo de desenvolvimento.

O desafio seria pensar políticas públicas no âmbito de um debate mais geral que incluísse planejamento e desenvolvimento regional, recuperando o real papel do Estado. A desconsideração dessa condição, em termos de planejamento para o desenvolvimento, implica políticas públicas isoladas que não levam em conta as perspectivas regionais e ainda reforçam os históricos problemas da região. Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e sua região ainda estão longe de um desenvolvimento urbano-regional horizontalizado e participativo, no entanto vemos um avanço ao verificarmos que essa discussão já começou a ser promovida por alguns gestores públicos e com participação da comunidade.

Embora prevaleça uma ideologia dos grupos sociais dominantes, o que denota o caráter conservador do planejamento, não se pode pensá-lo como um condicionante imutável já que é na arena de lutas e interesses em confronto que se pode definir outra direção, que não a dos interesses privatistas.

O fortalecimento da crítica ao projeto modernizador (e conservador) hegemônico que incorporou o Oeste Baiano já é um passo bem importante para rompermos com ideia de uma globalitarismo irreversível. A consequência é o questionamento em torno dessa legitimidade do modelo hegemônico.

O resultado maior virá quando for suplantada a filosofia de mercado que está sendo pautada na região, o que somente será possível com a superação dos valores engendrados pelas elites econômicas e políticas. Há quem diga que isso é idealista, irrealista e difícil de acontecer, mas pensamos que quem é irrealista são aqueles que querem continuar pelo velho caminho, que sufoca a sociedade e exaure os recursos naturais. Lembremos que a velha forma de produção não aconteceu por acaso, tratou-se de um longo processo histórico, isto é, as pessoas a criaram, e nós também somos

pessoas, portanto podemos criar algo novo.

Desse modo, as possibilidades materiais de emancipação social e política batem a porta e faz necessário se saber como e quando utilizá-las. E a superação do modelo de produção agrícola moderno é urgente, pois, enquanto esse momento não chega, o cenário no campo continua marcado por uma série de impactos à sociedade e à natureza, alguns deles irreversíveis.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. T de; MENEZES, A. V. C. de. Ação do Estado na produção do espaço rural, in: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.4, n.8, pgs 121-147, 2009.

ALENTEJANO, P. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, jul./dez. 2003, p. 11-23.

ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. A instalação da ferrovia Central do Brasil no norte de Minas: modificações espacial e populacional no século XX. In: IV Congresso em Desenvolvimento Social – Mobilidades e desenvolvimentos, 4, 2014, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2014, 21p.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. Origem do nome Barreiras. **História de Barreiras**. Barreiras, ano 2, n. 4, p. 2-3, 1993.

_____. O 4º BEC em Barreiras: construindo estradas e formando jovens. **Jornal Novoeste**, Barreiras, p. 10-11, 1995.

_____. Entrevista. Barreiras, 12 nov. 2011. Entrevista concedida a Iann Dellano da Silva Santos.

_____. **Barreiras, uma história de sucesso – Resumo Didático. Documentos Barreirenses**. Coleção do Professor, v I. Barreiras: Edição da autora, 2005.

ALVES, Giovanni. Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ALVES, Luís André de Aguiar. **Oeste da Bahia (1980-1996)**: um estudo dos efeitos do processo de expansão das fronteiras agrícolas na região. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARAÚJO, Míriam Rebouças de. **Soluções de Desenvolvimento Regional: Cluster, Distrito Industrial e Milieu Innovateur**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA (AIBA). **Região Oeste.** 2019. Disponível em: <https://aiba.org.br/regiao-oeste/>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

BAGLI, P. **Rural e urbano:** harmonia e conflito. In: Sposito, M. E. et al (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 81-109.

BAHIA. Governo do Estado. **Ocupação econômica do oeste:** Programa Básico. Salvador: [s.n], 1980.

_____. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Além São Francisco. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia / Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB. Salvador, 1977.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERNADELLI, M. L. F. da H. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural.** In: Sposito, M. E. et al (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 33-52.

BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. (Org.). **Geografias da Soja II:** a territorialidade do capital. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições / CNPq, 2009, p. 13-40.

_____. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Revista Terra Livre,** São Paulo, v. 21, 2004 p., 157-167

BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira. Periodização e diferenciação espacial no segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício (orgs.). **Território e diversidade territorial no cerrado:** projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais (vol. II). Goiânia: Kelps, 2015. p. 173-222.

_____. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **Geotextos,** Salvador, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste.** Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: Encontro Nacional de Grupos

de Pesquisa-ENGRUP. IV, 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p.132-150.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma aglomeração urbana embrionária no Oeste Baiano? In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Série Estudos e Pesquisas. 1. ed. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2012, v. 94, p. 183-195.

_____. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **Geotextos**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 35-50, jul. 2010.

_____. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2009.

BRASIL. 4º. Batalhão de Engenharia de Construção, 2015. Disponível em: <http://www.4becnst.eb.mil.br>. Acesso em: 08 de jun. 2020.

_____. Decreto no. 8.447 de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu comitê gestor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 mai. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm. Acesso em: 02 mar.2021

CALDART, Isabel Brasil Pereira et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPO-TERRITÓRIO. **Revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 05-23, ago., 2016

CANUTO, Agronegócio: A modernização conservadora que gera a exclusão por produtividade. *Revista Nera: Presidente Prudente*, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>. Acesso em 19 set. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 5, p. 8-13, 2004.

_____. **Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARVALHO, M. P. de,; SOUZA, D. N. de. O significado do carro e a mobilidade cotidiana. In: **Revista Mal Estar e Subjetividade**. vol. 12. nº 1-2. Fortaleza, jun. 2012.

CASTILLO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da

produção e da circulação no período atual. In: **Anais** do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, 2007.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 09, 2010, p. 17-26.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G.; ELIAS, T. F.; PINTO, H. S.; ARAÚJO, A. M. da C.; CARVALHO, M. P. de.; SOUZA, D. N. de. O significado do carro e a mobilidade cotidiana. In.: **Revista Mal Estar e Subjetividade**. vol. 12. nº 1-2. Fortaleza, jun. 2012

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

COELHO, C. Neto. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

_____, A. S., SANTOS, E. M. C., SILVA, O. A. da (Org.). Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 201- 266.

_____. Política de Desenvolvimento Territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19867/13077>
Acesso em 13 mai. 2021.

CONEJERO, Marco Antônio. Associações setoriais garantem competitividade. **Agroanalysis**. São Paulo, v. 31, jun. 2011, p. 33-34.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, p. 199-218, jul./dez. 2012.

_____. A rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 65-78, jan./jun. 2004

_____. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54 (3), 1992, p. 115-121.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A rede urbana**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.

CUNHA, Tássio Barreto. A produção no oeste da Bahia controlada por estrangeiros e a sua vinculação/subordinação ao capital. **Revista Campo Território**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/36022/2179>. Acesso em: 24 de nov. de 2021.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**: apontamentos bibliográficos. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org). América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo, CLACSO, 2006, p. 135-147.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano II, n. 14, p. 141-148, abr. 1944.

DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray A. *A Concept of agribusiness*. Harvard University Graduate School of Business Administration, Boston, 1957.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2012.

_____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone-UNICAMP, 1985.

DEUS, Pedro de. **Oeste da Bahia**: relatos de um advogado de província. Barreiras: Edição do autor, 2009.

DIAS, Leila Christina. Da rede técnica à territorialidade em rede: contribuições disciplinares à construção de um conceito. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-58.

_____. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, Rogério Haesbaert; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI, por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. **Redes**: emergência e organização. In: Castro, I. E. de.; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 141-162.

DIAS, Patrícia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Bahia: antigos

processos, novas dinâmicas e a consolidação de centros tradicionais. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. (Orgs.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área Centro-Ocidental do Nordeste**. Recife, SUDENE, 1982.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.

_____. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n.8, p. 121-129, jan./jun. 2000.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003b.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006a. p. 25-82.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.) **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume / ANPEGE, 2006d. p.221-38.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006e, p.279-303.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b

_____. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In **Anais** do XII Colóquio Internacional de Geocrítica (Barcelona), 2012.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 8, p.29-51, 2006b.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona / Espanha, v. 1, p.59-81, 2006c.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

_____. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003a.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007a. p.49-66.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.

_____. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tecnologias de produção de soja na região central do Brasil. Londrina: Embrapa Soja, 2002. 199p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000155&pid=S0103-2003200500030000800007&lng=en. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Caracterização territorial estratégica do Matopiba. Campinas – fev. 2015. Disponível em: <http://www.embrapa.br/gite>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

_____. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2 ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.

ENDILICH ,A.M. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: Sposito, M. E. B; Whitacker, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FAVARETO, Arilson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>. Acesso em 21 out. 2021.

FERNANDES, B. M. Agronegócio e a Reforma Agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em 10 de fev. de 2021.

_____. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FIORI, J. L. **O Nó Cego do Desenvolvimento Brasileiro**. Novos Estudos Cebrap, nº 40 Nov. 1994, p.117-24.

FIRJAN, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=BA&IdCidade=290320&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 2, n. 2, 2012.

FREITAS, A. F. Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999a.

_____. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999b.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Brasil: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOOGLE EARTH. <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 12 de jan. de 2021.

GOOGLE MAPS. <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 13 de jan. de 2021.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar. (Orgs.). **Brasil: questões atuais sobre a organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 362-403.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **“Gaúchos” no Nordeste:** modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 387f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2006.

_____. **Condição Pós-Moderna.** 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2003.

_____. **Os limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: **Anais** do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, pp. 370-392, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

_____. **Censos demográficos – 2010, 2000, 1980, 1970, 1900 e 1872.**

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Cidades**, 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Censos Agropecuários.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, 2004. Acesso em 10 mai. 2021.

JUNGES, Maria Dânia. **O município e a Saga dos Pioneiros.** Luís Eduardo Magalhães, BA. Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2004.

KAGEYAMA, Â. Novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. *et al.* (orgs.). **Agricultura e políticas públicas brasileiras.** Brasília: IPEA, 1990. (Relatório, n. 127).

KRAYACHETE, Gabriel; COMEFORD, J. C.. A Nova Face Agrária do Oeste Baiano: Diversidade e Ambiguidades. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 132, março/abril, 1991.

ILÁRIO, Clayton Gomes. **Região agrícola competitiva e logística no Oeste Baiano.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2011.b

LEFEBVRE, Henri. **L' idéologie structuraliste.** Paris: Anthropos, 1971.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991 [1968].

_____. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço.** Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. MG: UFMG, 2006.

_____. **De lo rural a lo urbano.** 4. Ed. Barcelona: Península, 1978. [1970].

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Implementação de Políticas Públicas:** Perspectivas analíticas. Revista de Sociologia e Política. V.21, nº48. Dez. 2013.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Lei Municipal Nº 387, de 14 de dezembro de 2009.** Institui o novo Código Tributário e de Rendas do Município de Luis Eduardo Magalhães e dá outras providências. Luí Eduardo Magalhães, 2009. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/luiseduardomagalhaes/index.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=31EE01588F>. Acesso em: 12 de nov. de 2020.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** São Paulo: Hucitec, 1990a.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. Campo- -território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr. 2014.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In: MATTOS, R. (org.). **Espacialidades em rede:** população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2005. p.17-56.

MAZZALI, Leonel. **O progresso recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização —em rede. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MELLO, A. F. de. **Crise mundial e reestruturação produtiva:** algumas questões de ordem teórica. In.:Novos Cadernos NAEA, Pará, v.7, n.1, jun.2008, p.5-30.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **A questão regional e o campesinato** – a alhicultura em Catalão. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Sociedades Agrárias)

Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**: um caso em Catalão (Goiás). 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

_____. de. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. In: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, jan/jun. 2008, p. 127-148.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano. In: MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente**: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural. O Substantivo e o Adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-58.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. 2 edição. - São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. **Território e história no Brasil**. 2ªedição. – São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011 b.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. In: **Estudos Rurais**. Nº 10, 149p, São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1988.

OLIVEIRA, A. Umbelino. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 164

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In.: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. 45-67 p.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1981. 137 p.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI, in: **O Campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social**; orgs:

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, pgs 29-70.

OLIVEIRA, Francisco de. O estado e a exceção ou o estado de exceção **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.5, n.1, 2003.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Do Sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: Uma análise da trajetória de políticas do Estado no processo de formação territorial (1889-2014)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Salvador, 2015.

PADILHA JUNIOR, João Batista. **O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PAMPLONA, Luiz Gonzaga. **Barreiras, Bê-A, ... da Barra pra cá!** Brasília: [s.n.], 2002.

PAVESI, Danilo Schlatter; GOMES, Samuel. A comercialização globalizada no agronegócio, um estudo de caso da Fazenda Itambé II. **Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão**, ano XIV, nº 25, 2011, pp. 09-26.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O Prodecer (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA, 2014, p. 1-22.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo I. Tradução, Prefácio e Maria Aparecida Madeira Kerberg. Rio de Janeiro: Ministério do Interior (SUVALE), 1972.

PORTO-GONÇALVES, W.C. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, Bogotá, nº. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf. Acesso em 08 de mai. de 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMIREZ, Júlio Cesar de Lima; SOARES, Beatriz Ribeiro; SOUZA, Claudio Vanderli de. Triângulo Mineiro: região e regionalismo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 43-69, jan./jun. 2005.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A reestruturação produtiva agropecuária da região Oeste da Bahia e a produção espacial da Cidade do Campo de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Anais**. Seminário UrbBA – Direito à cidade, cidade

do direito, Salvador, 2011.

_____. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2012.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. N. 2, 2005, p. 45-66.

SAMPAIO, Mateus. Oeste da Bahia capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, 17p.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no oeste baiano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2016.

_____; CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria (RS), v. 18, n.2, p. 39-56, maio/ago. 2014.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia**: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

_____. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados- PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. (Rio de Janeiro, v. 24, p. 384-416, 2016.

_____; VALE, Raquel de Matos Cardoso do; LOBÃO, Jocimara Souza Britto. Modernização da agricultura e ocupação de Cerrados no Oeste Baiano. In: SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. (Org.). **Oeste da Bahia**: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, Iann Dellano da Silva. **A organização socioespacial da rede urbana do oeste baiano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação)

- Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tocantins, 2016.

_____. A (des)articulação econômica e social de uma região. In: SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. (Orgs.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2011.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE, 1989.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SHIVA, Vandana. *The Violence of the Green Revolution*. The Other India Press, Goa, Índia, 1991.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. p. 283- 312.

SILVA, José. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. O Novo Rural Brasileiro, **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, Vol. 7, n. 1, p.43-81, maio 1997.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira Leão; SILVA, Barbara – Christine Nentwing. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e didático UFBA, 1989.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215-255.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 109 – 139

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SOBRINHO, José de Sousa. **O camponês geraizeiro no Oeste Baiano: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. Trabalho de Conclusão de Cursos (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2012.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 p.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta de classes no campo e a construção do território camponês. In: **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2009.

_____. **Relação Campo-cidade: em busca de uma tentativa dialética para a compreensão desses espaços na atualidade**. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 195-208, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 3, 2006b, p. 143-157.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Pudente, 2004.

_____. **Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana**. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: Sposito, M. E. B; Whitacker, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 111-130.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

STÉDILE, J. P. e Carvalho, H. M. de. «Soberania Alimentar». In Caldart, R. S. et. al. (org.), **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JUNIOR. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. In: **Revista Pegada**. Dossiê, vol. 5, nº 1 e 2, nov. 2004. p. 9-28.

_____. Trabalho e território em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-352

VASCONCELLOS, Sonia. **Espaço no poder - poder no espaço: uma análise do planejamento durante o governo Figueiredo**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ, 1991.

VEIGA, J. E. da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. In: Estudos Avançados. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo/USP, v. 18, n.51, p. 51-67, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista de Estudos, Sociedade e Agricultura*. Nº 15, outubro de 2000: 87-145. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acessado em 08 ago. 2020.

WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: **Expressão Popular**, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão).